



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



GLÁUCIA RODRIGUES NASCIMENTO MEDEIROS

**GESTÃO DO TERRITÓRIO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS DE
MINERAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ.**

BELÉM-PA
2016

GLÁUCIA RODRIGUES NASCIMENTO MEDEIROS

**GESTÃO DO TERRITÓRIO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS DE
MINERAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva

BELÉM-PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Medeiros, Gláucia Rodrigues Nascimento

Gestão do território e responsabilidade social das empresas de
mineração no estado do Pará / Gláucia Rodrigues Nascimento
Medeiros. - 2016.

Orientador: João Marcio Palheta da Silva

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em Geografia, Belém, 2016.

1. Responsabilidade social da empresa – Pará. 2. Indústria
mineral – Pará. 3. Minérios – Canaã dos Carajás (PA). 4. Minérios
– Parauapebas (PA). 5. Empresas – Aspectos sociais – Pará. I.
Titulo.

CDD 22. ed. 338.2098115

GLÁUCIA RODRIGUES NASCIMENTO MEDEIROS

**GESTÃO DO TERRITÓRIO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS DE
MINERAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ.**

Dissertação de Mestrado em Geografia para a obtenção do título de mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO).

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva (Orientador - PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva (Examinador Interno – PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues (Examinador Interno – PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (Examinador Externo – PROGRAD//UNIFAP)

Conceito: APROVADO

Belém, 17 de Agosto de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para continuar em todos os momentos, mesmo quando a mente pedia para desistir, e colocado em meu caminho pessoas maravilhosas que acreditaram em meu potencial, me ajudaram em todas as etapas desse projeto.

Agradeço ao meu esposo Marcus por ter sido paciente, incentivador, e proporcionado toda a estrutura para que eu pudesse realizar minhas visitas técnicas, cuidando de nossos filhos nos momentos em que precisei estar ausente, muito obrigada! Amo você!

Agradeço aos meus filhos Daniel e Vivian por serem os meus amores eternos, a razão para eu continuar batalhando buscando sempre melhorar e ser um bom exemplo em suas vidas adultas.

Agradeço aos meus pais Valdeci e Marlene por se manterem saudáveis durante o período do mestrado, vibrando a distância por cada conquista realizada, e sendo bons ouvintes nos momentos de choro. Obrigada por existirem em minha vida, a minha irmã Gleise que sempre demonstrou muito orgulho quando apresentava uma conquista, amo você!

Aos meus amigos que torceram pela minha vitória, em especial minha irmã de coração Karina que mesmo distante sempre se fez presente. Obrigada dona Lu por ter sido paciente nos momentos em que estava estressada, me ajudando da melhor forma possível, me substituindo em diversas ocasiões, quando não pude estar presente na vida de meus filhos, muito obrigada!

Não poderia deixar de agradecer duas pessoas fantásticas, Christian que sempre depositou muita confiança em minha capacidade, receba os meus mais sinceros agradecimentos e meu querido orientador João Marcio Palheta da Silva, meu mentor, guru, amigo, parceiro, presente em todos os momentos, sempre disposto a ajudar e me fazer crescer, sem você eu não conseguiria, sou eternamente grata, obrigada por depositar toda sua confiança em mim!

Utilize a ordem para enfrentar a desordem, utilize a calma para enfrentar os agitados. Isso é o controle do coração.

Sun Tzu

RESUMO

Na presente dissertação buscamos apresentar uma pesquisa referente às ações de Responsabilidade Social, realizadas pela empresa de mineração Vale nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, tendo em vista que ambos os municípios possuem os maiores projetos de mineração do Brasil e, em breve, Canaã dos Carajás será sede do maior empreendimento mineral do planeta denominado Ferro Carajás S11D. As mudanças vividas nos territórios ocorrem instantaneamente, pois o governo municipal e a Vale se articulam para preparar o município para o *startup* do projeto Ferro Carajás S11D, buscando neste momento investir em infraestrutura voltada às construções e reformas dos equipamentos públicos, trazendo, por um lado, muitos impactos positivos, devido à aceleração dos investimentos e atividades na região, e, por outro, impactam negativamente, criando um caos devido ao incremento no volume migratório, pois os Projetos em atividade na região continuam funcionando, há mais de 30 anos, de forma ininterrupta, fator que fortalece a migração de pessoas de todos os estados da federação. A pesquisa no território paraense analisa até que ponto a gestão territorial se beneficia das atividades exploratórias de produção mineral, advindas dos Grandes Projetos energéticos e busca analisar as ações diretas da empresa Vale na melhoria da qualidade de vida da população local, analisando também o comprometimento e responsabilidade da empresa relacionadas à sua atividade e tomada de decisões buscando minimizar os impactos negativos causados à sociedade e ao meio ambiente. A pesquisa busca também analisar as relações estabelecidas entre o Poder Público e a empresa, bem como analisar as territorialidades exercidas para o controle de área, através dos dados divulgados pela empresa Vale e pelo governo Municipal relacionados aos investimentos em projetos de Responsabilidade Social, visando mensurar a qualidade na aplicação dos recursos voltados ao desenvolvimento sustentável local.

Palavras-chave: Território, Territorialidade, Responsabilidade Social, Vale, S11D e Mineração.

ABSTRACT

In this article, we will try to introduce a research related to Social Responsibility Actions undertaken for the mining company Vale in the municipalities of Parauapebas and Canaã dos Carajás, because both as cities has the largest Mining Projects in Brazil, and Canaã soon will welcome the Major Mining Company the planet Called Ferro Carajás S11D project. The experienced changes in territories occur instantly, as the Municipal Government and Vale are organized to prepare a city to begin the Carajás S11D project, looking this time to invest in targeted infrastructures construction and refurbishment of public facilities, bringing many impacts positive results due to the acceleration of investments and activities in the region negative impact to create chaos, because the increase in volume migration, because the projects in the region are still working more for longer than 30 years of form interruptible that strengthens the migration people all states. The research territory Pará examines in measure the land management benefits of exploration of mining production activities resulting energy Projects large and aims to analyze how actions Vale company direct on improving the local population quality of life, analyzing also commitment and responsibility company related to in activity and decision making paragraph minimize negative impacts on society and the environment. The search also analyzes the relationship between the Government and the Company, as well as analyze a territoriality exercised paragraph controlling a through area of data released by the company Vale and Municipal Government related to investment in Social Responsibility Projects, a measure the quality in application resources for sustainable development.

Keywords: Territory, Territoriality , Social Responsibility , Vale, S11D and Mining.

LISTAS DE SIGLAS

ABNT NBR - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

BIBLIO - Faculdade de Biblioteconomia

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CIETA - Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CVRD - Companhia Vale do Rio Doc

DNPM - Departamento Nacional de Produção de Recursos Minerais

FGC - Faculdade de Geografia e Cartografia

FGV - Fundação Getulio Vargas

FNS - Fundo Nacional de Saúde

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto Sobre Circulação De Mercadorias E Serviços

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IHGP - Instituto Histórico e Geográfico do Pará

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IQVU - Índice de Qualidade de Vida Urbana

ISO - International Organization for Standardization

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PDCA - Plan-Do-Check-Act

PIB - Produto Interno Bruto

PNM - Plano Nacional de Mineração

SECTI - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação

SEFIN - Secretaria Municipal de Finanças

SNPD - Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SESPA - Secretaria de Estado de Saúde Pública

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUS - Sistema Único de Saúde

TCE - Tribunal de Contas do Estado

TCM - Tribunal de Contas dos Municípios

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação

UTM - Universal Transversa de Mercator

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01 – Dimensões da interface mineração e desenvolvimento	32
Figura 02 – A Vale no mundo.	37
Figura 03 – Valor por substância na composição semestral do VPM (Pará 2013).	54
Figura 04 – Principais destinos das exportações minerais (Pará 2013).	55
Figura 05 – Participação por substância na arrecadação CFEM (Pará 2013).	56
Figura 06 – Participação das receitas da atividade mineral (Pará 2013).	56
Figura 07 - Área de exploração mineral da Vale na região de Carajás estado do Pará	67
Figura: 08- Programa de Atendimento e Proteção Social ao Migrante	80
Figura 09- Mapa de Rede de Serviços ao Migrante	84
Figura 10: Mapa de passagem de lama. Fonte: CPRM.	95
Figura 11 - Estabelecimentos de Ensino Municipais e Estaduais	110
Figura 12 – Unidades de Saúde em Canaã dos Carajás	115
Figura 13 – Equipamentos Públicos em Canaã dos Carajás	118
Figura 14 – Equipamentos Públicos em Parauapebas	124
Figura 15 – Áreas no Entorno do Aterro Sanitário em Parauapebas	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: GESTÃO DO TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E MINERAÇÃO	20
1.1 Responsabilidade Social e Mineração	29
1.2 Instrumentos de Gestão do Território: O Plano Nacional de Mineração.....	31
1.2.1 Governança Pública eficaz.....	32
1.2.2 Agregação de Valor e Adensamento de Conhecimento.....	33
1.2.3 Em busca da Sustentabilidade: Desafios da Mineração.....	34
CAPÍTULO II: A MINERAÇÃO NA REGIÃO DE CARAJÁS.....	34
2.1 Breve História da Vale no Pará	34
2.2 Espaço-Território, Território e Região Mineração.....	35
2.3 Investimento nos países do Terceiro Mundo.....	37
2.4 O Plano Nacional e Responsabilidade Social e Ambiental na Mineração.....	38
2.5 Os Territórios e Territorialidades da Região de Carajás.....	47
2.6 Produção mineral, arrecadação da CFEM, TAH, TFRM E IDH.....	49
2.7 Recursos financeiros e mineração no estado do Pará.....	50
CAPÍTULO III - AÇÕES NO TERRITÓRIO X PBA Vale X ABNT NBR ISO 26000	74
3.1 Programa de Atendimento e Proteção Social ao Migrante.....	78
3.2 Programa de Monitoramento dos Indicadores Socioeconômicos.....	84
3.3 Programa de Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico Local.....	89
3.4 Ações Encontradas no Município de Canaã Dos Carajás.....	96
3.5 Ações Encontradas no Município de Parauapebas.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
BIBLIOGRAFIA.....	134

INTRODUÇÃO

A mesorregião Sudeste do estado do Pará continua sendo palco de uma grande transformação econômica que se reflete em todo país, atraindo milhares de pessoas que buscam melhores condições de vida e oportunidade de trabalho através da exploração dos recursos minerais em território paraense, desde a década de 1980. As atividades que mais impulsionaram aceleração das transformações territoriais na região foram às atividades minerais iniciadas pela então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje denominada apenas por Vale. A Vale é uma mineradora global criada a mais de 70 anos no país. Presente em mais de 30 países como: Angola, Argentina, Austrália, China, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos entre outro. A companhia começou suas atividades em Itabira, Minas Gerais, hoje concentrando seu campo exploratório mineral em Carajás no estado do Pará.

A mineração é um assunto inesgotável, diferente de seus recursos que são finitos. Em razão da grande concentração de diferentes minérios com um alto teor econômico devido à sua qualidade e importância para as indústrias, seus estoques preocupam o governo, levando o Ministério de Minas e Energia a ordenar à exploração desses recursos minerais, através de diferentes planos ligados a mineração desde 1965.

Tendo em vista o grande potencial exploratório da mesorregião Sudeste do Pará, importante território para a agregação de valor e desenvolvimento sustentável do País, o Ministério de Minas e Energia trilhou como um de seus objetivos na atualidade (2014), a criação do Plano Nacional de Mineração 2030 o (PNM-2030), planejando e ordenando sustentavelmente a exploração dos territórios para os próximos 20 anos. O PNM-2030 representa uma das etapas de atribuições do Ministério de Minas e Energia para a formulação de políticas e planejamento dos setores energéticos e minerais, utilizando como fundamento três diretrizes: governança pública eficaz, agregação de valor e adensamento de conhecimento e sustentabilidade.

Devido ao grande volume de minerais encontrados no Pará tais como: Ferro, Ouro, Bauxita, Manganês, níquel e outros de extrema importância não somente para o Estado do Pará, mas para o Brasil e o mundo, a região se tornou muito atrativa, ao mercado internacional e, conseqüentemente, gerando muitos conflitos, que precisam ser estudados na tentativa de identificar os reais problemas e soluções na mesorregião sudeste do Pará, tendo como foco principal a Responsabilidade Social nos municípios com mineração, bem como analisando os investimentos nas voltadas à comunidade realizada pelas empresas mineradoras, sendo norteada pela ferramenta de gestão da Associação Brasileira de Normas Técnicas, norma

nacional ABNT NBR ISO 26000, buscando que seus resultados possam de alguma forma contribuir para uma melhor gestão do território paraense.

No Complexo Minerador de Carajás, a Vale decidiu investir na expansão de sua usina, devido à estimativa de um adicional de reserva de minério de ferro (de melhor teor de qualidade) em torno de 18 bilhões de toneladas, com a intenção de dar um *up* na produção de mais de 40 milhões de toneladas anuais. As informações supracitadas fornecem uma ideia do tempo em que os projetos possam permanecer na mesorregião sudeste do Pará, reforçando a importância do estado paraense para a economia nacional, para o Estado, para os outros países que comercializam tais produtos e, principalmente, para as empresas mineradoras.

Os resultados positivos obtidos através da exploração de bens minerais na mesorregião se tornaram possíveis através do rico subsolo encontrado principalmente nos municípios de Parauapebas (maior produtor de minério de ferro hematita do país) e em Canaã dos Carajás (maior produtor de cobre brasileiro e cenário do maior projeto de ferro da história da Vale, segundo dados da própria empresa em 2014), possibilitando que Parauapebas liderasse o ranking de município com o maior Produto Interno Bruto (PIB) em Minério de Ferro do Brasil e Canaã dos Carajás palco do maior projeto de ferro do mundo denominado Ferro Carajás S11D¹.

A gestão e o ordenamento territorial capazes de influenciar, alterar e comprometer direta e indiretamente o desenvolvimento amazônico e serviram de combustível para a pesquisa na mesorregião sudeste do Pará, onde foi através dos dados coletados que geraram as informações analisadas e os resultados da referida pesquisa de dissertação. As informações tratadas serviram de aporte na tentativa de entendimento sobre as dinâmicas territoriais vividas na região, bem como, seus conflitos (observados através das desigualdades sociais, em trabalhos acadêmicos, reportagens, livros e em trabalhos de campo em 2015 e 2016) nos referidos municípios.

Os dados sobre os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, referentes aos resultados do desenvolvimento socioeconômico e ambiental possibilitaram uma pesquisa mais profunda sobre a gestão do território, onde se pode analisar ano após ano o crescimento das atividades de extração mineral, conseqüentemente, atraindo a migração de pessoas

¹ S11D - O projeto da Vale S11D representa a expansão da atividade de extração e processamento de minério de ferro no Complexo Minerador de Carajás, em operação desde 1985, atuando nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará. O projeto recebeu esse nome em referência à sua localização (corpo S11, Bloco D). O potencial mineral do corpo S11 é de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro, sendo que o bloco D, isoladamente, possui reservas provadas e prováveis de 4,24 bilhões de toneladas métricas. (Vale, 2014).

incrementando ainda mais o volume populacional, conseqüentemente alterando negativamente os recursos e as receitas destinados aos investimentos nos municípios impactados. O aumento da quantidade de minerais produzidos nos últimos seis anos fornece informações importantes sobre os investimentos realizados no período através dos recursos arrecadados para este fim.

Os resultados divulgados pelo governo e outras fontes oficiais de informação dos últimos anos, que se referem à saúde, educação, ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), infraestrutura e meio ambiente, tornaram o relatório mais objetivo, possibilitando o cruzamento entre os dados informados pelos órgãos oficiais competentes e os resultados dos investimentos em ações de Responsabilidade Social divulgado pelas empresas anualmente, importante para analisarmos as ações realizadas nos municípios e a contribuição que estão realizando em prol do desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos municípios impactados de cunho sustentável, pelos grandes projetos minero metalúrgicos. A própria empresa Vale afirma ser o seu objetivo de trabalho na mesorregião sudeste do Pará. A empresa em seu livro "A Vale em Parauapebas" expõe a seguinte informação em destaque:

Desenvolvimento local para a Vale, cuidar do nosso planeta é respeitar as necessidades das comunidades, buscando crescimento e evolução. Em Parauapebas, a empresa investe em obras de infraestrutura e em projetos de geração de emprego e renda (Vale, 2014. p.21).

A presente dissertação de mestrado procurou apresentar as informações de forma clara e objetiva, onde possibilite um olhar mais aprofundado nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás como um todo, onde possamos objetivar as condições vividas pela população local. Afinal, os municípios ganharam corpo através da criação das empresas mineradoras na mesorregião, alterando a dinâmica territorial em todo o seu contexto histórico, conseqüentemente alteraram também as necessidades de investimentos em ações ligadas diretamente na infraestrutura, bem como na melhoria das condições de vida das populações, incluindo a atenção e cuidado ao meio ambiente, envolvidos e impactados com as atividades minero-metalúrgicas.

A dissertação aqui apresentada buscou analisar a atuação das indústrias minero-metalúrgicas nos territórios paraenses ligados a exploração do ferro e do cobre, visto que se trata de importantes atividades para a sociedade brasileira. A pesquisa se torna relevante por se de uma atividade que reflete no aumento do PIB brasileiro, representando um "crescimento econômico da região". Dessa forma, nossa proposta foi de analisar a aplicabilidade dos

recursos advindos dos programas de responsabilidade social destinados pela empresa de mineração (nos municípios de Canaã dos Carajás, criado em 1994, desmembrado de Parauapebas e Parauapebas, criado em 1988, desmembrado do Marabá).

Devido a Vale ser principal empresa que possui projetos de mineração nesses municípios buscamos pesquisar suas ações no período de 2010 até 2016, e os efeitos dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) destinados à saúde, educação, infraestruturas urbanas e meio ambiente. Esperamos que esse estudo venha somar aos demais já realizados e contribuir para a pesquisa e entendimento sobre o desenvolvimento socioeconômico dos territórios com mineração, na formação de bancos de dados para os gestores municipais intervir em seus territórios adequando os investimentos voltados à Responsabilidade Social e a Gestão Territorial.

A produção mineral explorada através das grandes empresas extrativistas cresce economicamente a cada ano e, continua na casa dos bilhões de reais, mas os investimentos advindos não refletem e não condizem com o desenvolvimento socioeconômico e com os equipamentos urbanos na sede dos municípios mineradores.

Desta forma, permanece a pergunta de por que os Grandes Projetos de mineração ligados à exploração do ferro em Parauapebas e do cobre em Canaã dos Carajás, apesar de terem contribuído para o aumento da dinâmica socioeconômica do estado e dos municípios, não conseguem garantir o desenvolvimento regional de forma que esses municípios que estão sob sua influencia direta alcancem maior grau de autonomia econômico-financeira e consigam melhorar de forma equitativa a gestão e o ordenamento territorial através da aplicabilidade dos investimentos realizados pela Vale voltados à Responsabilidade Social em parceria com poder público e a sociedade civil organizada e os recursos advindos da CFEM nos territórios atingidos diretamente pela mineração.

Podemos citar como objetivos alcançados durante a pesquisa de dissertação de mestrado, as disparidades encontradas na Gestão do Território, relacionadas aos investimentos em ações de Responsabilidade Social, observadas através da análise dos dados da empresa Vale, tanto em documentos físicos, quanto em informações no site da própria empresa, voltados ao desenvolvimento das comunidades locais (Parauapebas e Canaã dos Carajás) ambas impactadas com as atividades de produção mineral. Após a coleta das informações necessárias para a nossa pesquisa, buscamos os dados referentes à produção mineral divulgados em sites oficiais sobre os referidos municípios, incluindo em nossa pesquisa, as

informações nos anuários dos anos de 2012² a 2015 do Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará (SIMINERAL).

Para o desenvolvimento da dissertação concentramos nossa investigação na coleta de informações e análise dos dados obtidos através da empresa, governo e sociedade, de forma a atingir objetividade no processo do conhecimento da problemática do que foi estudada, examinando com um olhar investigativo amparado teoricamente na bibliografia levantada para o referido estudo.

Para avaliar o impacto da atividade mineradora, foram selecionadas essas duas cidades mineradoras (Parauapebas e Canaã dos Carajás) para aferir os impactos socioeconômicos dos Grandes Projetos no desenvolvimento local. Para isso, foram selecionados os indicadores econômicos, indicadores de saúde e indicadores de educação para uma amostra desses dois municípios do Estado do Pará, tomando como base os programas de responsabilidade social executados entre a Vale o poder público e a sociedade civil, e os recursos da CFEM (Projeto ferro e Projeto Cobre), os Convênios e Contrapartidas realizadas entre a empresa de mineração e o Poder Público.

A coleta de dados foi realizada através de livros e em bibliotecas virtuais nos seguintes sites: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), relacionadas ao Índice de Produção Mineral (IPM), Comércio Exterior do Setor Mineral, Mercado de Trabalho, Desempenhos da Arrecadação da Compensação Financeira por Exploração de Recursos Mineraias (CFEM) e a Taxa Anual por Hectare (TAH); coleta no site da Secretaria de Fazenda (SEFA) sobre o valor arrecadado em Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI); Dados referentes à Economia do Estado no Tribunal de Contas do Estado (TCE); Coletamos importantes informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à educação, saúde, economia, Índices de Desenvolvimento Humano Municipal, acessamos o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), Plano Básico Ambiental (PBA) referente aos Programas, Projetos e Subprojetos da Vale; o portal de Transparência Pública da Controladoria Geral da União analisando as receitas e despesas dos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás; analisamos os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Governo Federal, referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Coletamos informações na empresa mineradora (VALE); visitamos aos sítios de periódico como: periódicos da CAPES

² Não foi possível a coleta de informações do anuário do SIMINERAL nos anos de 2010 e 2011 devido o mesmo ter sido lançado no ano de 2012.

(<http://periodicos.capes.gov.br>), SciELO - Scientific Electronic Library Online, documentos que possuíam temas relacionados com a geografia econômica e a mineração.

Em relação ao Trabalho de Campo foram realizados dois (02) trabalhos, um em cada município estudado (Parauapebas e Canaã dos Carajás). Realizamos no dia 25 de setembro de 2015 (sexta) uma visita técnica às instalações da empresa Vale no Complexo Minerador de Carajás, onde já existia um pré-estabelecimento na programação da nossa visita agendada via email. Visitamos o Centro de Controle Operacional (CCO), onde foi possível observar a sala de operações da empresa, local onde são controlados os caminhões, escavadeiras e a operação da usina. Realizamos diversas perguntas referentes à operação e sistemática do processo de produção de bens minerais, onde as nossas curiosidades foram sanadas e os responsáveis pela visita não se opuseram em autorizar a captação de fotografias às telas onde eram controladas as operações. Após a visita ao CCO, visitamos o mirante N4E, onde foi possível tirarmos fotografias da cava de mineração (grande cratera feita no subsolo através da detonação de explosivos para a exploração do minério de ferro, ambos com o acompanhamento do senhor Herbert responsável pelo CCO, senhor Francisco Vieira e o senhor Eloiso Araújo. Questionamentos foram realizados em relação ao futuro das cavas quando não disponibilizassem mais de minério de ferro, onde o senhor Francisco informou que o local seria reflorestado e voltaria a integrar a Floresta Nacional de Carajás.

Após a visita ao mirante N4E, realizamos outra visita ao Núcleo Urbano, onde observamos várias casas, clube, supermercado, lojas de conveniências, lojas, escolas, bancos, colégio, salão de beleza, farmácia, agência dos Correios, restaurante, e outros, todos destinados aos moradores (funcionários e dependentes que vivem dentro das instalações da empresa) e funcionários da Vale, serviços voltados para darem melhores condições de vida aos seus funcionários e dependentes. Durante a visita fomos acompanhados também pelo senhor Francisco Vieira e o senhor Eloiso Araújo. Após a visita ao Núcleo Urbano, participamos de uma reunião com o senhor Sergio Costa (Relações com a Comunidade) e com o senhor Eloiso Araujo (Socioeconomia e Gestão Fundiária - Projeto S11D Mina-Usina), o senhor Francisco Vieira não participou desta reunião.

Basicamente assistimos a um vídeo institucional, e após o vídeo, realizamos algumas perguntas ao senhor Sergio Costa e ao senhor Eloiso Araújo, ao qual se comprometeram a nos fornecer todos os materiais necessários para o nosso estudo mediante pedido formal por email. Questionamos sobre a desistência em nos autorizar a visita técnica às instalações do

S11D, ao qual fora cancelada nas vésperas de nossa viagem de trabalho de campo, onde o senhor Eloiso informou que as condições logísticas estavam muito precárias impossibilitando o acesso de carro ao local.

Aproveitamos também o trabalho de campo para realizarmos a entrevista com o Secretário de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Parauapebas, disponibilizando seu tempo em 29 de setembro de 2015 (sábado) respondendo aos questionamentos referentes às atividades de produção mineral desempenhada na região pela empresa Vale, questionamentos sobre as dificuldades encontradas pelo município na gestão do território e os desafios constantes que o assolam.

No segundo trabalho de campo, realizamos duas visitas técnicas (uma em cada município). Entrevistamos o Prefeito de Canaã dos Carajás, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, coletamos dados na Secretaria de Planejamento, onde foi disponibilizado o Relatório de Parcerias e Contrapartida entre a Vale e o Município de Canaã dos Carajás. Entrevistamos o funcionário da Secretaria de Turismo, onde nos apresentou o futuro projeto do município para se tornar Polo Turístico Regional. Visitamos as instalações do Aterro Municipal Controlado, onde entrevistamos o Engenheiro Sanitarista Ambiental, ao qual forneceu informações sobre como se deu o processo de transformação do lixão para Aterro Sanitário. Na entrevista foi informado que a participação da empresa Vale foi pequena, que o sucesso do Aterro Sanitário é 100% municipal. Visitamos também diversas escolas, mas devido ao período de férias, não foi possível visitar suas instalações. Coletamos os pontos das escolas da rede municipal e duas da rede estadual, além dos equipamentos públicos, nos quais, alguns têm a participação da empresa Vale, seja na construção, seja na reforma. Em Parauapebas visitamos vários bairros da cidade, dentre eles, os que são considerados áreas de ocupação espontânea, como áreas dos bairros planejados. Visitamos também o Aterro Sanitário.

O referencial teórico e conceitual utilizado para esta dissertação de Dissertação de Mestrado possibilitou a dialética entre o tema objeto da pesquisa e a leitura das referências e conceitos abordados por diversos autores, tais como: Palheta da Silva (2013), Souza (2015), Castro (2000), Corrêa (2000), Sack (1986), Fernandes et al (2011), Furtado (2013) e outros. Através da leitura foi possível o fornecimento de elementos que embasaram os aspectos conceituais e teóricos do relatório e da análise dos territórios em questão, contribuindo para a observação realizada, obtendo o melhor possível dos resultados dentro da construção do conhecimento científico, contextualizado com o apresentado. O relatório buscou entender a

atual situação socioeconômica e ambiental dos territórios com projetos de mineração no contexto da mesorregião sudeste do Pará, onde abordamos as questões sociais, econômica, ambientais, voltadas para a gestão do Território em ações de Responsabilidade Social, bem como, os conflitos gerados através da insatisfação causada pelos investimentos no desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

A pesquisa busca fornecer subsídios voltados aos montantes financeiros arrecadados em compensações e, também, aos valores negociados em cada ano, informando a quantidade de toneladas que foram produzidas pelos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás nos referentes anos. Utilizamos também os dados do site do Departamento Nacional de Produção de Bens Minerais (DNPM), onde conseguimos informações detalhadas (mês a mês) para a elaboração do relatório, referentes aos anos da pesquisa nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás relativos às compensações e impostos. Utilizamos também as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no que tange a educação, a saúde, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), etc.; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) coletando os resultados das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), bem como a quantidade de instituições de ensino que participaram dos exames anuais, buscando estatisticamente as informações que apresentaram os resultados e a evolução da educação conseguidos através do incremento financeiro voltado à educação.

Para se ter ideia sobre dos valores informados em ações voltadas ao desenvolvimento das comunidades locais, somente no ano de 2013 a Vale afirma ter repassado a quantia de R\$ 712 milhões em tributos para os municípios da mesorregião sudeste do Pará, afirmando também que somente o município de Parauapebas pode contar o total de R\$ 556,5 milhões desse valor. Através dos dados supracitados, fez surgir questionamentos sobre a eficácia na utilização dos recursos, trazendo mais dúvidas se os valores arrecadados são insuficientes para a gestão do território, ou se os recursos estão sendo mal aplicados, quando observamos a qualidade de vida da população e os dados analisados referentes à utilização dos recursos, bem como, criar questionamentos sobre a suficiência desses recursos para a realização das ações na região mineradora.

De forma introdutória essa foi nossa pesquisa que buscou apresentar os resultados da dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) pela Universidade Federal do Pará tendo como orientador o professor Dr. João Marcio Palheta da Silva (UFPA/PPGEO). O objetivo da dissertação é analisar as ações na Gestão do Território e a Responsabilidade Social das Empresas de Mineração no Pará, em especial nos municípios de

Parauapebas e Canaã dos Carajás, localizado na mesorregião sudeste do Pará, detentora do Complexo Minerador de Carajás³, local onde é produzido o minério de ferro, de altíssima qualidade, responsável em 2013 pela marca de 104,8 milhões de toneladas explorada, ano em que iniciou a operação da Usina 2. Junto a esse projeto, a Usina 2 possui um projeto adicional, denominado por Projeto Adicional 40, onde a nova usina tinha em 2013 a pretensão de aumentar a sua produção em aproximadamente 35% (informações coletadas do livro: A Vale em Parauapebas, 2014).

³ Complexo Minerador de Carajás - Conforme a empresa Vale, é o maior produtor de minério de ferro em operação do planeta, englobando a operação simultânea de cinco minas a céu aberto: N4E, N4W, N5E, N5W, e N5 Sul. Os municípios que fazem parte do Complexo Minerador em ordem alfabética são: Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Marabá, Ourilândia do Norte, Parauapebas, São Félix do Xingu, Sapucaia e Tucumã.

CAPÍTULO I: GESTÃO DO TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E MINERAÇÃO

O Território é um conceito, utilizado na Geografia, onde pode ser definido como sendo um espaço onde ocorrem relações de poder, se apresenta através de características capazes de gerar fenômenos de acordo com o exercício de poder. O território também é o recinto responsável pelas disputas territoriais, gerando conflitos e territorialidades quando um ator envolvido rejeita a imposição ou interferência de outro grupo em seu território, ao qual o deixa em situação de vulnerabilidade, ou o seu espaço é sobrepujado. O território de nosso estudo, devido aos conflitos identificados através de bibliografias, documentos e entrevistas, motivou a pesquisa sobre a territorialidade encontrada em Carajás através das atividades de exploração mineral, assunto do nosso próximo tópico.

Marcelo Lopes de Souza (2015) em um trabalho publicado na obra de Saquet e Sposito (2015) observando as constantes intermitências e divergências sobre os fundamentos do conceito de território, cometidos por alguns autores através de uma leitura insuficiente ou não pleno entendimento, sobre sua ideia, ratificou-a através de sua obra. Para Souza (2015):

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder. A questão primordial, aqui não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: quem domina ou influencia ou como domina ou influencia esse espaço? Este *Leitmotiv* traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessando em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço e como? (SOUZA apud Souza, 2015, p.56).

Para o autor, as intenções que motivam, influenciam ou dominam o espaço é o fator primordial para entendermos, os reais interesses nessa tomada de poder, ou melhor, compreender as motivações que geram o surgimento de um território. *Leitmotiv* segundo o dicionário Michaelis ao qual o autor cita, refere-se ao motivo condutor, ao tema recorrente. Está associado ao poder e a tudo aquilo que o abarca, necessitando a utilização de instrumentos ligados à cultura, a economia, a política e a história, elementos e dimensões essenciais e entremeados nas relações sociais que servem de alicerce para o exercício de poder, garantindo o domínio em ambientes complexos, não se apresentando de forma cartesiana e linear.

Souza (2015) reforça a importância do poder na definição de território. Para que esse poder seja alcançado, dependerá das circunstâncias associadas às motivações, promovendo

sempre as projeções de seus resultados em toda a sua amplitude, projetando as práticas e intencionalidades no espaço através do condicionando desse exercício de práticas de poder. Falaremos sobre o poder mais adiante.

Andrade (2004) conceitua o território de maneira objetiva, alertando que o conceito de território nada têm haver com o conceito de espaço ou lugar, tendo em vista que, a diferença principal entre eles, se resume as relações de poder exercidas entre os atores na região. No caso da mesorregião sudeste do Pará, os interesses tanto do Estado quanto das empresas mineradoras referem-se aos bens minerais existentes no subsolo da região de Carajás, fazendo com que as relações de poder sejam constantemente realinhadas aos interesses de cada ator.

Para o autor:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 2004 p. 19).

Em toda região e território, ocorrem tomadas de decisão, onde atores pertencentes a diversos grupos se reúnem para decidirem as ações a tomar na administração em um território. Tais decisões podem ser de atores sociais, econômicos ou institucionais. Resultam em uma mudança estrutural do espaço-território, podendo ser vistas em diferentes escalas chamadas de *multiescalaridade*, constantemente alteradas por esses atores. Essas ações que alteram a dinâmica territorial são denominadas Gestão do Território.

Segundo Dallabrida et al (2009):

A gestão territorial refere-se aos processos de decisão dos atores sociais, econômicos e institucionais de um determinado âmbito espacial, sobre a apropriação e uso dos territórios (DALLABRIDA; ET AL, 2009).

As decisões tomadas tanto por uma empresa, quanto pelo Estado quanto por um grupo social referente ao controle são exemplos de territorialidade.

Para Sack (1986) a territorialidade é uma estratégia geográfica humana utilizada para controlar pessoas e coisas através do controle de área, muito comumente utilizada nas relações sejam de pessoas ou através de organizações complexas. Podem estar associadas ao poder social, pois se trata de um meio pelo qual o espaço e o tempo estão inter-relacionados.

Suas mudanças de territorialidade dão uma ideia de como entender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo.

A territorialidade pode ser observada em diversos atores locais, sejam eles representantes de empresas, que defendem a todo custo o poder exercido pela instituição no território, legitimando suas ações de controle da natureza, por exemplo, frente aos seus interesses, sejam de representantes locais que buscam mais poder decisório na política local, ou outros grupos com menor poder decisório, mas garantem a sua territorialidade.

Para Sack (1986):

A Territorialidade é uma estratégia para se estabelecer diferentes graus de acesso às pessoas, coisas e relações. Sua alternativa é sempre uma ação não territorial. E a ação não territorial é usada em qualquer caso para sustentá-la. (Sack, 1986 p.22)

Ou seja, as ações realizadas no território buscam garantir que seus interesses sejam superiores a de qualquer outro. Outra característica da territorialidade exercida pela Vale na região, diz respeito à fronteira territorial, pois se apresenta de forma excludente, se envolvendo em um esforço para controlar o acesso sobre a área e coisas dentro dessa área, restringindo a entrada de pessoas que não fazem parte de sua jurisdição, limitando o acesso ao seu território. São monopolistas, pois tiveram o cuidado em impossibilitar a concorrência de outras empresas de mineração que realizassem as mesmas atividades de exploração mineral em áreas de seu domínio, reforçando ainda mais as características de sua territorialidade. A territorialidade como vista anteriormente está ligada ao controle do território. O controle do território está ligado ao Poder.

Para Raffestin (1993), o poder está presente em todas as relações, onde envolvem o sentimento em ser um indivíduo. A diferenciação que o autor faz em relação ao poder e Poder está na força em pensar e repensar sobre todas as ações ao qual somos submetidos, existindo uma diferença básica entre essas as duas formas descritas: a primeira refere-se às ações de uma maneira geral, e a segunda cria condições de nos colocar em posição submissa a um sistema, podendo ser econômico, político, religioso, etc. Ao ser utilizado de forma autoritária, se torna capaz de causar diversos confrontos e situações diversas capazes de alterar o nosso modo de vida, alterando nosso comportamento e atitudes, alterando também as relações com a natureza e com o mundo.

As relações de poder que usualmente são empregadas envolvem, objetividade, intencionalidade, e de uma maneira geral, apresentam resistência. A dificuldade em distinguir o poder político, econômico, cultural ou qualquer outro tipo de poder que envolvam relações

de poder, apresenta essa característica, pois as linhas fronteiriças são muito tênues, e constantemente se sobrepõem, devido à própria natureza do poder.

As relações com a natureza se tornam complexas, principalmente quando envolvem ações do homem no meio ambiente, em prol de interesses econômicos, pois se cria no espaço-território uma ordem e desordem, alterando o processo do plano nacional e global. Altvater (1995) conceitua esse processo de ordem e desordem como sendo um processo de sintropia e entropia respectivamente associando-as a ilhas que se formam no através deles.

Iná Castro em seu livro *Geografia Conceitos e Temas* (2000) diz: “*as práticas espaciais são um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço*”. No caso da mesorregião sudeste do Pará, pergunta-se: até que ponto esses impactos afetam negativamente o território? Afinal, as práticas espaciais ocorrentes no espaço, poderiam ser direcionadas na tentativa de se minimizar os danos causados tanto ao meio ambiente, quanto para as comunidades locais?

Conforme Castro (2000) a seletividade espacial utilizada é a motivadora pela escolha do local a ser instalado grandes projetos mineradores, pois só se investe em localidades que julgam interesse econômico, que no caso da mesorregião sudeste do Pará, a fertilidade do subsolo é a responsável por esse interesse, pois são capazes de fornecer uma grande quantidade de matérias-primas de excelente qualidade, mão de obra pouco qualificada e facilmente dominada, um Estado permissivo, fatores que prejudicam a gestão e o ordenamento territorial, se tornando propenso a constantes confrontos entre os atores locais.

Dentre as características observadas na mesorregião sudeste do Pará, podemos citar a fragmentação espacial. É uma dimensão política utilizada para o controle do espaço, podendo ser exercida em municípios, empresas, no Estado ou em um determinado local.

A dinâmica da empresa Vale cria no espaço uma fragmentação, e em outras situações um "remembramento" espacial, ambos constantes, ou seja, fragmentam o espaço em prol de seus interesses sejam eles em nível de produção, sejam eles em nível de distribuição. No caso do remembramento espacial, se trata de políticas que a empresa visa impor no espaço, impondo uma nova racionalidade no modo de atuação, criando uma nova organização espacial. Surgem principalmente quando ocorre uma diminuição da oferta da produção, ou seja, irão "remembrar" pequenas unidades, aquelas menos eficientes, ou em localização precária, criando unidades territoriais mais amplas em outros lugares, como foi o caso da transferência de seu polo logístico antes localizado no estado do Pará, para o Maranhão.

Outra característica que ocorre na mesorregião sudeste do Pará, se refere à antecipação espacial, pois foi através dela se reúne condições significativas que garantem o controle na organização espacial, onde se amplia o espaço de atuação, reprodução, aumentando as condições de produção (CASTRO, 2000 p. 41).

As práticas realizadas no território podem criar comportamentos e gerarem no espaço problemas, que dependendo da atenção demandada em determinada época, acarretando problemas futuros, tais como a marginalização espacial.

Palheta da Silva (2013) afirma que o município de Curionópolis, por exemplo, importante no passado devido às atividades minerais do garimpo de Serra Pelada, hoje não reflete a mesma importância, pelo contrário, com o esgotamento das riquezas minerais, tornou-se uma cidade abandonada, criando na região diversos impactos negativos, devido à ausência de economia local, falta de empregos, precariedade de condições de saneamento básico, baixos impostos arrecadados e falta de atividades diretas e indiretas decorrentes da saída de um grande projeto de mineração de seu domínio. Além de causar sérios danos ao município, criam grandes problemas aos municípios vizinhos, pois recebem um grande contingente de pessoas necessitando dos serviços essenciais desses locais, impactando negativamente as receitas dos municípios vizinhos, devido ao aumento das despesas destinadas à saúde, pois esses municípios não recebem nenhum tipo de ajuda financeira do governo para dar assistência a essa população carente.

Para Palheta da Silva(2013):

Os conflitos pelo uso do território são elementos para analisarmos as relações político-econômico-sociais que, no Sudeste Paraense, fazem da gestão municipal uma cadeia de processos que envolvem diferentes atores sociais e se manifestam em diferentes interesses no processo de arranjo territorial, demarcando assim territórios de interesses e suas alianças em função de determinados processos socioeconômicos locais (PALHETA DA SILVA, 2013 p.115).

Para Raffestin (1993), o poder está presente em todas as relações, em tudo que envolve o nosso sentimento de sermos uma pessoa. A diferenciação que o autor faz sobre o poder e o Poder, é que realmente nos força a pensar e a repensar sobre todas as ações ao qual somos testemunhas e submetidos, pois existe uma diferença enorme sobre essas duas palavras, a primeira se refere às ações de uma maneira geral, mas é na segunda que é capaz de criar submissão a um sistema, que normalmente é utilizada de forma autoritária, causando diversos problemas e contradições modo de vida, no comportamento e principalmente em nas relações com a natureza e com o mundo.

Para se ter ideia da intensidade de ações de territorialidade permeada em nosso dia a dia, independente de classes sociais, Bordalo (2011) apresentou em seu trabalho que uma pequena comunidade de Jaracuera Grande localizada em Cametá no estado do Pará, ocorriam diversos conflitos violentos entre os pescadores locais com pescadores de comunidades vizinhas, devido à apropriação dos poços de pesca inseridos na comunidade de Jaracuera Grande. Para amenizar os conflitos, houve a necessidade da criação de acordos de pesca e na institucionalização do conflito, passando a ser mediado pelo IBAMA e os órgãos competentes pela fiscalização e monitoramento da atividade pesqueira na localidade.

Lúcio Flávio (1980) já denunciava tais atitudes omissas há muito tempo atrás. Em uma de suas publicações já sinalizava para o descaso e a omissão vividos no estado do Pará, onde se sinalizava a morosidade e a inépcia daquela época a cerca dessa incapacidade e inaptidão em resolver conflitos, devido à falta de ferramentas para ajustar as complexidades, mas nos dias atuais, isso não se emprega, pois os problemas não mudaram, mas a omissão continua.

Esse fato decorreria "da natural atração do polo criado com a ocupação das terras e os trabalhos de implantação, havendo risco de, a revelia e fora de controle da empreendedora, formarem-se próximo ao local das obras, núcleos populacionais desordenados, e marginais, verdadeiras favelas, com população estranha ao pessoal das obras". (Pinto. p.144, 1980).

Rocha (2011) diz:

Dessa forma, novas formas de lutas e resistências emergiram nas cidades, no campo e nas florestas, tendo como referência a luta por cidadania, transformando as práticas de resistência de migrantes e de grupos nativos no embate que envolve não somente a luta pela terra, fazendeiros, grandes empresas e mesmo contra o próprio Estado. É cada vez mais difícil separar a luta pela terra da luta por direitos, educação, transporte, serviços públicos, saneamento, participação política e inclusão no mercado de trabalho e principalmente de consumo, um processo que não pode ser compreendido fora do debate sobre a natureza da modernidade, da cidadania e da urbanidade (ROCHA, 2011).

A situação que Sack (1986) descreve sobre o território, informando que ele pode ser usado tanto para conter, quanto para restringir, e conseqüentemente para excluir, afirmando que para o exercício de controle não necessariamente o agente precisa estar no território.

A excessiva concentração do minério de ferro na pauta de exportações de bens minerais, com o agravante de a maior parte das vendas se direcionar a um único mercado, a China, desperta preocupações, pois qualquer mudança econômica ou política que ocorra nesse País terá reflexos imediatos nas contas externas nacionais. Em 1990, por exemplo, a China importava 2% do minério de ferro brasileiro e esta substância representava 5% nas exportações totais brasileiras. Duas décadas depois, em 2009, esses percentuais passaram para 59% e 9%, respectivamente. (PNM-2030)

Foucault (1971) nos dá um excelente exemplo, capaz de sinalizar o poder e a simetria da retórica independente da classe social no texto a "Ordem do Discurso", onde o autor em

diversos trechos apresenta com clareza a intimidação, coação e repressão utilizados de forma eficaz em um simples discurso.

Poderemos considerar também as séries de discursos que no século XVI e XVII eram concernentes à riqueza e à pobreza, à moeda, à produção, ao comércio. Aí, temos de haver-nos com enunciados muito heterogêneos, formulados pelos ricos e pelos pobres, pelos sábios e pelos ignorantes, pelos protestantes ou pelos católicos, pelos administradores reais, pelos comerciantes ou pelos moralistas. Cada qual tem a sua forma de regularidade, e igualmente os seus sistemas de constrangimentos. Nenhum de entre eles prefigura exatamente essa outra forma de regularidade discursiva que irá assumir o aspecto de uma disciplina e que se chamará "análise das riquezas" e depois "economia política". Foi, no entanto, a partir desses sistemas de constrangimentos que se formou uma nova regularidade, a qual retomou ou excluiu, justificou ou afastou alguns dos seus enunciados (FOUCALT, 1971).

A partilha do poder econômico e político encontrado hoje na região se mostra alterada com a chegada de outros atores ao local. A empresa Vale proporcionou mudanças na gestão dos municípios, pois sua própria dinâmica política-econômica-social exige uma outra abordagem na região (PALHETA DA SILVA, 2013 p. 118).

Esse debate envolvendo os tempos dicotômicos acelerados pela exploração dos recursos minerais, o tempo da natureza, considerada por Altvater (1993), como ilhas de sintropia (ordem), quando exploradas comercialmente como estão sendo feitas as minas em Carajás pelos grandes grupos mineradores, transforma em entropia (desordem), ou seja, o mercado acelera a exploração das jazidas, diante do sistema de produção. O tempo da natureza contrasta com o tempo do capital e isso se reflete na produção e distribuição desigual e combinada da riqueza afetando o meio ambiente na região.

O processo de diálogo social tem sido estratégico para fortalecer nosso relacionamento com as comunidades. Por meio de canais permanentes de interação e metodologias participativas, buscamos gerir impactos, compartilhar informações e entender os interesses e as expectativas ao nosso redor, construindo em conjunto as soluções. Entre as iniciativas realizadas, destaca-se a elaboração de Planos de Relacionamento e Investimento Social com comunidades, fundamentado no envolvimento direto dos moradores na definição e execução de investimentos sociais aderentes as necessidades locais. Em 2014, foram monitorados 26 planos, em continuidade as ações do ano anterior, e implementados 14 novos Plano de Relacionamento e Investimento Social no Brasil. (Relatório de Sustentabilidade Vale, 2014 p.66).

Para refutar a informação da empresa de mineração, Furtado (2013), afirma que existe uma barreira, não somente política, quanto econômica social no que se refere às decisões sobre o uso do território. A autora salienta as dificuldades informadas não obtiveram sucesso através das tentativas de diálogo em relação às mudanças políticas realizadas na região, onde a sociedade civil não foi contemplada em suas reivindicações na empresa Vale e tão pouco pelo Estado.

No caso da elaboração do novo Marco Regulatório, enquanto a sociedade civil organizada e as populações impactadas buscavam, sem respostas, serem ouvidas pelas autoridades públicas, o setor de mineração realizava, com sucesso, um amplo processo de diálogo junto a essas mesmas autoridades. A atuação política do setor tem como principais objetivos acompanhar e incidir sobre as políticas econômicas e ambientais que debatem sobre a mineração, barrando as propostas que ferem os interesses do setor, e incluindo outras, voltadas para o seu benefício (FURTADO, 2013 p.37).

Para a autora, os diálogos foram realizados através da empresa e o Estado, onde os acordos foram estabelecidos sem a presença de um representante social, onde as políticas ambientais, econômico-sociais foram firmadas apenas entre a empresa e o Estado.

Segundo a Vale (2013 p.73), a empresa afirma possuir um relacionamento com os povos indígenas e as comunidades tradicionais, onde afirma:

Com foco na melhoria contínua do relacionamento com povos indígenas e comunidades tradicionais, reforçamos o nosso time com profissionais com formação multidisciplinar e experiência indigenista. Além disso, qualificamos os empregados e fornecedores que possuem interface com povos indígenas nas áreas de influência das operações. Participamos também de fórum de elaboração de boas práticas de relacionamento entre Empresas e Povos Indígenas, organizado pelo The Nature Conservancy – TNC e pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), com a participação da FUNAI, organismos de financiamento, empresas e movimentos indígenas. Nesse âmbito, busca-se o estabelecimento de relacionamento construtivo, de benefícios mútuos, baseado no respeito a diversidade cultural e aos direitos específicos, com foco no etnodesenvolvimento dos povos indígenas e das comunidades tradicionais nas nossas áreas de influência (VALE, 2014).

De acordo com Furtado (2013 p.72) existem diversas ações judiciais contra a empresa Vale por não cumprimento das convenções protegidas pela Constituição Federal. Uma dessas ações se refere aos impactos causados às populações indígenas e às populações quilombolas, onde a empresa para reconhecer a legitimidade do território desses povos, foi preciso a intervenção da justiça para que a lei fosse cumprida.

Para Altvater (1995) o final do século XX proporcionou a economia condições onde explorasse as ilhas de sintropia de todo o mundo (incluindo o Brasil), visando a geração de energia voltada a industrialização e o desenvolvimento dos países de primeiro mundo, fazendo uso da sintropia na transformação dessas matérias primas, onde impossibilitavam as regiões exploradas de obterem qualquer lucro com essa matéria prima. Esse processo, entrópico cria um caos em todo planeta, tendo em vista, os processos de desordem gerados através da exploração de bens minerais ocorrem simultaneamente em diversos países, mas as transformações dessas matérias ocorrem em sua maioria em outros países, gerando um problema global. *"O petróleo do Golfo é transladado para a Europa Ocidental, onde é queimado para retornar à forma de CO₂. O efeito estufa não é local"* (Altvater, 1995, p. 56).

Progresso, modernização e industrialização, em determinadas regiões do mundo, relacionam-se a um ganho em termos de ordem, a que corresponde, entretanto, o aumento material e energético da desordem, do caos em outras regiões do mundo. Portanto, as sociedades industriais apropriam-se das energias e dos materiais de ilhas de sintropia decisivos para a sua ordem e determinam uma distribuição global da entropia criada nas transformações energéticas e materiais. Em última análise: a sintropia é local e regional; a entropia é global (ALTVATER, 1995, p.57).

O desenvolvimento socioeconômico dos países de Terceiro Mundo, objetivados através do processo de industrialização, permitir-lhes-ia a capacidade de um planejamento rumo ao progresso nacional, onde se buscava nos países de primeiro mundo o incentivo à autonomia desenvolvimentista, mas esse incentivo não foi realizado, pelos países hegemônicos, pelo contrário, a exemplo da Alemanha, França e Áustria, defenderam seus interesses sem preocupar-se com o desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo (Altvater, 1995).

Segundo Altvater (1995) o desejo dos países de Terceiro Mundo referentes à construção de uma autonomia desenvolvimentista seus próprios interesses, por mais riqueza, colocando-se em posição superior aos países de Terceiro Mundo, validando somente os privilégios de riqueza europeia.

Assim um país pode parecer ecologicamente consciente, produzindo e consumindo de modo eficaz, porque saqueia outras ilhas de entropia além de suas fronteiras, expelindo a entropia produzida em outras regiões do planeta. Em outras palavras: como todos os homens em todas as nações, como toda a vida acontece nas biosferas e nas esferas abióticas do planeta Terra, e como estas esferas constituem um sistema ecológico global, as ações sobre as reservas naturais da Terra possuem efeitos globais (ALTVATER 1995, p.37).

O poder está condicionado ao modo de vida através dos comportamentos que reproduzimos instantaneamente em nosso dia a dia. Não questionamos as formas de trabalho ao qual somos submetidos, tendo em vista a forma de trabalho ser fragmentada, força e mente não trabalham juntas. Em uma organização como a Vale, por exemplo, é bem nítida a divisão do trabalho, pois o operário que opera uma máquina de produção e em muitas ocasiões se restringindo a apenas esta função. As relações de poder nas empresas de modo geral se comportam nesse formato, submetendo os atores envolvidos em uma relação dicotômica, desmembram o corpo da mente, facilitando a alienação, a submissão e o controle. Tal atitude impede qualquer pessoa de transformar, eles apenas reproduzem uma lógica produtivista, sem qualquer tipo de poder de decisão, pois são induzidos a apenas obedecer.

1.1 Responsabilidade Social e Mineração

O grande debate encontrado nas regiões onde exista grandes projetos que alteram as condições de desenvolvimento socioeconômico e social se trata da confusão entre responsabilidade social e filantropia. Nessas regiões ocorrem muitas discussões sobre os investimentos que são destinados pelas empresas, em especial as de mineração em ações de Responsabilidade Social, sobre onde, e como estão sendo aplicados, se estão desenvolvendo as regiões de forma sustentável, e infelizmente pela falta de ferramentas concretas, onde facilite a mensuração dos investimentos, acabam confundindo-se com filantropia.

Segundo LEWIS (2015),

A definição acima traz implícita a ideia do que seja um comportamento socialmente orientado por parte da empresa. Estabelecida esta ideia, precisa-se saber se a empresa atua de modo responsável socialmente por mera liberalidade ou voluntariedade (por que simplesmente quer em razão de sentimentos humanitários), em razão de uma obrigação legal ou estimulada pelos incentivos especialmente fiscais em razão daquela atuação vislumbrados. (Lewis, 2015 p. 02).

Em um estudo realizado por Fernandes et al (2011), apresentam as dimensões mais relevantes e atuantes (ou auxiliadoras) para a efetiva ação de Responsabilidade Social das empresas de mineração, onde a sustentabilidade se torna essencial para o desenvolvimento local das regiões impactadas com projetos de produção mineral. Os autores afirmam que as dimensões citadas a seguir são importantes para a efetiva incorporação, que além de auxiliarem no emprego de políticas públicas, possuem condições estratégicas para as empresas (mineradoras) participarem de forma ativa na gestão e no ordenamento territorial. As dimensões que configuram a interface são: Dimensão Social; Dimensão Cultural; Dimensão Institucional; Dimensão Ecológica; Dimensão Econômica; Dimensão Política; Dimensão Territorial; Dimensão Tecnológica; Dimensão Global e Dimensão Sistêmica (FERNANDES et al, 2011 p.10). Tais dimensões foram mapeadas a partir do entendimento das especificidades atuais, chegando-se à conclusão que a mineração responsável precisa adequar-se às múltiplas dimensões que estão entrelaçadas nas relações com a sociedade, quando o assunto for sustentabilidade.

A partir desta compreensão, poder-se-á a possibilidade de incorporar as definições às políticas públicas e criar estratégias na gestão do território voltadas aos empreendimentos mineradores (figura 01).



Figura 01: Dimensões da interface mineração e desenvolvimento

Fonte: CETEM, 2011

As dimensões definidas por Fernandes et al (2011), sugerem que a **Dimensão Social**, refere-se aos vínculos de confiança construídos a partir das relações entre a instituição, a sociedade e o Estado, que possibilitam a geração e o estabelecimento de estratégias, focando a sustentabilidade social em territórios mineradores, onde poderão recorrer a **Dimensão Cultural**, buscando um melhor entendimento sobre as tradições e o modo de vida ao qual a sociedade está inserida, pois esta dimensão se traduz na identidade da comunidade local. Para Fernandes et al (2011) para que as etapas anteriores sejam alcançadas, é importante que a **Dimensão Institucional** estabeleça as regras que irão reger os processos relacionados as organizações públicas e privadas que serão moldadas na sociedade.

Para Fernandes et al (2011) como a mineração necessita de bens minerais encontrados na natureza, a **Dimensão Ecológica** ligada ao Meio Ambiente, é a responsável pela integridade dos biomas, bacias hidrográficas e dos ecossistemas, buscando sua continuidade e proporcionando melhor qualidade de vida no planeta.

Todas as outras dimensões para se tornarem coesas, segundo Fernandes et al (2011), necessitam da **Dimensão Econômica** para a elaboração do processo, pois seus resultados agem diretamente na dinâmica comercial da sociedade, tais como: arrecadação de impostos, renda, custo de vida e bem-estar econômico, melhor uso dos rendimentos e compensações financeiras minerais, melhoria no planejamento e desenvolvimento da região e contribuição no plano de desenvolvimento local estratégico. Fernandes et al (2011) informa que a **Dimensão Política** é a responsável pelo entendimento e convenção entre os diferentes atores envolvidos no processo, necessitando de uma postura ética e responsável. Precisa assegurar e

garantir um diálogo como tentativa de se resolver conflitos, em prol do desenvolvimento local na vida das comunidades atingidas.

Sobre a relação entre mineração e sustentabilidade, Fernandes et al (2011) agrega a **Dimensão Territorial** ao uso e ocupação do espaço, atrelando a “regência” sobre a governança territorial ou à gestão do território. Envolve os níveis de poder sobre o território. Para se alcançar melhor competitividade, é necessária a indexação da **Dimensão Tecnológica**, onde os avanços do conhecimento científico sobre o território possibilita o acesso aos minerais de forma eficiente e gerando um menor impacto ambiental.

Para Fernandes et al (2011) para entendermos a necessidade de um Desenvolvimento Sustentável na mineração e conseqüentemente buscarmos melhores práticas de Responsabilidade Social das empresas de mineração, é necessário o uso da **Dimensão Global**, pois as atividades de exploração mineral em nosso país estão conectadas através da globalização, onde a demanda por bens minerais produzidos na Amazônia paraense, suprem as necessidades econômicas dos países estrangeiros em sua maior parte. A mineração contemporânea demandada por bens e serviços devendo atender a elevados padrões tecnológicos que nem sempre podem ser atingidos por fornecedores locais, por isso não se restringem apenas ao mercado interno.

Para termos uma visão holística das atividades de mineração, é necessário segundo Fernandes et al (2011) a **Dimensão Sistêmica**, pois essa dimensão se torna capaz de uma visão do todo. Sabendo que as atividades minero-metalúrgicas afetam todas as dimensões, podem inclusive gerar efeitos em cadeia muitas vezes inesperados, ou um esforço simultâneo, se faz necessário, um olhar sistemático incorporado às políticas públicas e corporativas buscando minimizar os efeitos adversos.

As dimensões supracitadas possibilitam um entendimento geral e tomada de decisão acerca das dinâmicas políticas, socioeconômicas e ambientais, tendo em vista estarem conectadas em rede, onde a falta de sinergia entre os atores envolvidos e uma visão holística relacionadas aos problemas que afetam a comunidade local ou o meio ambiente, são os condutores de conflitos, prejudicando o desenvolvimento local dos municípios, impossibilitando uma efetiva ação de Responsabilidade Social advinda da mineração.

1.2 Instrumentos de Gestão do Território: o Plano Nacional de Mineração

O Plano Nacional 2030 (2011) apresenta as diretrizes gerais que normatizam as atividades minerais no Brasil. A mineração é um assunto amplo e requer uma atenção especial, pois o esgotamento dos recursos minerais irá ocorrer em um futuro incerto, prazo

que depende de como as empresas a exemplo, à Vale, resolvam ampliar e intensificar a exploração desses minerais. No caso da mesorregião sudeste do Pará, parte do seu território possui uma grande concentração de diferentes minérios com um alto teor de qualidade, aumentando ainda mais os lucros tanto para as empresas de mineração quanto para os governos que recolhem vários impostos através do processo exploratório, graças à importância dos minerais para a indústria mundial, refletindo diretamente no espaço geográfico, no território, na política, na sociedade, na economia e no meio ambiente. Por este motivo, seus estoques preocupam o governo federal, conduzindo por meio do Ministério de Minas e Energia a ordenar a exploração desses recursos minerais.

O grande potencial mineral exploratório da mesorregião Sudeste do Pará, deu importância ao território, principalmente nos que possuem grandes projetos de mineração, como é o caso da Vale. Chamou atenção para possibilidade de agregação de valor a cadeia produtiva mineral e ao debate sobre o desenvolvimento sustentável do país, por esse motivo, o Ministério de Minas e Energia estabeleceu como um de seus objetivos contemporâneos (2011), a criação do Plano Nacional de Mineração 2030 o (PNM-2030), planejando e ordenando sustentavelmente a exploração dos territórios para os próximos 20 anos. O PNM-2030 representa uma das etapas de atribuições do Ministério de Minas e Energia para a formulação de políticas e planejamento dos setores energéticos e minerais, utilizando como fundamento três diretrizes: Governança Pública eficaz; Agregação de Valor e Adensamento de conhecimento; Sustentabilidade, e pode ser considerado um instrumento de gestão do território onde a economia mineral está presente.

1.2.1 Governança Pública eficaz

No PNM-2030 (MME, 2011), a Governança pública eficaz ao qual o plano se refere, está diretamente ligada aos objetivos pretendidos pelo governo, onde sinalizaram a necessidade de uma ação pública consolidando o processo do novo marco regulatório do setor mineral, bem como, a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, ações de competência do Governo Federal, onde além de várias ações incluindo fiscalização pública mais eficiente, providencia a criação da Agência Nacional de Mineração, onde passará a realizar as funções do DNPM, onde o mesmo passará a ser extinto, e a revisão da política dos *royalties* da mineração, conforme Projeto de Lei 2D6D3494 de 17 de junho 2013 decretada pelo Congresso Nacional, como um dos objetivos para alcançar uma Governança Pública Eficaz.

De acordo com Santos (2013) “a Governança Pública eficaz tem como objetivo promover o uso dos bens minerais extraídos no país no interesse nacional e criar as condições para atração de investimentos produtivos”. Para Vermulm (2003), tais investimentos produtivos têm como sua principal dimensão o *bem de capital*, sendo utilizado através de uma análise econômica incorporada ao processo produtivo que pode promover a ampliação do crescimento da economia. Além dessa característica, o *bem de capital* é dotado de conhecimento e conseqüentemente reúne tecnologias tais como máquinas e equipamentos capazes de viabilizar o aumento da produtividade, podendo ser utilizada como uma estratégia para a formulação da política econômica.

1.2.2 Agregação de Valor e Adensamento de Conhecimento

Para o PNM-2030 (MME, 2011), a agregação de valor e o adensamento de conhecimento englobam todas as etapas do setor mineral, a partir da geologia, pois é partindo dela que é possível haver uma contribuição à descoberta de jazidas e ao ordenamento territorial, até à mineração e à transformação mineral, pois estimula a expansão de cadeias produtivas minerais no país, podendo convergir à multiplicação de renda, emprego e a Pesquisa, o Desenvolvimento e a Inovação (PD&I). O PNM-2030 induz ao apoio à cultura e à prática da inovação tecnológica na indústria mineral, estimula também à valorização da carreira de pesquisador no quadro empresarial e à cultura de inovação nas associações representativas dos diversos segmentos produtivos do setor mineral.

Além de proporcionar a expansão de cadeias produtivas, a agregação de valor e adensamento de conhecimento podem, também, nortear a gestão do território, na pesquisa sobre as ações das empresas mineradoras no que se refere à sua Responsabilidade Social na região explorada, desenvolvendo e inovando atitudes responsáveis e sustentáveis alinhadas à ABNT NBR-16001. A norma em questão é um conjunto de elementos inter-relacionados criados para estabelecer e atingir políticas e objetivos, que precisam estar integrados em toda a organização da empresa estruturada na metodologia PDCA (Plan – Do – Check – Act ou planejar – fazer – verificar – agir).

O escopo da ABNT NBR-16001, estabelece os requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão de responsabilidade social, permitindo que a empresa formule e implemente uma política e objetivos que levem em conta seus compromissos com a responsabilização (*accountability*) a transparência; tenha um comportamento ético; respeite os interesses das partes interessadas; atenda aos requisitos legais e outros requisitos firmados pela empresa;

respeite as normas internacionais de comportamento; respeite os direitos humanos e promova o desenvolvimento sustentável.

1.2.3 Em busca da Sustentabilidade: desafios da mineração

No que tange a ABNT NBR-16001, a sustentabilidade está intimamente ligada à Responsabilidade Social de uma empresa, pois é através de suas decisões e atividades que irão impactar diretamente a sociedade como um todo e o meio ambiente. A norma estabelece requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da Responsabilidade Social, permitindo à organização formular e implementar uma política e objetivos que levem em conta as exigências legais, seus compromissos éticos e sua preocupação com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, além da transparência das suas atividades.

De acordo com o 3º Anuário Mineral do Pará (2014), para alcançar um desenvolvimento nas questões de sustentabilidade é preciso um envolvimento em diversos aspectos da meta desejada, pois alguns de seus objetivos são mudanças significativas nas questões sociais, focando o alcance de uma melhor qualidade de vida e econômica, melhorando a distribuição de renda englobada ao aumento da oferta de empregos, desenvolvendo uma economia equilibrada; uma exploração ambiental responsável através de um controle e monitoramento da exploração dos recursos naturais, capacitando e modernizando continuamente os instrumentos que proporcionem a produção de uma autonomia na pesquisa científica e tecnológica respeitando culturas locais onde existam projetos de exploração mineral.

CAPÍTULO II : A MINERAÇÃO NA REGIÃO DE CARAJÁS

2.1 Breve História da Vale no Pará

As atividades minerais que impulsionaram a aceleração das transformações territoriais na região foram iniciadas pela então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje denominada apenas por Vale. A Vale é uma mineradora global criada há mais de 70 anos no país. Presente em mais de 30 países como: Angola, Argentina, Austrália, China, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos entre outros (Figura 02).



Figura 02 - A Vale no mundo.
Fonte: Vale, 2014.

A companhia começou suas atividades no Brasil, mais precisamente na cidade de Itabira, no estado de Minas Gerais e hoje concentra seu campo exploratório mineral (Sistema Norte) desde a década de 1980 em Canaã dos Carajás e Parauapebas no estado do Pará.

As atividades de exploração mineral na mesorregião sudeste do Pará de acordo com o livro da Vale "Nossa História" (2012) surgiu em 11 de julho de 1967, liderada pelo então geólogo americano Gene Tolbert, contratado na época pela empresa US Steel, para a realização das atividades de campo, na mesorregião sudeste do Pará. Um dos profissionais contratados para a atividade foi o geólogo Breno dos Santos que em um dos seus sobrevoos de helicóptero no território de Carajás, se deparou com uma enorme clareira composta por uma vegetação rasteira, conhecida por "canga"⁴, onde sugeria-se se tratar de uma região rica

⁴ Canga - A clareira enorme de vegetação rasteira, onde normalmente se encontra uma região rica em minério muito próxima da superfície, impedindo o crescimento de árvores.

em minério. Com a análise superficial, era impossível determinar qual tipo de minério existia no subsolo, Breno então precisou pousar o helicóptero e analisar mais de perto o terreno, chegando à conclusão que toda a canga era composta de ferro, pesando em média na avaliação preliminar 17 bilhões de toneladas de alto teor (Vale, 2012 p.72).

2.2 Espaço-território, Território e Região Mineração

O espaço-território cria condições de enriquecimento, ampliando o debate na região mineradora, em especial, do sistema norte, nos municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, onde a paisagem apresenta a pobreza e a riqueza regional produzida e reproduzida através do exercício do poder do passado, do presente e possivelmente do futuro, onde proporcionam-se leituras na subjetividade e na temporalidade, reforçando-se modelos adotados ao longo desses anos, onde delinear-se de forma contínua a incompatibilidade do processo que impede o desenvolvimento regional, como transformação aparelhado de matérias primas para os países centrais com pouca agregação de valor do produto e do trabalho.

O território ao qual se pretende conceituar é o começo e objeto principal do estudo, tendo em vista, as ações realizadas pelo homem na porção terrestre necessitam de um território para o exercício de poder. Sem relações de poder, não há território. Tais relações exigem comportamentos, que se tornam característicos em sua natureza. Podemos citar como exemplo, os conflitos gerados no território, que surgem através das ações exercidas em que os resultados gerados, se tornam insatisfatórios, não se tornando consenso entre os envolvidos, pois normalmente não possuem justiça na ação exercida, tendo em vista, a própria natureza do poder se apresentar de maneira sobreposta aos interesses de outrem, não existindo equilíbrio, apresentando-se de forma desnivelada, onde de um lado uma parcela possui muito poder, no controle do território, conquistado através da autonomia ou consenso político-econômico, e liberdade na tomada de decisão, do outro temos, em grande maioria a população local.

O território por ser extremamente complexo, a sua conceituação não poderia ser diferente, por si só já é capaz de gerar muitas divergências sobre o seu real conceito, isso se de fato é possível e existe um consenso conceitual.

Os acordos estabelecidos pelos grupos financeiros mundiais criam, no Brasil, uma dependência econômica, que dificultam as bases tecnológicas nacionais, restringindo o investimento em projetos de inovação, capazes de promover uma equidade na competitividade global. O estado paraense, em especial, têm uma relação de dependência do

mercado internacional, tendo em vista, não possuir autonomia sobre o valor de suas matérias primas, estando sempre subordinado aos acordos estabelecidos através da economia mundial ditada através das agências reguladoras. O entendimento sobre as circunstâncias onde se firmaram os acordos de exploração mineral na mesorregião Sudeste do Pará, está em comum acordo com as decisões do passado, e de certa forma transforma-se em reféns da própria produção do espaço geográfico, onde submete-se a ação de países dominantes na busca contínua na aceleração de suas riquezas, degradando o meio ambiente, onde interfere-se diretamente nas relações sociopolíticas e econômica.

2.3 Investimento nos países do Subdesenvolvidos

As mudanças históricas do país foram marcadas por acontecimentos, onde alterou-se o passado, compromete-se o presente e geram incertezas no futuro, em localidades, territórios, regiões e nações, objetivados através de ações de territorialidade, afetando e alterando políticas, gestões, decisões, relações, através do exercício de poder. As políticas econômicas e políticas onde se adotam posições de dependência político econômica, recebendo influências direta e indireta de políticas criadas para o beneficiamento de outras nações, prestam um desserviço ao país, pois impedem que façamos um melhor uso do território, evitando-se a manutenção do *status quo* buscando-se talvez a diminuição da entropia.

Entende-se que as relações de investimentos realizadas nos países de Terceiro Mundo serviam apenas para aumento das riquezas dos países de primeiro mundo, atendendo somente aos seus próprios interesses, como podemos citar o financiamento do Projeto Carajás.

Retira-se do Estado a soberania para decidir-se sobre o futuro e andamento das negociações, a exemplo, sobre as *commodities*⁵. Cria-se uma fragmentação na informação e impede-se uma ostensiva tomada de decisão sobre o futuro econômico e político da nação onde se galga o desenvolvimento das regiões e as ações responsáveis dos agentes controladores do território de mineração.

⁵ *Commodities* - podem ser definidas como mercadorias, provenientes de cultivo ou extração, que são produzidas em larga escala e comercializadas mundialmente. São produzidas por diferentes produtores e possuem características uniformes. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade. Por serem mercadorias primárias, propensas à transformação em etapas de produção, são negociadas globalmente. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC).

O Debate na região mineradora do sistema norte, principalmente nos municípios de Canaã dos Carajás de Parauapebas, ocorrem em virtude da pobreza e da riqueza regional produzidas pela economia mineral, tempo da natureza e tempo do capital são incompatíveis na região. Os municípios que são atingidos diretamente pela exploração mineral, têm assegurado por Lei Federal a Compensação Financeira Pela Exploração Mineral (CFEM), que garante que as receitas deverão ser aplicadas em projetos, que direta ou indiretamente revertam em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação de acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

2.4 O Plano Nacional e Responsabilidade Social e Ambiental na Mineração

A mineração é um assunto amplo e requer uma atenção especial, pois o esgotamento dos recursos minerais irá ocorrer em um futuro incerto, prazo que depende de como as empresas a exemplo, a Vale, resolvam ampliar e intensificar a exploração dos minerais. No caso da mesorregião sudeste do Pará, o território possui uma grande concentração de diferentes minérios com um alto teor de qualidade, aumentando ainda mais os lucros tanto para as empresas de mineração quanto para o governo que recolhe vários impostos através do processo exploratório, graças à importância dos minerais para as indústrias mundiais, refletindo diretamente no espaço geográfico, no território, na política, na sociedade, na economia e no meio ambiente. Por este motivo, seus estoques preocupam o governo, conduzindo o Ministério de Minas e Energia a ordenarem a exploração desses recursos minerais, mediante a criação de variados planos diretamente ligados à mineração desde 1965.

O escopo da ABNT NBR-16001 estabelece os requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão de responsabilidade social, permitindo que a empresa formule e implemente uma política e objetivos que levem em conta seus compromissos com a responsabilização (*accountability*) a transparência; tenha um comportamento ético; respeite os interesses das partes interessadas; atenda aos requisitos legais e outros requisitos firmados pela empresa; respeite as normas internacionais de comportamento; respeite os direitos humanos e promova o desenvolvimento sustentável.

Sustentabilidade

No que tange a ABNT NBR-16001, a sustentabilidade está intimamente ligada à Responsabilidade Social de uma empresa, pois é através de suas decisões e atividades que irão impactar diretamente a sociedade como um todo e o meio ambiente. A norma estabelece requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da Responsabilidade Social, permitindo à

organização formular e implementar uma política e objetivos que levem em conta as exigências legais, seus compromissos éticos e sua preocupação com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, além da transparência das suas atividades.

As questões envolvendo a responsabilidade social e ambiental, têm por fundamento, o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos municípios impactados com as atividades exploratórias das empresas mineradoras, pois tenta-se ordenar as atividades, evitando-se que se transformem em exploração predatória, pois os bens minerais não renováveis, irão esgotar-se, restando para o país apenas fragmentos do que um dia foi conhecido por ser uma potencia econômica em produção de energia mineral.

De acordo com o 3º Anuário Mineral do Pará, para alcançar um desenvolvimento nas questões de sustentabilidade é preciso um envolvimento em diversos aspectos da meta desejada, pois alguns de seus objetivos são mudanças significativas nas questões sociais, focando o alcance de uma melhor qualidade de vida e econômica, melhorando a distribuição de renda englobada ao aumento da oferta de empregos, desenvolvendo uma economia equilibrada; uma exploração ambiental responsável através de um controle e monitoramento da exploração dos recursos naturais, capacitando e modernizando continuamente os instrumentos que proporcionem a produção de uma autonomia na pesquisa científica e tecnológica respeitando culturas locais onde existam projetos de exploração mineral.

A ideia é que a empresa seja holística na forma de ver e ouvir a sociedade como um todo, na sua área de influência direta e indireta na região de Carajás, proporcionando para que todos os atores envolvidos sejam incluídos nas formas de planejamento da empresa, não somente no sentido empresarial mais estratégico na comunidade com reflexos sociais.

Não temos disponível, neste momento da pesquisa, os dados de investimentos sociais de 2014, mas, por exemplo, a Vale, segundo informações em seu site na internet, disponibilizou a informação de que no ano de 2013, aplicou U\$ 1.280 bilhão em projetos, 21% em sustentabilidade e 79% em ações sociais. Não houve detalhes sobre os investimentos e projetos que a Vale realizou ou aplicou seus recursos, e quais municípios foram contemplados. Mas, podemos constatar diante de uma rápida leitura da paisagem a ausência qualitativa desses investimentos na região de Carajás e Parauapebas nos últimos anos. O grande dilema da região é de ser ao mesmo tempo uma região rica em minérios com alto grau de problemas sociais.

Por outro lado, há informações da empresa que iriam criar cerca de 1500 projetos de 2014 a 2018, segundo ela própria, 40% já teriam iniciado, mas não obtivemos uma quantidade

significativa de referências concretas aos dois municípios. O debate é de como a sociedade é inserida no planejamento das ações sociais da empresa. E de que forma os projetos são realmente de interesse social e não apenas da empresa. Outro é o volume e a qualidade dos projetos numa região socioambiental problemática em razão das formas de preocupação econômica e social.

Uma das informações contidas no site da Vale, diz que em 2013 realizaram uma parceria com a Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na construção de 350 casas em Dom Eliseu no Pará. Este é um exemplo clássico de que construções de moradias não são ações de Responsabilidade Social, se tratam de ação social. Criaram no mesmo ano um projeto em Canaã dos Carajás denominado Aliança para o Desenvolvimento Local, em Parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Prefeitura de Canaã de Carajás. O projeto visa *apoiar a elaboração de projetos e a captação de recursos voltados à promoção do desenvolvimento urbano e a integração das políticas públicas de inclusão social no território*. O território já conta com recursos bem significativos, a aplicação deles é que está deficiente e, encontrar uma forma de melhor aplicar tais recursos irá contribuir para o desenvolvimento e a gestão do território. O desalinhamento entre os interesses da empresa, do Estado e principalmente da sociedade é que precisam ser resolvidos.

Em nenhum dos projetos analisados da Vale, observamos a sociedade local incluída na escolha dos projetos, não observamos nenhum diálogo, as decisões foram tomadas do que fazer, como fazer, quando fazer e para quem fazer apenas por um lado dos envolvidos. As discussões surgem exatamente pelas condições em que grande parte da população vive, pois de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a última informação foi divulgada em 2003, a incidência da pobreza ainda é muito alta com 42,03% e em Canaã dos Carajás a incidência da pobreza foi de 28,47%. Se utilizarmos o dado da Incidência da Pobreza Subjetiva, valor sobe para 43,17% em Parauapebas e em Canaã dos Carajás os valores sobem para 41,36%.

Os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás ao longo do estudo apresentaram uma grande importância para o desenvolvimento econômico do país, através da arrecadação de bilhões de reais advindos de atividades de mineração (*royalties*). A natureza tem sido muito generosa para as empresas mineradoras, pois retiram do solo paraense toneladas diárias de minérios de altíssima qualidade. O esgotamento desses recursos minerais irá acabar em um futuro que não podemos precisar, dependerá de vários fatores, incluindo a exploração responsável desses produtos.

A maior parte da infraestrutura local tem sido pensada e executada para melhor servir aos interesses da exportação, mas em se tratando da população local, existem várias lacunas sobre quais as atividades que as empresas de exploração mineral têm realizado para a sua Responsabilidade Social, visando melhores condições no atendimento às necessidades dos atores locais. Se tais projetos de Responsabilidade Social incluem a sociedade civil na tomada de decisões, por que temos dificuldades em acessar publicamente as informações? Os projetos possuem um escopo? E quais são eles? Muitas perguntas ainda estão sem respostas, para isso são realizadas as pesquisas científicas, buscando respostas para os problemas nos territórios, tais como conflitos, má distribuição de renda, falta de condições básicas da população local e etc. Os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás recebem um valor bem significativo de receitas e parte são destinadas a projetos que beneficiam o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Vários projetos sociais informados pela Fundação Vale no item 2.6 (Relatório de atividades, 2013), apresentam duas características: são oferecidos em sua grande parte a outros municípios de outros estados principalmente em Minas Gerais e no Espírito Santo e em sua maioria são ações filantrópicas, pois não seguem os preceitos da Responsabilidade Social. (Vale, 2013)

Devido à tamanha riqueza, a mesorregião sudeste, tornou-se muito atrativa, tanto aos mercados, quanto estimulando pessoas de todo o país a migrarem para o estado do Pará, em especial para os municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, ganhando principalmente a atenção do mercado internacional através de empresas multinacionais, pois os minerais explorados no território possuem um alto teor de pureza, tornando-se ainda mais atrativo e lucrativo, conseqüentemente gerando muitos conflitos no território, tensões essas que precisam ser analisadas, com o intuito de se identificar os problemas latentes que surgiram com a implantação dos grandes projetos nestes municípios, e seus resultados no território.

A Vale utiliza a territorialidade na gestão territorial para estabelecer e manter o poder, pois o resultado é estratégico para afetar, influenciar e principalmente controlar pessoas, fenômenos e relações, sua base envolve o controle de pessoas e coisas, utiliza autoridade nas fronteiras para moldar, influenciar ou controlar atividades. Assim, a Vale controla não somente um município, mas vários outros, limitando geograficamente a jurisdição de cada empresa e atividade econômica de seu controle.

A classe trabalhadora tenta resgatar o que foi retirado, é o que faz das relações algo conflituoso, busca receber o que foi coibido anteriormente, esse desejo do "justo" é que os

move. A dialética não é incentivada neste caso, pois a exploração da mão de obra é o que move a "mais valia", termo muito utilizado em estudos sobre o capitalismo, pois é através dela que as organizações conseguem o seu lucro, afinal de contas uma grande parte do trabalho exercido pelo trabalhador não é pago. Tais trabalhadores referenciados podem ser denominados em população. Cansados de serem explorados, na tentativa de diminuir essas desigualdades e disparidades, não encontram alternativa que não seja a oposição, a resistência, e a revolta, pois a população é um dos trunfos utilizados por grupos dominantes para a perpetuação do poder, e sem ela não tem ganho, sem ganho, não tem capital.

A necessidade de uma intervenção de fora foi necessária, para conter os ânimos e amenizar os conflitos sobre o controle territorial da pesca. Não foi possível conseguir através dos pescadores de Jaracuera Grande – somente após a intervenção de um órgão federal é que foi possível – resolver um problema local, que deu poder legal aos pescadores locais para gerir o território e os recursos naturais nele existente, sem essa ação a territorialidade seria subjugada pela força externa.

Mas infelizmente nem sempre o Estado se faz presente em ações no território, ou melhor, dizendo, nem sempre o Estado está disponível em se fazer presente no território. Quando falamos em grandes projetos, vem logo à mente grandes empresas, conseqüentemente, multinacionais, não que estejamos menosprezando as empresas nacionais, mas quando se fala em capital, as empresas estrangeiras têm muito mais experiência neste assunto.

A frequente aceitação ou omissão do Estado, no que se refere às riquezas de nosso país, estampam capas de jornais em todo mundo. Infelizmente assistimos todo o processo de exploração predatória que ocorrera no garimpo de Serra Pelada, nenhuma ação do Estado foi realizada no território, buscando ordenar a gestão territorial de Curionópolis. A natureza foi completamente devastada pela ação de atores preocupados apenas com o capital gerado através da produção do ouro.

Quando as empresas mineradoras resolveram instalar-se no estado do Pará, diversos ajustes foram feitos até chegarmos ao modelo atual. As mais variadas tentativas foram realizadas para conseguirem mais território, além da compra até doação solicitaram ao INCRA a doação de 87.257 hectares para a exploração de bauxita. Antes mesmo da decisão do Estado, a empresa se apropriou da terra construindo quilômetros de cerca de arame farpado, delimitando a área, realizaram acordo com os posseiros locais, tendo o apoio da Polícia Militar para estabelecer barreiras ao trânsito, se portando como a dona, como se não

existisse nenhum tipo de Estado. Tal atitude demonstra como as relações eram estabelecidas pelas empresas mineradoras. Se naquela época já se comportavam assim, dessa maneira autoritária e controladora, não seria muito diferente nos dias de hoje.

Um dos pretextos utilizados pela empresa foi a preocupação com o entorno do projeto, mais precisamente com a natureza, pois sua justificativa era:

Analisando a situação que ocorreu há mais de 30 anos, vêm em mente duas coisas: a primeira é que a vale já estava antecipando as possíveis consequências que ocorreriam após a instalação do seu projeto e não queria se responsabilizar socialmente pelo caos urbano que ela ocasionaria. A segunda, como na época ela já era uma multinacional, deve ter passado em algum lugar situação parecida e não quis que o mesmo problema acontecesse novamente, tendo em vista o Estado ser muito omissivo e despreparado, quis se aproveitar da situação para manter suas fronteiras seguras.

Outro ponto importante a salientar é que desde 1980 a visão de que o progresso não chegou para o Pará já era explícito, o desenvolvimento tanto econômico quanto social, parecem não serem produzidos internamente. Desde essa época já ocorria uma diminuição da mão de obra, as filas quilométricas de candidatos concorrendo às mínimas vagas, fazem parte do cotidiano desses municípios. Desde 1980 a tentativa do Estado em minimizar essa disparidade com a criação de concursos públicos, não sanou na época e não é capaz de sanar os problemas atuais. O problema do elevado índice de desemprego permanece (PINTO, 1980).

Talvez um dos fatores que piorem essa situação é a falsa ilusão de que a vida é muito melhor na zona urbana. Talvez em um passado não muito antigo, isso tenha sido verdade, mas no mundo moderno, se transformou em um grande problema. Essa vontade de produzir um espaço cada vez mais urbano, a médio e a longo prazo, acarreta grandes problemas. A economia urbana ainda não se tornou muito diversificada, e devido à falta de verticalização das indústrias, o aumento da migração intramunicipal e intraestadual intensificam os conflitos e o caos nessas regiões.

São problemas como os salientados acima, que ocasionam todas as situações problemáticas ao qual somos submetidos diariamente, independente se moramos nas cidades ou nos campos, pois afetam todo o estado, porque falta de gestão do território e a falta de políticas públicas causam todos os tipos de danos em todas as esferas. Falando da mesorregião sudeste do Pará, as empresas buscam apenas o incremento do seu capital

financeiro, não se preocupando com as consequências que causam não somente para essa geração mas, principalmente, para as subseqüentes. Afinal suas ações não são necessariamente sentidas pelos grupos dominantes, pois quem decide não necessariamente precisa estar próximo, suas ordens e o seu controle pode perfeitamente ser exercido a distância.

A definição aponta que a territorialidade estabelece um controle sobre uma área, como um meio de controlar as coisas e as relações, tal definição de territorialidade ajuda a entender como essa territorialidade está sendo exercida, mesmo assim podem ocorrer confusões quando se aplicada na prática. E são essas confusões que permitem que a situação permaneça como está.

A marginalização da população em relação à decisão de como os benefícios deveriam ser destinados visando o Desenvolvimento socioeconômico e ambiental, impossibilita os menos favorecidos a se desenvolverem como um todo. A manipulação dos bens materiais e econômicos são utilizados para organizar e controlar as pessoas e os recursos ao acesso as riquezas naturais. Utilizam a territorialidade apenas como um componente do poder no território, buscando a submissão das pessoas e da natureza.

O nosso contexto geográfico nos mostra que o território desde os primórdios vem sendo utilizado para legitimarmos ações controladoras, altamente excludentes, pois a maioria não tem as mínimas condições de crescer socialmente, economicamente e tão pouco territorialmente, pois o direito à terra fica somente para as classes dominantes que infelizmente detém a maior parte do território, das riquezas e do poder.

Nesse contexto a territorialidade, está sendo utilizada apenas como uma básica influência de poder, que oferece uma ligação essencial entre a sociedade, o espaço e o tempo, ao qual pessoas constroem e mantêm uma organização espacial, mas não detém o controle deste poder. Tal estratégia complexa está sendo utilizada basicamente para afetar, influenciar e controlar o acesso de pessoas, coisas e relações, que neste caso são as riquezas minerais.

A dependência econômica atrelada a um único cliente é um fator preocupante já citado no Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM2030), onde cita um trecho que ilustra que o modelo utilizado na época e que persiste nos dias de hoje, prejudicam o comércio nacional e beneficiam os países estrangeiros conforme o texto abaixo:

Nossa preocupação se sustenta, levando em consideração que todas as negociações, seja na economia, na política ou na sociedade são baseadas no convencimento ao longo dos

séculos, pois é o primeiro passo para que garantias e acordos sejam firmados tanto no Estado, quanto nas empresas e também na sociedade através do convencimento.

O discurso é utilizado e reutilizado nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás como forma de dominar, excluir, intimidar e manipular a sociedade o meio ambiente. Também podemos observar os sinais de sua utilização na mídia, na política, na economia, em todas as situações que de alguma forma podem conter intencionalidades divergentes, que de uma forma ou de outra, poderia corromper a ordem perdurada no espaço e no tempo.

Para entendermos as dinâmicas encontradas no território, que embora apresentem sinais de conflito por parte de alguns atores ainda permanecem capazes de dominar, conter e apresentar uma falsa sensação de isonomia, onde a sociedade se mostra inerte e impotentes de questionamentos na relação riqueza e pobreza ao qual convivem e se portam de maneira naturalizada, não oferecendo riscos e ranhuras ao capitalista e injusto vigente no território paraense.

Essa disparidade desde o surgimento dos municípios se mantém no controle, em prol do controle em busca de mais controle, que pode ser traduzido neste contexto em poder. Poder este que intimida massas, subjulga o Estado e estabelece a economia global independente da vontade, pois a decisão não está nas mãos dos detentores do produto, estes se portam e se comportam também como reféns do sistema de constrangimentos.

O discurso diz que os municípios atingidos diretamente pela exploração mineral, têm garantidos por Lei Federal uma das arrecadações importantes e relevantes para o desenvolvimento das populações impactadas dos municípios mineradores, denominada Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), garantindo (pelo menos teoricamente) que as receitas deverão ser aplicadas em projetos, que direta ou indiretamente revertam em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação de acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Carajás é considerado o maior e mais importante projeto minerador do Brasil. Responsável pela maior fatia de exportação do país. O minério de ferro ali explorado é considerado o mineral de melhor qualidade do mundo, seu teor de pureza, traz benefícios aos países que consome o produto, pois compram uma matéria prima de primeiríssima qualidade, pagando um valor bem abaixo dos benefícios que direta e indiretamente conseguirão através do seu uso.

Infelizmente não podemos entender a forma que as nossas riquezas naturais são tratadas e negociadas em nosso país, tendo em vista a nossa matéria prima não pode ser comparada e tratada como as demais do mundo, conseqüentemente o seu valor não pode ser equiparado aos bens naturais de outros países, ser taxado no mesmo grau de qualidade e importância das matérias primas de pouco valor agregado.

Começamos a entender a pressa em exportar o máximo de matéria prima em pouquíssimo tempo, pois é uma luta literalmente falando contra o tempo, estão explorando e comercializando de forma predatória o nosso diamante bruto e pagando um preço irrisório enquanto estamos adormecidos, enquanto estamos hibernando. O poder público que deveria estar buscando alternativas para tentar minimizar esse dano que prejudica diretamente a população local, não parece preocupado, e o pior, se comporta de maneira passiva diante ao processo exploratório, são permissivos na ação predatória, omissos quando se refere a fiscalizar as ações da empresa, não cobram mais práticas de responsabilidade social, pior do que não cobrar, é não fiscalizar o que é divulgado e difundido nos relatórios anuais organizacionais de sustentabilidade, não lutam pelo meio ambiente que a cada dia que passa perde mais saúde, pois está sendo negligenciado pelos poderes públicos que deveriam lutar pela sua preservação. A forma capitalista selvagem ao qual são tratadas as formas de produção mineral em nosso país que a longo prazo trará conseqüências negativas irreversíveis, os benefícios e ações responsáveis e politicamente corretas na mesorregião sudeste do Pará se apresentam de forma utópicas, que poderemos analisar ao longo do estudo através dos resultados obtidos com a nossa investigação dos fatos.

Tendo em vista a gestão do território, incluir a administração e o controle, utilizados na territorialidade e sendo peças fundamentais para os modelos utilizados na organização espacial na mesorregião sudeste do Pará, as práticas espaciais excludentes na região produtora, se diferem de um município para outro, onde pode-se observar através da pobreza encontrada nas periferias da região seus diferentes níveis. Para Palheta da Silva (2013) a subordinação dos municípios as ações da empresa Vale são sustentadas pelas políticas públicas empregadas na região de acordo com o grau de autonomia financeira e administrativa municipal de cada município na tomada de decisão. Para o autor, a dependência financeira municipal, regida pelos grandes projetos de atividade mineral é um dos fatores utilizados pelas empresas no exercício do seu poder local. A territorialidade mais evidente em algumas regiões se dá ao fato de uma prévia seletividade espacial.

A falta de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável da população local revela-se em um problema em identificar ações de Responsabilidade Social. Uma das informações contidas no site da Vale, informando que, em 2013 a empresa realizou parceria com a Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na construção de 350 casas em Dom Eliseu no Pará, retrata a falta de entendimento e alinhamento dos projetos em prol da Responsabilidade Social. A construção de moradias não são ações de Responsabilidade Social, se tratam de ação social, pois não são capazes de agir de forma responsável buscando o desenvolvimento social.

Criaram no mesmo ano um projeto em Canaã dos Carajás denominado Aliança para o Desenvolvimento Local, em Parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Prefeitura de Canaã de Carajás. O projeto visa *apoiar a elaboração de projetos e a captação de recursos voltados à promoção do desenvolvimento urbano e a integração das políticas públicas de inclusão social no território*. O território já conta com recursos bem significativos, a aplicação deles é que estão deficientes, encontrar uma forma de melhor aplicar tais recursos irá contribuir para o desenvolvimento e a gestão do território. O desalinhamento entre os interesses da empresa, do Estado e principalmente da sociedade é que precisam ser resolvidos.

Em nenhum dos projetos analisados da Vale, observamos a sociedade local incluída na escolha dos projetos, não observamos nenhum diálogo, as decisões foram tomadas do que fazer, como fazer, quando fazer e para quem fazer apenas por um lado dos envolvidos.

2.5 Os Territórios e territorialidades da Região de Carajás

A atuação da empresa Vale na região de Carajás, foi analisada através de documentos da própria empresa, contando também a observação a partir do trabalho de campo (2015). Dentre a investigação *in loco*, observou-se territorialidades dentro de um único território, onde as versões são diversas, bem como as ações realizadas e o controle exercido na região,

Em entrevista com Secretário de Desenvolvimento de Parauapebas, onde o secretário afirma ter participado do processo de implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD estatal) em 1984, sendo convidado pela Companhia a iniciar e preparar a operação da usina de Carajás na (primeira fase da planta). O convite foi realizado na época devido à formação acadêmica do Secretário em Engenharia de Minas e em Engenharia Mecânica, ambas pela Universidade Federal de Minas Gerais conforme o trecho:

Eu estou no município desde 1984, vindo de um projeto de mineração de ouro que trabalhava no Amapá. Recebi o convite da Vale para inicialmente preparar a operação de Carajás em sua primeira fase. Vim para a região um ano antes para dar o *startup* na planta. Sou Engenheiro de Minas, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, e logo depois me formei em Engenharia Mecânica o que possibilitando as duas formações acadêmicas na prática da mineração (Trabalho de Campo, 2015)⁶.

Em entrevista junto ao Secretário de Desenvolvimento, citou-se informações sobre os acordos econômicos firmados para o financiamento do projeto Carajás, referindo-se as dificuldades financeiras do país em 1982. Falou-se das diversas tentativas para a arrecadação de recursos visando o financiamento do projeto, onde decidiu-se ir até aos clientes, solicitar o financiamento, e com o intermédio do então presidente da época general Geisel em visita a expansão da Aço Minas em Minas Gerais, conseguiu-se além do crédito necessário para o projeto da Aço Minas, angariou-se os recursos necessários o investimento no Projeto Carajás. Participaram do processo os Bancos Japoneses, as Usinas Japonesas e o Clube de Paris. Posteriormente associaram-se ao financiamento os americanos (através do Clube de Paris) conforme o trecho da entrevista abaixo:

Há 30 anos atrás, lá na Ásia, por que os bancos japoneses e as usinas japonesas foram um dos financiadores do projeto Carajás junto com o Clube de Paris que naquela época nós estávamos no governo militar em 1982. Nós tínhamos ido ao FMI e aí o Brasil estava sem crédito, com a capacidade de endividamento muito baixa, então foram os clientes que financiaram Carajás, com o fundo de recurso vindo do Clube de Paris, Londres na Inglaterra, numa visita do então general Geisel enquanto presidente foi lá na expansão da Aço Minas em Minas Gerais, e eles arrumaram crédito, o cronograma do projeto foi implantado e eles resolveram aderir também o financiamento de Carajás que foi financiado através de moedas fortes na época que era a Libra, o Marco Alemão e mais o Dólar que são investidores americanos que se associaram ao Clube de Paris e o Iên (Trabalho de Campo, 2015).

A cada ano, segundo o DNPM, observa-se um crescimento da CFEM no Pará, gerando uma arrecadação nacional de 30% – em valores, foi de R\$460 milhões em 2011. Em 2013 o estado do Pará arrecadou R\$ 804,5 milhões sendo o responsável por 34,9% da arrecadação total nacional da CFEM. Somente o município de Parauapebas foi o responsável pela arrecadação de mais de R\$ 700,5 milhões no ano. Precisamos e devemos analisar as lacunas encontradas no processo e na fiscalização da aplicação dos recursos financeiros, pois a falta de fiscalização está causando um processo de contrastes entre a pobreza e riqueza no desenvolvimento socioeconômico nos territórios impactados com projetos de exploração

⁶ Entrevista concedida pelo Secretário de Desenvolvimento de Parauapebas. Durante o Trabalho de Campo [set.2015]. Entrevistador João Marcio Palheta da Silva e Gláucia Rodrigues Nascimento Medeiros.

mineral. Nosso intuito neste artigo é analisar a aplicação desses recursos e a questão da responsabilidade social nos dois municípios citados no ano de 2014.

Além de proporcionar a expansão de cadeias produtivas, a agregação de valor e adensamento de conhecimento podem também nortear a Gestão do Território na pesquisa sobre as ações das empresas mineradoras no que se refere à sua Responsabilidade Social na região explorada, desenvolvendo e inovando atitudes responsáveis e sustentáveis alinhadas à ABNT NBR-16001. A norma em questão é um conjunto de elementos inter-relacionados criados para estabelecer e atingir políticas e objetivos, que precisam estar integrados em toda a organização da empresa estruturada na metodologia PDCA (Plan – Do – Check – Act ou planejar – fazer – verificar – agir).

2.6 Produção mineral, arrecadação da CFEM, TAH, TFRM E IDH

A produção mineral realizada no mundo, através de operações da empresa Vale no período entre 2010 a 2015, de acordo com o relatório de produção mineral dos anos de 2010 a 2015, apresentaram aumento no volume de produção mineral (minérios de ferro e cobre), devido à necessidade de demanda do mercado estrangeiro para a aquisição de matérias primas para o desenvolvimento de suas nações. O Brasil, impulsionado pelas matérias primas encontradas no subsolo da mesorregião sudeste do Pará (Complexo Minerador de Carajás), renderam aos cofres públicos centenas de bilhões de reais através de impostos e arrecadações financeiras, possibilitando um maior investimento nos municípios impactados pelas atividades mineradoras na região.

A cada ano, identificou-se um aumento nacional na produção mineral, sendo que a partir de 2014, o município de Parauapebas sozinho, superou a produção de minério de Ferro do país. O incremento no volume de produção mineral obtido neste período aumentaram a importância e visibilidade do estado paraense no mercado nacional e internacional. Embora os dados tenham sido gradativos, vários problemas surgiram nas atividades de produção mineral neste período, tais como: manutenções não previstas em setores importantes do Complexo Minerador de Carajás, fortes chuvas sazonais, falta de flexibilidade operacional, desastre ambiental em Mariana (Minas Gerais), mas os fatores positivos foram superiores, contribuindo para que as metas fossem cumpridas.

Em relação ao minério de ferro, durante o período de 2010 a 2015 foram produzidos no Complexo Minerador de Carajás, no estado do Pará um total de 571.848.000 toneladas, com o teor médio de pureza em torno de 65,2%. A partir do ano de 2012, a Vale mudou para o topo da lista o Complexo Minerador de Carajás, não sendo mais visualizado em outras

posições da tabela em seu relatório. A produção mineral do minério de ferro do período 2010 a 2015 encontra-se na tabela abaixo: (Gráfico 01):

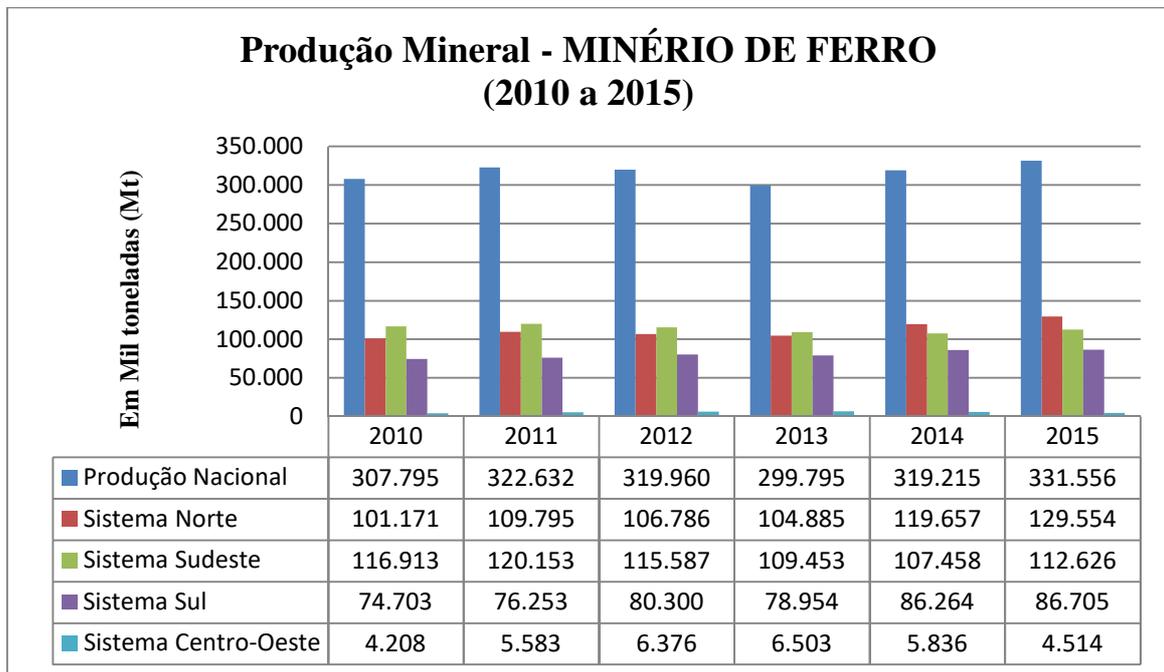


Gráfico 01: Produção Mineral Nacional em Minério de Ferro no período de 2010 a 2015.

Fonte: Relatório de Produção Mineral Vale: 2010 a 2015. Elaborado pela autora.

2.7 Recursos financeiros e mineração no estado do Pará

A mesorregião Sudeste do Pará é território palco de grandes atividades de exploração mineral devido à sua imensa concentração de minerais com um alto teor econômico tais como: ferro, ouro, bauxita, manganês, níquel e outros. Devido à tamanha riqueza, a mesorregião tornou-se muito atrativa, estimulando pessoas de todo o país a migrarem para o estado do Pará, em especial, para os municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, ganhando principalmente a atenção do mercado internacional através de empresas multinacionais, pois os minerais explorados no território possuem um alto teor de pureza, tornando-se ainda mais atrativo e lucrativo, conseqüentemente gerando no território esses conflitos e tensões.

Conforme observado no Gráfico 1, houve uma variação de produção anual tanto na produção nacional, quanto na produção estadual na extração do minério de ferro. Segundo os dados, o Complexo Minerador de Carajás, embora tenha ocorrido uma queda no ano de 2012 e 2013 referentes às intensas chuvas, prejudicando até os 3 primeiros trimestres de 2013, no 4º trimestre conseguiram superar a meta estabelecida e atingiram um recorde na produção devido a boa performance da Planta 2 (adicional 40).

Em 2015 mesmo com o desastre ambiental no município de Mariana (Minas Gerais), o Sistema Sudeste aumentou sua produção em 4,8% em relação aos 107.458 (Mt) produzidos em 2014. Para não comprometer a meta estabelecida pela empresa na produção anual da empresa, ações mitigadoras foram implementadas, visando melhorar a performance da Vale em outras operações, proporcionando no 4º trimestre de 2015 um acréscimo em sua produção de 5,9 (Mt). Dentre as ações realizadas pela Vale, encontram-se a otimização das margens anunciadas e a paralisação de operações menos eficientes. A Planta 2 em Carajás contribuíram para os significativos ganhos de produtividade. Outra ocorrência para o significativo aumento informado pela Vale (2015) foi o aumento no volume das compras de terceiros que necessitavam disponibilidade de produto, para suprir as necessidades de capacidade na ferrovia. Cabe observar que o teor médio produzido em Carajás no período ficou na média de 65,2% em minério de ferro.

Em relação ao Cobre, observou-se um aumento significativo na produção mundial do minério. No ano de 2015 a produção foi o dobro da produzida no ano de 2010. A produção do cobre em Carajás durante o período entre 2010 a 2015 apresentou uma discreta oscilação na produção, onde em 2013 obteve a maior produção mineral, e fechou o ano de 2015 em queda na produção com a marca de 104 (Mt), conforme (Gráfico 2).

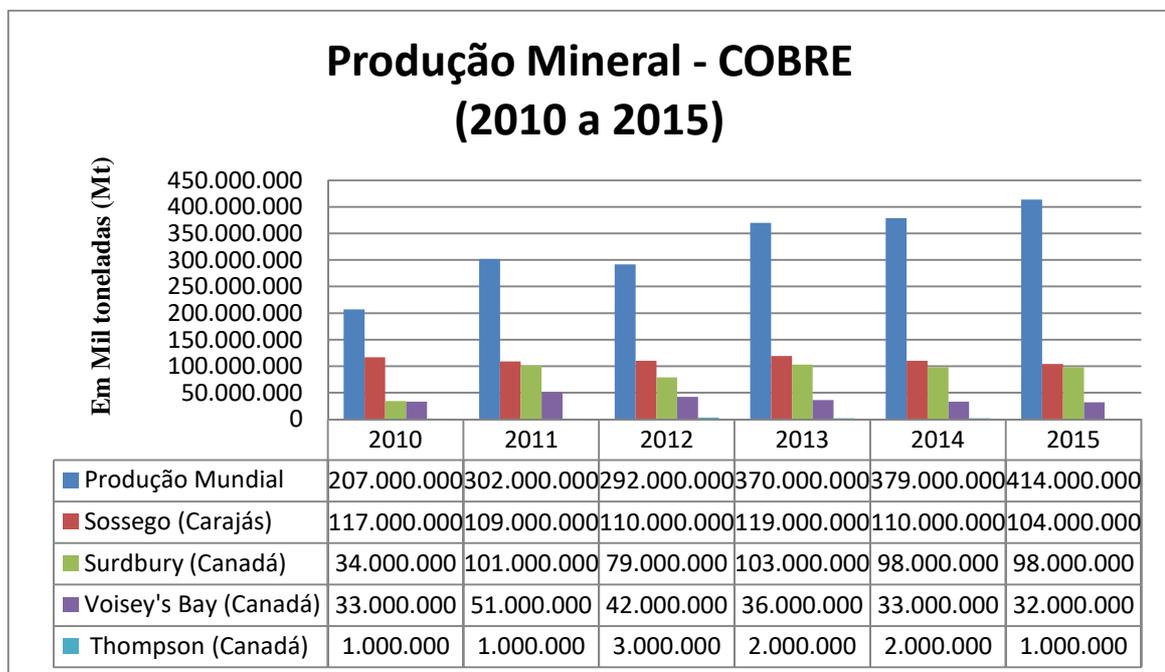


Gráfico 02: Produção Mineral Mundial do Cobre 2010 a 2015.

Fonte: Relatório de Produção Mineral Vale: 2010 a 2015. Elaborado pela autora.

Para mensurarmos a importância de estudos voltados à Responsabilidade Social das empresas, em especial as ligadas às atividades de mineração na Gestão do Território, apresentaremos a seguir informações referentes ao montante arrecadado somente no período ano base de 2013, tendo em vista ter sido o ano onde obteve-se a maior arrecadação financeira, devido à alta da toneladas dos minerais.

Devido ao grande volume de minerais encontrados no Pará tais como: ferro, ouro, bauxita, manganês, níquel e outros de extrema importância – não somente para o Estado do Pará, mas para o Brasil e o mundo – o ferro em 2013 continua se destacando na participação por substância do estado segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Conforme o Valor da Produção Mineral (VPM) a participação do ferro contou com 79% do total da produção, chegando ao valor anual de R\$ 21.667.260.077 somente no ano de 2013, de acordo com a figura 03:

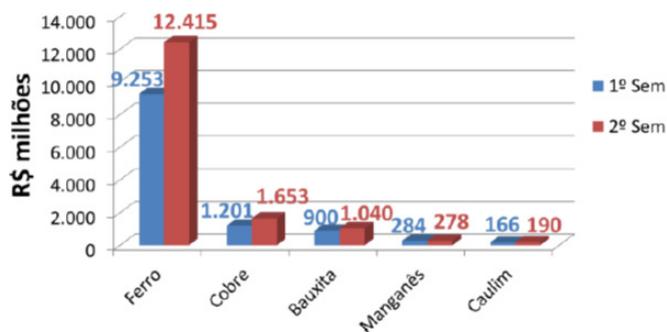


Figura 03 – Valor por substância na composição semestral do VPM (Pará 2013).

Fonte: DNPM PARÁ, 2014. Informe Mineral do Pará 2014, ano base 2013.

Segundo o DNPM em 2013 a participação do ferro aumentou a produção, devido maior procura internacional. As exportações chegaram a quase 107 milhões de toneladas de minério de ferro e o preço médio negociado da tonelada no ano atingiu mais de US\$ 92,2. Conforme a figura 3 é possível visualizar que dentro dos principais clientes internacionais do estado do Pará, a China se destacou adquirindo 45% do total exportado, significando mais de US\$ 5,4 bilhões em minérios do estado paraense. Dos minerais adquiridos o minério de ferro foi responsável por mais de US\$ 5 bilhões em compras. Outros clientes de outros países também adquiriram minérios brasileiros, tais como a Alemanha e o Japão. A Alemanha foi destino das exportações minerais paraenses em mais de US\$ 1,3 bilhão em produtos, e os minerais adquiridos foram o minério de ferro, em seguida o concentrado de cobre. O Japão adquiriu mais de US\$ 1,1 bilhão em minerais e teve como principais produtos comercializado o minério de ferro, em seguida o caulim (Figura 04).

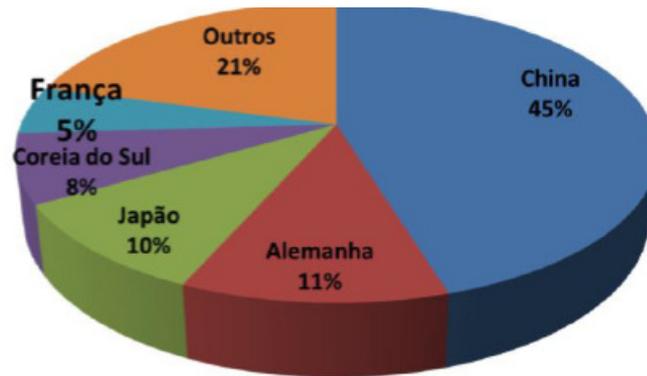


Figura 04 – Principais destinos das exportações minerais (Pará 2013).

Fonte: DNPM PARÁ, 2014. Informe Mineral do Pará 2014, ano base 2013.

São valores como estes que continuam tornando a região paraense muito atrativa ao mercado internacional e, conseqüentemente gerando muitos conflitos acerca de suas riquezas.

Após uma breve apresentação do montante negociado anualmente através da exploração mineral no estado paraense, podemos ter uma ideia do tamanho do problema enfrentado diariamente na mesorregião sudeste do Pará. A aplicação dos *royalties* nos municípios com mineração foi a principal preocupação deste estudo, pois auxilia a análise dos investimentos em ações de Responsabilidade Social das empresas mineradoras, podendo ser utilizada através da ferramenta de gestão Norma Nacional ABNT NBR-16001, tendo em vista, os resultados podem de alguma forma, contribuir para uma melhor Gestão do Território paraense.

Foram utilizados os dados do DNPM do ano de 2013 em relação ao valor arrecadado através da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), tendo em vista, ter sido o ano de maior arrecadação em *royalties* em produção de minério de ferro (mineral mais produzido no ano e responsável por este marco), arrecadou no Brasil R\$ 2,3 bilhões, sendo que somente o estado do Pará arrecadou aproximadamente R\$ 804,5 milhões deste montante, estado responsável por 34,9% do total da CFEM nacional anual arrecadada. O crescimento registrado na arrecadação da CFEM estadual foi em mais de 50% no ano de 2013, maior que a arrecadação nacional que alcançou 25,3%. Este aumento registrado no Estado do Pará teve como principal responsável o aumento do preço da tonelada e no aumento da produção comercializadas em minério de ferro, fazendo com que a CFEM arrecadasse somente em minério de ferro, mais de R\$ 686 milhões no ano de 2013 (Figura 05).



Figura 05 – Participação por substância na arrecadação CFEM (Pará 2013).

Fonte: DNPM PARÁ, 2014. Informe Mineral do Pará 2014, ano base 2013.

Além da CFEM, o estado do Pará conta como incremento às suas receitas provenientes da exploração mineral as seguintes receitas: a Taxa Anual por Hectare (TAH) e a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), sem contar com o ISS. Ao somarmos as três fontes de arrecadação, observamos que o estado do Pará arrecadou somente no ano de 2013 o valor total de R\$ 1,115 bilhão (figura 06), sendo que a arrecadação proveniente do pagamento da Taxa Anual por Hectare (TAH) o estado do Pará, arrecadou R\$ 10,9 milhões e de TFRM este valor chegou a R\$ 300 milhões (Figura 06).

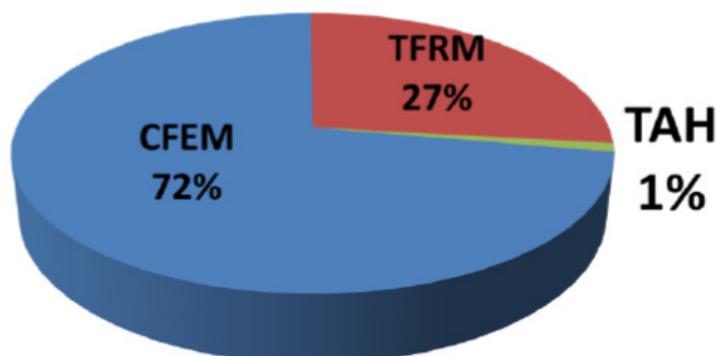


Figura 06 – Participação das receitas da atividade mineral (Pará 2013).

Fonte: DNPM PARÁ, 2014. Informe Mineral do Pará 2014, ano base 2013.

Embora a produção mineral não tenha sido superior a outros anos, a CFEM foi à arrecadação mais expressiva no período.

Para auxiliar na análise das ações na Gestão do Território tendo como meta informações referentes à Responsabilidade Social nos municípios, utilizamos a plataforma de consulta Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios, desenvolvido em parceria pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). O Atlas é uma ferramenta que

disponibiliza informações facilitando o manuseio de dados. Possui uma grande extensão de dados municipais que incluem o desenvolvimento humano e as desigualdades internas dos municípios, estados e regiões metropolitanas.

Os dados coletados em 2010 (Tabela 01) no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) obtidos através do Atlas referentes ao Ranking Pará – 2010 colocam os Municípios de Parauapebas com IDHM de 0.715 ficando em terceiro lugar e Canaã de Carajás com IDHM de 0.673 ficando em sexto lugar na esfera estadual. Quando transportamos esses dados para a esfera nacional, Parauapebas ocupa a 1454ª posição e o município de Canaã dos Carajás em nível nacional ocupa a 2598ª, entre os 5.565 municípios brasileiros, nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço) (Gráfico 03).

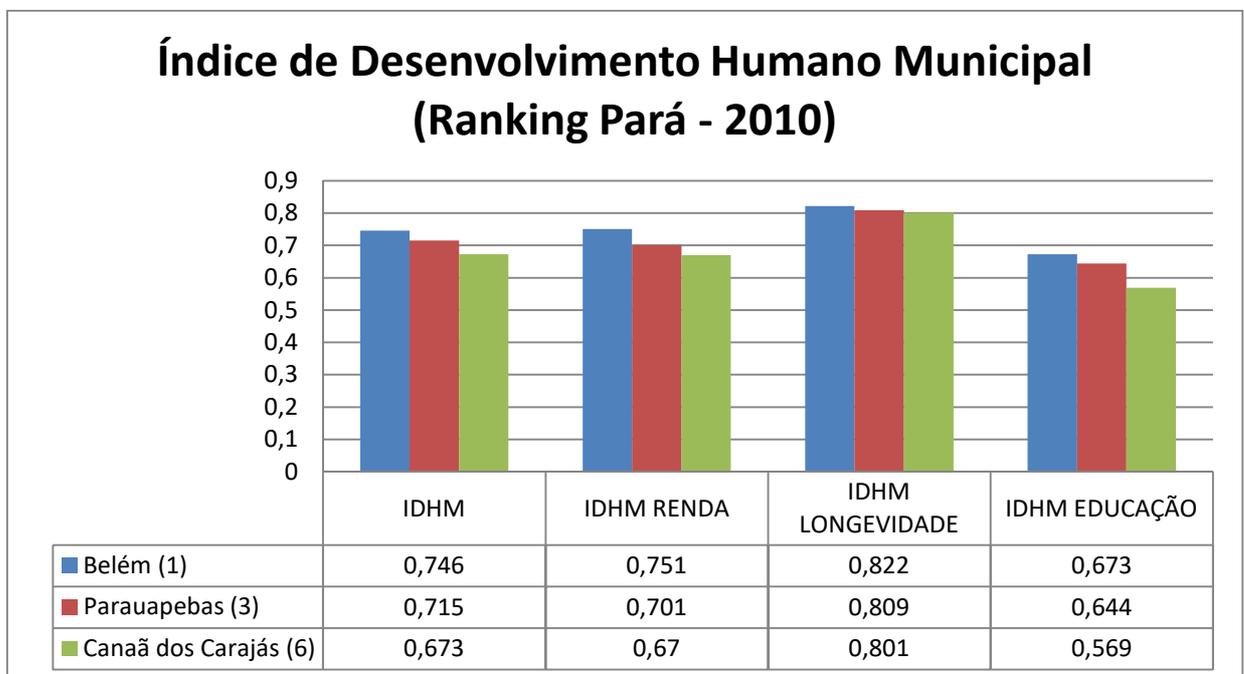


Gráfico 03– Ranking Pará – 2010

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios, 2013. Adaptado pela autora.

Para termos um parâmetro sobre os índices de desenvolvimento dos municípios paraenses, bem como sua posição no Ranking nacional, o Atlas do Desenvolvimento Humano informou que Belém ocupa 628ª posição dos municípios brasileiros, Parauapebas 1454ª e Canaã dos Carajás 2598ª dentre os 5.565 municípios (Atlas, 2010)

Realizamos uma leitura superficial dos dados do IBGE sobre o desenvolvimento da educação em Parauapebas. Infelizmente os dados oficiais não se encontravam atualizados. Os últimos dados inseridos na educação foram em 2012. Comparamos os períodos de 2009 e 2012 e verificamos as seguintes informações: no ano de 2009, existiam 42 escolas públicas do

Ensino Fundamental onde realizaram 26.999 matrículas e contavam com o apoio de 855 docentes. No Ensino Médio existiam oito Escolas Públicas, realizaram 6.301 matrículas e contaram com o apoio de 152 docentes.

Já em 2012 encontramos uma diminuição do número de escolas públicas do Ensino Fundamental, diminuiu para 38 escolas, realizaram 31.022 matrículas e contaram com o apoio de 988 docentes. No Ensino Médio, aumentaram para nove Escolas Públicas, realizaram 8.162 matrículas e contaram com o apoio de 169 docentes.

Comparando os dois períodos, houve um aumento nas matrículas, mas com uma discreta contratação de novos docentes e ainda houve uma estagnação na criação de novas escolas, principalmente na implantação de escolas voltadas aos jovens da região, próximos de iniciarem suas vidas no mercado de trabalho.

Para termos um melhor entendimento dos números informados acrescentamos, desmembrando por faixa etária as crianças e jovens matriculadas em 2010 (Tabela 01).

Tabela 01: Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra – Educação

População residente – 4 anos	3.171 Pessoas
População residente – 5 anos	3.291 Pessoas
População residente – 6 anos	2.939 Pessoas
População residente – 7 a 9 anos	9.034 Pessoas
População residente – 10 a 14 anos	15.734 Pessoas
População residente – 15 a 17 anos	9.096 Pessoas

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pela autora.

É muito comum as empresas, a sociedade e o Estado confundirem Responsabilidade Social com Ações Sociais. Para sabermos diferenciar uma da outra é preciso entender o conceito de Responsabilidade Social.

Ao realizar as pesquisas, encontramos dificuldades no acesso à informação sobre a Responsabilidade Social das Empresas de Mineração no Pará. No site do Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará (SIMINERAL), encontramos alguns relatórios ditos de Responsabilidade Social de empresas de mineração filiadas, mas em sua grande maioria referem-se à Sustentabilidade de forma bem superficial, tendo em vista as ações realizadas no território, não serem voltadas de fato ao desenvolvimento da sociedade local, apenas referem-se a ações que não agregarão valor a vida na sociedade.

Em 2 de dezembro de 2014 a Vale informou o orçamento de investimento para manutenção das operações para 2015 totalizando US\$ 3,809 bilhões, em Responsabilidade Social Corporativa (CSR) e (v) administrativo e outros. As arrecadações são recebidas mensalmente e de acordo com o DNPM, órgão responsável pela aplicação da CFEM, devem ser empregadas em projetos que direta ou indiretamente revertam em prol da comunidade local, buscando melhorar a infraestrutura, a qualidade ambiental, a saúde e a educação da população diretamente impactada pelas atividades de exploração mineral no território. Para termos uma ideia do quanto estamos falando, em 2011 o município de Parauapebas somente com a CFEM arrecadou o valor de 371 milhões de reais. Seguindo a regra de distribuição de arrecadação determinado pelo DNPN, o município produtor tem direito a 65% deste montante, que significa R\$ 241.150.000,00. Em 2013 esse número dobrou, arrecadando 700 milhões de reais advindos da CFEM de acordo com o 3º Anuário Mineral do Pará 2014.

O tributo existe, os valores arrecadados estão explícitos, as normas para a aplicação dos recursos no território também existem, mas a população não sabe como usufruir desse direito e nem a quem recorrer. Ano após ano os municípios aumentam suas arrecadações em *royalties* provenientes de atividades mineradoras, mas não observamos uma melhoria significativa na qualidade ambiental, na saúde e tão pouco na educação. São projetos como o Aliança para o Desenvolvimento Local de Canaã dos Carajás, que confundem a mente de todos de uma maneira geral, pois além de não serem explícitos e tão pouco possuírem um escopo (pelo menos não ao alcance do público em geral), dificulta o trabalho de pesquisadores em analisar os dados com maior amplitude e contribuir para um território mais justo.

As territorialidades fazem parte da vida de muitas sociedades, sejam elas de vida urbana sejam elas de vida rural. Na região de Carajás, devido ao grande volume de matérias-primas exploradas e exportadas, com capacidade de gerar bilhões de dólares direta e indiretamente, não poderia ser diferente, pois a riqueza gerada na região de Carajás chamou a atenção de muitas pessoas, vindas dos mais diversos lugares tanto do Pará, quanto de outros estados, mudando completamente a sociedade, cultura e economia da região de Carajás. Sua imensa concentração de minerais com um alto teor econômico tais como: ferro, ouro, bauxita, manganês, níquel e outros, se concentram em um vasto território paraense denominado Complexo Minerador de Carajás⁷.

⁷ Complexo Minerador de Carajás - É o maior produtor de minério de ferro em operação do planeta. Englobando a operação simultânea de cinco minas a céu aberto: N4E, N4W, N5E, N5W e N5 Sul, operando nos seguintes

Devido à tamanha riqueza, a mesorregião tornou-se muito atrativa, fazendo com que municípios como Parauapebas e Canaã dos Carajás, nos últimos anos, dessem um salto populacional no território. Essa atenção focada na mesorregião ganha enfoque não somente de migrante, mas principalmente a atenção do mercado internacional, que através de empresas multinacionais que exploram o território, conseqüentemente suas ações geram muitos conflitos. A territorialidade imposta pelas empresas mineradoras em solo paraense em especial na mesorregião sudeste do Pará têm alterado constantemente a forma de gestão do território, pois é utilizada como uma estratégia poderosa para o controle de pessoas e utilizada também para controlar coisas, neste caso as riquezas minerais, em uma determinada área, o que inclui os territórios políticos e a propriedade privada da terra, acarretando diversas outras formas e graus de territorialidade nos complexos contextos, com teor de poder social, econômico, político, etc.

3.3 Espaço, território e territorialidade na mesorregião Sudeste do Pará

As atividades de exploração mineral na mesorregião sudeste do Pará, desde a sua descoberta no final da década de 1960, já sinalizavam a importância que a mesorregião refletiria em todo país. Sua importância para a economia se deu pelo interesse mundial em seus bens minerais, de alta qualidade, com estoque exorbitante no território em paraense.

A cada ano ocorre um incremento quantitativo na produção de minérios e exportados advindos do estado do Pará, vindos de municípios como Parauapebas e Canaã dos Carajás que são os municípios objetos de nosso estudo. Os minerais paraenses movimentam anualmente bilhões de dólares tanto para os cofres públicos através de impostos e compensações financeiras quanto para as empresas privadas que detém o controle do território.

O surgimento de questões sobre a forma de exploração do território, principalmente sobre os seus impactos nos municípios alvos de suas ações, para alguns questionamentos não temos respostas, tais como: se são capazes de desenvolver a economia regional? Se os repasses são utilizados de fato em infraestrutura, saúde, educação e outros benefícios para o povo? E qual é o tratamento dado aos impactos negativos sofridos no território quando resolvem inserir um grande projeto no espaço geográfico?

A territorialidade na mesorregião sudeste do Pará ainda é utilizada como controle da área, e além desse controle, envolve também a ação de grupos que buscam influenciar ou

municípios em ordem alfabética: Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Marabá, Ourilândia do Norte, Parauapebas, São Félix do Xingu, Sapucaia e Tucumã (A Vale em Parauapebas 2014).

afetar as ações de outros, incluindo a natureza e a política, através da demarcação e da afirmação do controle do território.

Falar de território, territorialidade, e Responsabilidade Social na mesorregião sudeste do Pará, é algo relativamente triste, pois sabemos que não faltam recursos para serem aplicados nos municípios, o que na verdade falta é uma boa gestão do território, tendo em vista, não existirem efetivos sistemas de gestão. Tanto o Estado quanto às empresas possuem culpa pela situação precária e alarmante, beirando o crime ao qual famílias inteiras vivem, o próprio município sofre esses anos de omissão e descaso, afinal de contas, os municípios estão empobrecidos, desgastados, carentes de tudo, um total abandono às margens da Vale.

Embora os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás ao longo desse estudo apresentaram uma grande importância para o desenvolvimento econômico do país, através da arrecadação de bilhões de reais advindos de atividades de mineração (*royalties*). A natureza tem sido muito generosa para as empresas mineradoras, pois estas retiram do solo paraense toneladas diárias de minérios de altíssima qualidade, esperança dos que permanecem por alguma benevolência por parte dos órgãos responsáveis pela administração do território, de finalmente retribuírem pelo menos uma parte do que eles recebem. Não estamos falando de migalhas, e tão pouco favores, estamos nos referindo ao que os municípios têm por direito adquirido, afinal todos os impactos são sofridos pela população local, e essa está entregue à própria sorte. O esgotamento desses recursos minerais irá acabar em um futuro que não podemos precisar, dependerá de vários fatores, incluindo a exploração responsável desses produtos.

As análises das estruturas político-econômicas, suas territorialidades em um ambiente multifacetado onde as relações de poder são as responsáveis pelas regras a serem estabelecidas na sociedade civil, no Estado e nas empresas mineradoras, influenciam e determinam as condições de vida, evidenciando a entropia causada pelos modelos capitalistas vigentes que afetam direta e indiretamente as relações e o ordenamento territorial.

Embora o Secretário de Desenvolvimento de Parauapebas garanta que o minério de ferro nunca irá acabar no município, informando existirem na região diversos níveis de teor, não é possível afirmar que os minérios encontrados em Parauapebas e Canaã dos Carajás continuarão a ser a longo prazo interessantes para o desenvolvimento da economia de seus principais clientes como é o caso da China. Contar com algo que não depende de nosso país se torna algo perigoso e incerto, como vem acontecendo nos últimos anos com os nossos minerais, petróleo e outras fontes de energia. No caso do minério de ferro, para o contínuo

crescimento da exportação em prol da economia nacional, houve a necessidade de aumentar a qualquer custo (literalmente) a produção mineral. A queda das *commodities* fizeram o valor da tonelada de ferro despencar. Vale ressaltar que o minério de ferro é o "carro chefe" da exportação paraense e brasileira, onde as negociações influenciam diretamente o PIB e a balança comercial.

O Secretário de Desenvolvimento de Parauapebas informou sobre os problemas vividos pela população de Parauapebas e populações vizinhas referentes a ausência e o abandono do Governo Federal e do Governo Estadual, no que se refere a melhoria da infraestrutura e melhores condições não somente em Parauapebas mas, principalmente, nas regiões vizinhas ao município que sofrem com o inchaço migratório, não recebem *Royalties* para melhorarem suas condições locais.

A população da terceira classe que vive direta ou indiretamente da mineração, não tem condições de morarem em Carajás ou em Parauapebas devido aos altos valores cobrados em imóveis, sejam para negociações de compra ou locação ocasionadas pela especulação imobiliária nesses locais. Sua única alternativa, é morarem nos municípios vizinhos, onde o custo de vida é mais vantajoso, mas essa ação traz uma infinidade de problemas, que podem ser vistos nas estradas, por exemplo, que constantemente ficam congestionadas devido ao grande fluxo de veículos, que passam diariamente interligando os municípios. E quem fica responsável por esses investimentos? O Governo Federal? O Governo Estadual?

Os *Royalties* arrecadados na mesorregião sudeste do Pará tem endereço e utilização definida para os municípios mineradores, mas que devido ao abandono e falta de responsabilidade dos governantes responsáveis para as ações dos municípios vizinhos que não fazem jus as compensações financeiras, acabam transferindo parte dos recursos recebidos para financiarem obras de infraestrutura nas referidas regiões, pois os problemas gerados nessas regiões impactam e prejudicam diretamente o orçamento e planejamento principalmente de Parauapebas que tem maiores e melhores condições estruturais que as demais regiões, mesmo que ainda não possa ser considerada um exemplo de condições de vida, é sem dúvida, um dos municípios mais desenvolvidos do entorno.

Choca-se em um primeiro contato com a realidade local vivida pela população de Parauapebas e Carajás, referente às condições e qualidade de vida. Os montantes de dólares negociados através das exportações dos minérios a cada mês, não são observados na paisagem local, é possível constatar essa informação apenas observando o tão pouco que é aplicado nos municípios. A importância de Parauapebas e Carajás se referem e se resumem apenas a valores quantitativos, apenas dados econômicos do quanto foi exportado, do quanto foi arrecadado, infelizmente a região não apresenta valor algum qualitativo, conseqüentemente servem apenas de provedores de matéria prima, apenas um território de exploração mineral.

A cada ano, segundo o DNPM, observamos um crescimento da CFEM no Pará, gerando uma arrecadação nacional de 30% – em valores, foi de R\$460 milhões em 2011. Em 2013 o estado do Pará arrecadou R\$ 804,5 milhões sendo o responsável por 34,9% da arrecadação total nacional da CFEM. Somente o município de Parauapebas foi o responsável pela arrecadação de mais de R\$ 700,5 milhões no ano.

De acordo com o DNPM através da Diretoria de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração (DIPLAN) divulgado em seu informe semestral do segundo semestre do ano de 2013 no Brasil teve o pior resultado anual no Índice de Produção Mineral (IPM). O nível de produção de 2013 em comparação com o ano de 2012 diminuiu 3,4%, revelando uma desaceleração produtiva do setor mineral em comparação aos níveis de produção dos anos anteriores. O IPM apresentou um decréscimo da produção de 0,5% no minério de ferro, tendo como fator motivador para este decréscimo: problemas técnicos e econômicos; diminuição da demanda e adequação da oferta a esta nova demanda; parada não programada para manutenção das plantas de beneficiamento; excesso de chuvas em algumas regiões e mudança de teores dos minérios nas áreas lavradas.

No primeiro semestre, o DNPM (2015) informou um crescimento de 17,16% na produção de minério de ferro e de 61,44% na produção de cobre. Sendo que esse incremento não refletiu nos valores negociados dos minerais. O minério de ferro, por exemplo, terminou o mês de junho de 2015 com uma cotação de U\$\$ 63,00/t, 1/3 da cotação de 2011. A arrecadação dos anos de 2010 a 2015 da CFEM no município de Parauapebas pode ser visualizada no (Gráfico 04) e do município de Canaã dos Carajás no (Gráfico 05).

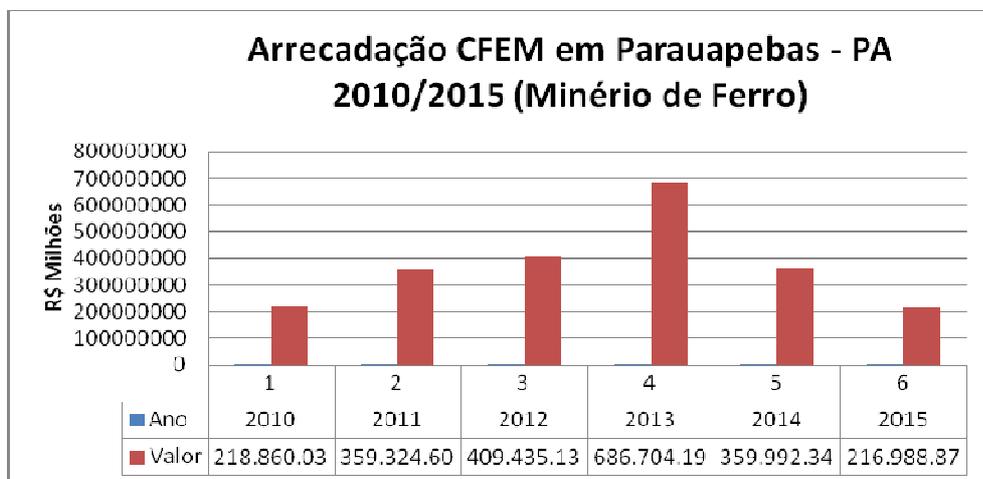


Gráfico 04 - Arrecadação CFEM em Parauapebas - PA 2010/2015

Fonte: DNPM. Elaborado pela autora.

Conforme mostra o Gráfico 04 é possível observar um salto de 62% da arrecadação em 2013 da produção em comparação ao ano de 2012 devido à alta dos preços negociados do minério de ferro e início operação da Usina 2, reforçando a importância do município de Parauapebas para a economia brasileira, por possuir a maior concentração e melhor teor de qualidade de minério de ferro do país.

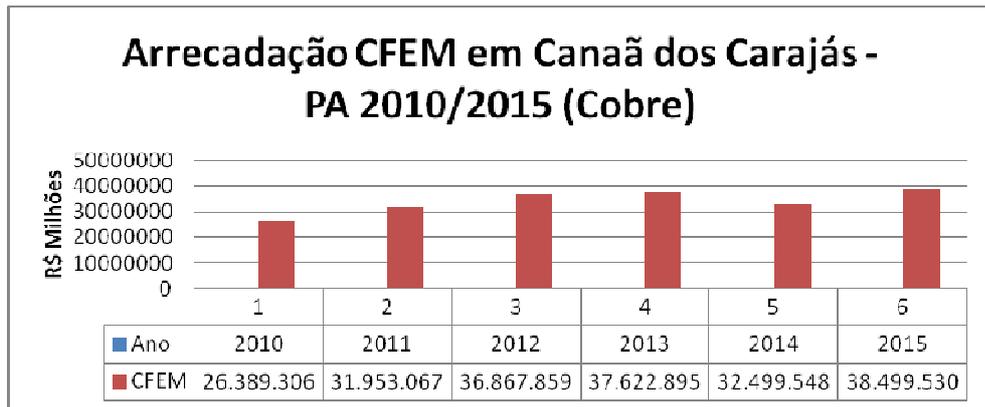


Gráfico 05 - Arrecadação CFEM em Canaã dos Carajás - PA 2010/2015 (Cobre)

Fonte: DNPM. Elaborado pela autora.

A partir de 2014 observamos uma acentuada retração na arrecadação dos *royalties* (nome dado à compensação financeira), relacionado aos baixos valores negociados do minério de ferro, mineral com o maior volume de exportação do país, sendo vendido em janeiro por U\$128,12 e chegando em dezembro de 2015 ao valor de U\$39,60, pior resultado dos últimos tempos, conforme (Gráfico 06).

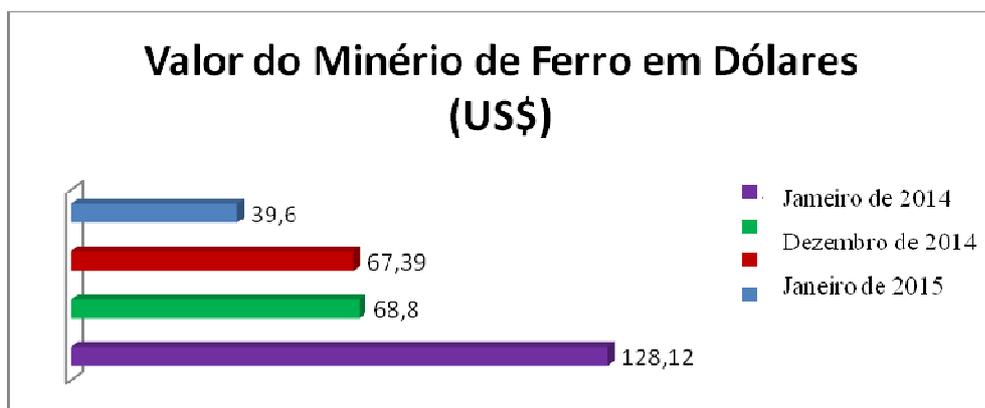


Gráfico 06 – Valor do Minério de Ferro em Dólares (US\$)

Fonte: DNPM 2013, 2014 /Elaborado pela autora.

No informe do primeiro semestre de 2015 da DIPLAN, o DNPM divulgou o resultado do Índice de Produção Mineral (IPM) responsável pela medição na variação na quantidade de produção mineral. No período o setor apresentou um crescimento de 15,5% em comparação

ao primeiro semestre de 2014, tendo como responsável por esse aumento no resultado o aumento na quantidade de produção do minério de ferro em 17,16%. Embora tenha ocorrido um crescimento na produção de minério de ferro, o mesmo período apresentou um decréscimo no preço de (-7,3%) em relação ao ano anterior, sendo negociado em junho de 2015 a US\$63,00.

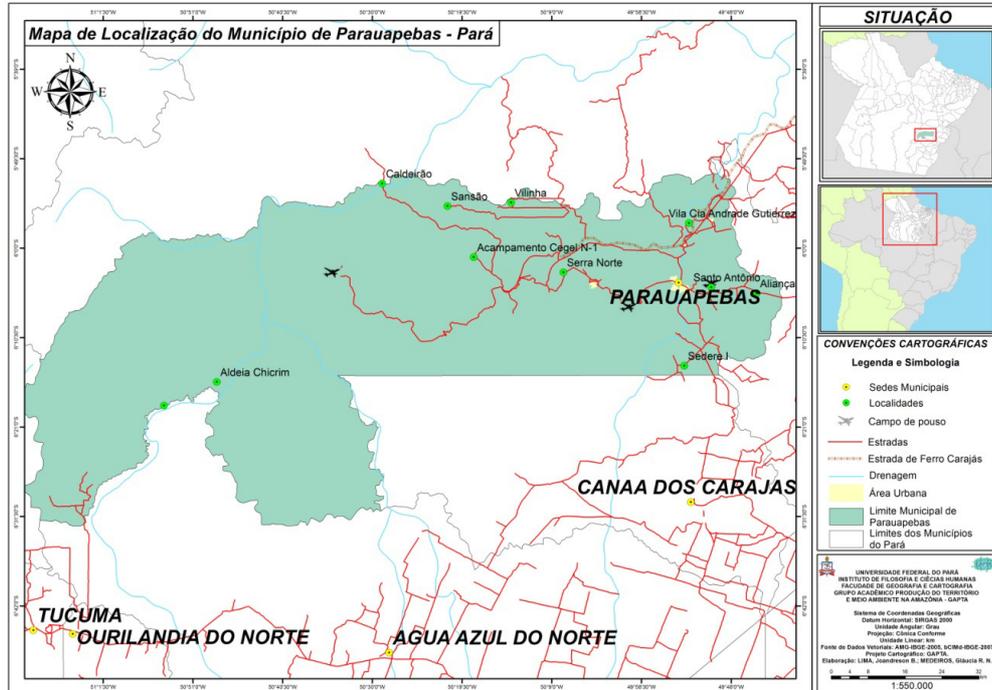
Para a DIPLAN, mesmo com todas as oscilações encontradas no setor mineral, o desempenho do setor no Brasil foi positivo no primeiro semestre de 2015, obtendo um crescimento de 15,5% de acordo com o Índice de Produção Mineral (IPM), em comparação com o mesmo período em 2014. Em relação às *commodities*, no cenário internacional, devido à China ter diminuído a sua demanda, houve uma queda de 45,6% na média dos preços internacionais do minério de ferro no primeiro semestre de 2015 em relação ao mesmo período em 2014, causado pela crescente oferta no Brasil e na Austrália, além do excesso na oferta de aço na China. Segundo as informações apresentadas, o Banco Mundial acredita que permanecerá a tendência de queda dos preços ocasionada pela diminuição do crescimento da demanda impulsionado pela China e continuará o processo de aumento da oferta mundial dos metais, empurrando para baixo ainda mais os valores dos produtos.

Embora o desempenho do setor mineral tenha sido positivo, impulsionado pela produção de minério de ferro, produto de maior expressividade e importância não somente para Parauapebas, mas para o saldo positivo do setor mineral brasileiro nos últimos anos, os baixos valores das *commodities* tornaram-se um problema, tendo em vista, as empresas como tentativa de evitar um total declínio em todo o setor mineral, precisaram intensificar a exploração do minério de ferro no município, mas esse movimento intensifica o comércio exportador de um produto de excelentíssima qualidade (por esse motivo a exportação ainda continua em alta mesmo com a desaceleração da China) a preço de produto de baixa qualidade, possibilitando a diminuição dos estoques de produto de primeira linha, comprometendo diretamente os investimentos locais do município de Parauapebas a curto, médio e longo prazo.

Embora existam outros impostos advindos da exploração mineral, no relatório focou-se apresentar a arrecadação em royalties (CFEM) no período de 2010 a 2015. Analisaremos os projetos informados pelas empresas e pelo governo que visam o desenvolvimento das comunidades locais realizados ou que irão ser realizados com os recursos arrecadados pelas compensações financeiras em prol da Responsabilidade Social das empresas de mineração em Parauapebas e Canaã dos Carajás, incluindo as ações e os resultados na educação, na saúde,

no meio ambiente e infraestrutura nos municípios impactados na mesorregião sudeste do Pará. Abaixo se encontra os mapas de localização de Parauapebas e Canaã dos Carajás:

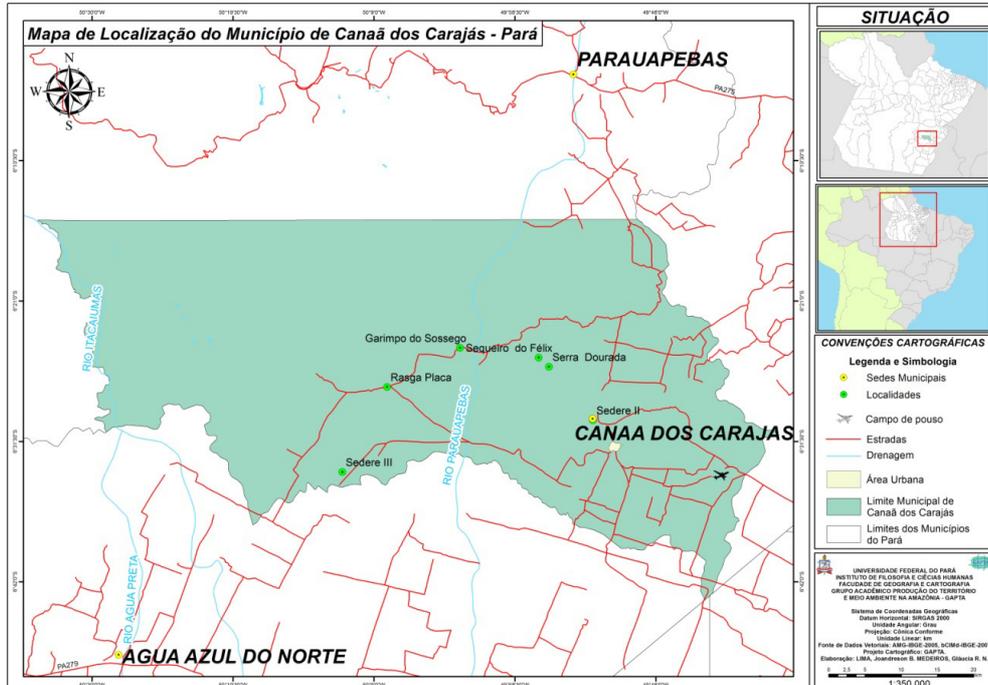
Mapa 1 - Município de Parauapebas



Fonte: Dados vetoriais: AMG-IBGE-2005, bCIMd-IBGE-2007 (Projeto Cartográfico: GAPTA).

Elaborado por LIMA, Joanderson B; MEDEIROS, Gláucia R. N.

Mapa 2 - Município de Canaã dos Carajás.



Fonte: Dados vetoriais: AMG-IBGE-2005, bCIMd-IBGE-2007 (Projeto Cartográfico: GAPTA).

Elaborado por LIMA, Joanderson B; MEDEIROS, Gláucia R. N.

O Complexo Minerador de Carajás, pertencente à empresa Vale, está localizado na mesorregião sudeste do Pará. Fazem parte do Complexo Minerador de Carajás os municípios de: Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Marabá, Ourilândia do Norte, Parauapebas, São Félix do Xingu, Sapucaia e Tucumã. Nos municípios são explorados os seguintes bens minerais: Cobre, Níquel, Ferro e Manganês. O Complexo possui além das cinco minas a céu aberto, o Projeto S11D, a Estrada de Ferro Carajás, o Ramal Ferroviário, as vias de acesso, o Parque Zoológico Vale, o Núcleo Urbano, a Floresta Nacional de Carajás e é cortado pelo Rio Parauapebas conforme (Figura 07).

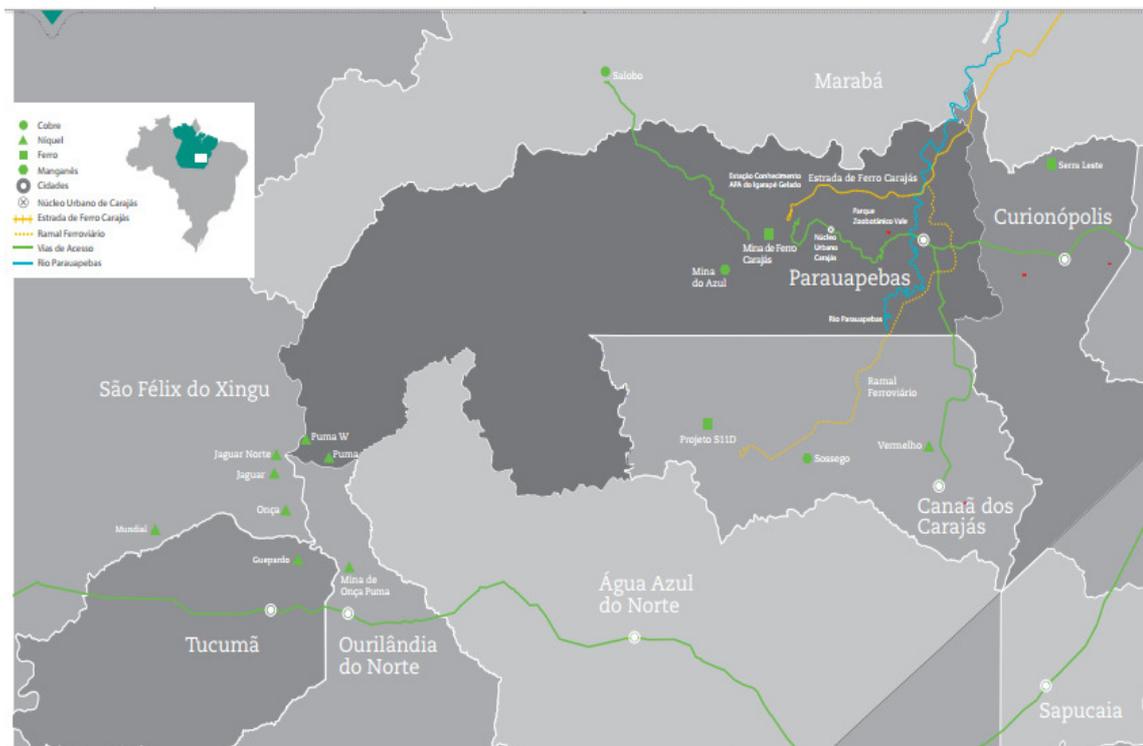


Figura 07 - Área de exploração mineral da Vale na região de Carajás estado do Pará
Fonte: Vale em Parauapebas, 2014.

A forma compensatória dessa exploração das jazidas, de maneira direta, na região de Carajás, pelas empresas mineradoras nos municípios que são atingidos diretamente pela exploração mineral, vêm assegurada por Lei Federal⁸ a Compensação Financeira Pela Exploração Mineral (CFEM), os chamados *royalties* da mineração, que garante que as receitas deverão ser aplicadas em projetos, que direta ou indiretamente revertam em prol da

⁸ Lei nº 8.876/94, art. 3º - inciso IX - autoriza o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal.

comunidade local, na forma de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação de acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A forma compensatória dessa exploração das jazidas, de maneira direta, na região de Carajás, pelas empresas mineradoras nos municípios que são atingidos diretamente pela exploração mineral, vêm assegurada por Lei Federal⁹ a Compensação Financeira Pela Exploração Mineral (CFEM), os chamados *royalties* da mineração, que garante que as receitas deverão ser aplicadas em projetos, que direta ou indiretamente revertam em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação de acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A cada ano segundo o DNPM, observa-se uma arrecadação significativa (R\$ milhões) em *royalties* da CFEM nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás¹⁰. Sendo que a partir do ano de 2014, observou-se um declínio na arrecadação. Embora os dois semestres de 2014 tenham apresentado um crescimento na produção de minério de ferro, somente no segundo semestre de 2014 o Índice de Produção Mineral (IPM), apresentou um crescimento de 7,9% quando comparado a 2013.

Ainda segundo o DNPM (2014), alguns fatores negativos prejudicaram os lucros do ano, um deles foi citado como sendo a redução da demanda de importação da China, um dos principais clientes do Brasil (Gráfico 07).

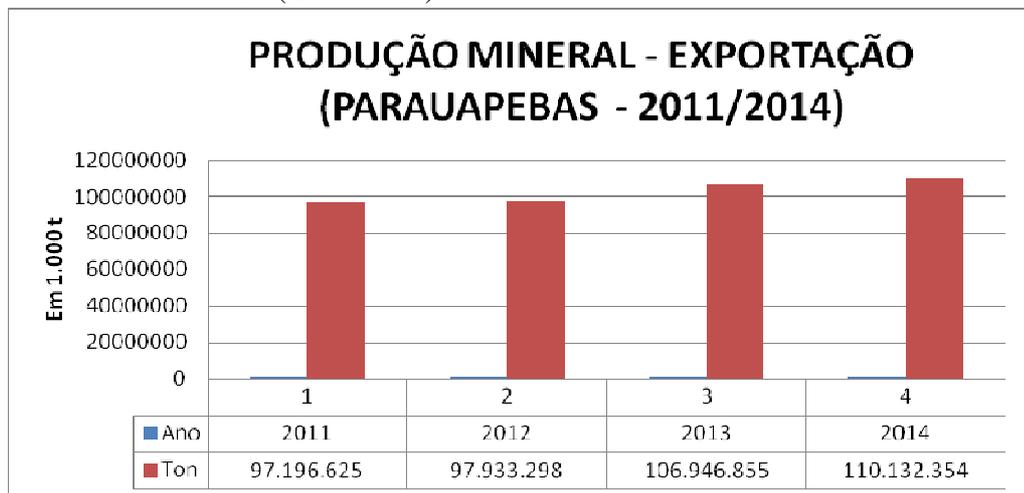


Gráfico 07 - Produção Mineral (Tonelada) - Exportação (Parauapebas - 2011/2014)

Fonte: SIMINERAL. Elaborado pela autora.

⁹ Lei nº 8.876/94, art. 3º - inciso IX - autoriza o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal.

¹⁰ Tendo em vista os municípios objeto de nosso estudo, produzem em grande escala minério de ferro e cobre, iremos nos ater somente aos valores referentes a estes dois produtos.

Um dos dados importantes informados pelo DNPM refere-se ao aumento da produção mineral no estado paraense, tanto em minério de ferro, quanto em minério de cobre. Até o momento da pesquisa não encontramos os valores referentes à produção em toneladas dos anos: 2010 e 2015. Abaixo apresenta-se os gráficos com a produção mineral dos anos de 2011 a 2014 conforme (Gráfico 08).

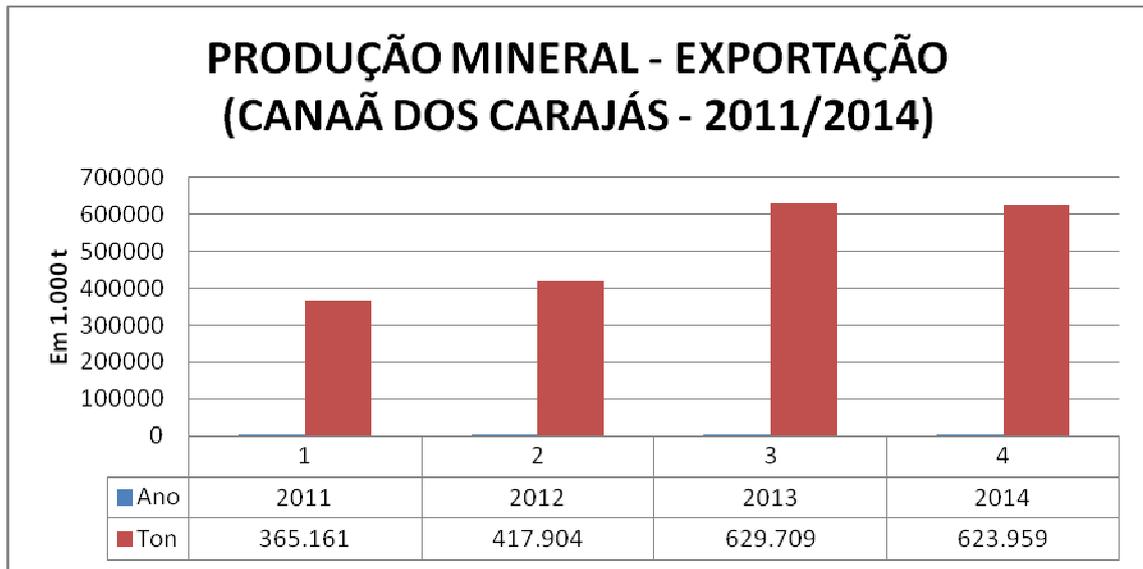


Gráfico 08 - Produção Mineral (Tonelada) - Exportação (Canaã dos Carajás - 2011/2014)
Fonte: SIMINERAL. Elaborado pela autora.

Os gráficos supracitados apresentam um aumento na exploração mineral significativa a partir do ano de 2013 nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, porém os valores arrecadados nos anos subsequentes foram bem abaixo dos valores exportados nos anos de 2011 e 2012. Devido à baixa no valor da tonelada negociada do minério de ferro e minério de cobre conforme tabela 2:

Se o valor da tonelada continuar a cair nos próximos anos, as empresas de mineração terão que aumentar ainda mais o volume de produção mineral, na tentativa de obterem retorno financeiro relacionados às custas operacionais investidas nas usinas minero metalúrgicas.

A produção mineral realizadas nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás disponibilizam para os cofres públicos quantias expressivas para os referidos municípios, voltados ao desenvolvimento (pelo menos teoricamente) sustentável da população e do meio ambiente. A melhoria da qualidade de vida da população, através de ações de Responsabilidade Social, proporcionam melhores condições de saúde, melhor educação e ações sustentáveis no meio ambiente. Analisou-se os dados dos anos de 2010 a 2015.

Tabela 02 - Produção de Minerais - Exportação

PRODUÇÃO DE MINERAIS - EXPORTAÇÃO		
CANAÃ DOS CARAJÁS (COBRE)		
ANO	(Em 1.000 t)	US\$
2011	365.161	853.845.822
2012	417.904	896.181.285
2013	629.709	1.338.777.389
2014	623.959	1.366.572.685
PARAUPEBAS (MINÉRIO DE FERRO)		
ANO	(Em 1.000 t)	US\$
2011	97.196.625	11.770.815.145
2012	97.933.298	8.797.694.826
2013	106.946.855	9.862.918.747
2014	110.132.354	7.466.614.131

Fonte: SIMINERAL. Elaborado pela autora.

Conforme informações anteriores referentes à produção mineral nos municípios, a produção de minério de ferro e o minério de cobre tiveram um aumento em sua produção, devido a maior procura internacional e os baixos valores cotados pelos produtos no mercado internacional.

Segundo o DNPM (2010 a 2015) o município de Parauapebas arrecadou o valor total de R\$ 2.251.305.182,42 em CFEM na produção de minério de ferro. O município de Canaã dos Carajás segundo o DNPM (2010 a 2015) arrecadou o valor total de R\$ 203.832.208,69 em CFEM na produção de minério de cobre.

Segundo o DNPM (2010 a 2015) em Taxa Anual por Hectare a superintendência do Pará arrecadou o total de R\$ 71.051.540,35, valor dividido entre os municípios.

Em ICMS segundo a Secretaria de Fazenda do estado do Pará (SEFA), o município de Parauapebas arrecadou o total de R\$ 1.485.193.948,79. E o município de Canaã dos Carajás arrecadou o total de R\$ 217.660.180,27.

Segundo a SEFA (2010 a 2015) Em IPI, foi arrecadado em Parauapebas R\$ 26.697.564,18. E em Canaã dos Carajás, 3.863.387,54. Dos minerais negociados, o minério de ferro foi o responsável pela maior arrecadação em todo o período.

Após a análise, analisamos os dados que se referem ao Índice de Desenvolvimento Humano municipal divulgado no Atlas de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010).

Para auxiliar na análise das ações na Gestão do Território tendo como mensurar as ações de Responsabilidade Social nos municípios, através dos projetos informados pela empresa Vale no desenvolvimento social, utilizamos a plataforma de consulta Atlas do Desenvolvimento Humano referentes ao ranking e desempenho do estado do Pará no que se refere o Índice de Desenvolvimento Humano (Unidade Federação), analisou-se também os de Parauapebas e Canaã dos Carajás, desenvolvido em parceria pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). O Atlas é uma ferramenta que disponibiliza informações facilitando o manuseio de dados. Possui uma grande extensão de dados municipais que incluem o desenvolvimento humano e as desigualdades internas dos municípios, estados e regiões metropolitanas.

Os dados coletados em 2010, distribuídos em tabelas abaixo, informam o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) obtidos através do Atlas referente ao Ranking Pará – 2010 colocam os Municípios de Parauapebas com IDHM de 0.715 ficando em terceiro lugar e Canaã de Carajás com IDHM de 0.673 ficando em sexto lugar na esfera estadual. Quando transportamos esses dados para a esfera nacional, Parauapebas ocupa a 1454ª posição e o município de Canaã dos Carajás ocupa a posição 2598ª no ranking nacional. Dentre os 5.565 municípios brasileiros, nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço). O ranking do IDH entre os municípios paraenses foi:

Tabela 03 - Ranking Pará – 2010

Posição	Lugares	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1o	Belém (PA)	0,746	0,751	0,822	0,673
2o	Ananindeua (PA)	0,718	0,684	0,821	0,658
3o	Parauapebas (PA)	0,715	0,701	0,809	0,644
4o	Santarém (PA)	0,691	0,632	0,807	0,648
5o	Marituba (PA)	0,676	0,621	0,793	0,628
6o	Castanhal (PA)	0,673	0,654	0,800	0,582
6o	Novo Progresso (PA)	0,673	0,709	0,823	0,519
6o	Canaã dos Carajás (PA)	0,673	0,670	0,801	0,569

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios, 2010. Adaptado pela autora.

Segundo o PNUD (2010) o Pará, apesar de toda riqueza movimentada, das 27 unidades de Federação, o estado do Pará ficou em 24º lugar empatado com o estado do Piauí (24º) no ranking IDHM, ficando a frente apenas dos estados do Maranhão (26º) e do estado de Alagoas (27º) alcançando os seguintes índices de acordo com a tabela 2:

Tabela 04 - Índice de Desenvolvimento Humano da Federação 2010.

Ranking IDHM 2010	Unidade da Federação	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
24 °	Pará	0,646	0,646	0,789	0,528

Fonte: PNUD, 2010. Elaborado pela autora.

Segundo o PNUD (2010), Parauapebas possui aproximadamente 153.908 habitantes. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, possui uma faixa média no IDH Educação, faixa alta no IDHM e IDH Renda, alcançando a faixa Muito Bom no IDHM Longevidade, conforme (Tabela 05):

Tabela 05 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010 - PARAUAPEBAS.

Posição	Unidade da Federação	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
3 °	Pará	0,715	0,701	0,809	0,644

Fonte: PNUD, 2010. Elaborado pela autora.

O município de Canaã dos Carajás, segundo o PNUD (2010), possui 26.716 habitantes, bem menos que o município vizinho Parauapebas, porém seus índices de desenvolvimentos estão bem abaixo da expectativa gerada no município através dos projetos voltados ao desenvolvimento social. No IDHM Educação, ficou na faixa de desenvolvimento baixa, no IDHM e IDHM Renda ficou na faixa média. Obteve melhor resultado no IDHM Longevidade, ficando na faixa Muito Alto na faixa de desenvolvimento humano.

Tabela 06 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010 - CANAÃ DOS CARAJÁS.

Posição	Unidade da Federação	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
6 °	Pará	0,673	0,670	0,801	0,569

Fonte: PNUD, 2010. Elaborado pela autora.

O Índice de Desenvolvimento da Educação tanto em Parauapebas quanto em Canaã dos Carajás, obtiveram dados inferiores em relação aos outros índices de desenvolvimento. Detalharemos mais a análise adiante.

De acordo com o IBGE (2012) Parauapebas possui a seguinte quantidade de escolas (Tabela 07):

Tabela 07 - Escolas em Parauapebas

Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	30 Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - escola privada	20 Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - TOTAL	50 Escolas
Escolas - Ensino fundamental - escola pública municipal	38 Escolas
Escolas - Ensino fundamental - escola privada	17 Escolas
Escolas - Ensino fundamental - TOTAL	55 Escolas
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual	9 Escolas
Escolas - Ensino médio - escola privada	3 Escolas
Escolas - Ensino médio - TOTAL	12 Escolas

Fonte: IBGE, 2012. Adaptado pela autora.

Segundo o IBGE (2012) foram realizadas no Ensino pré-escolar público municipal 5.719 matrículas, contando com o apoio de 239 docentes. Nas escolas públicas do Ensino Fundamental, realizaram 31.022 matrículas e contaram com o apoio de 988 docentes. No Ensino Médio realizaram 7.447 matrículas e contaram com o apoio de 169 docentes. Não foi constatada nenhuma movimentação relacionado ao ensino superior, tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas.

De acordo com o Atlas (2103), o município de Parauapebas contava com uma renda per capita média de R\$ 392,48 em 1991, em 2000 passou R\$ 444,97, e em 2010 para R\$ 627,61. No período, Parauapebas possuía uma população total de 153.908 habitantes.

Em Canaã dos Carajás, A renda per capita média de Canaã dos Carajás cresceu 237,00% nas últimas duas décadas, em 1991 a renda era de R\$ 153,51, em 2000 passou para R\$ 335,44 e em 2010 para R\$ 517,33. Embora os dados pareçam positivos, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal está muito abaixo dos dados satisfatórios, tendo em vista o quantitativo populacional ser baixo apenas 26.715 habitantes (Atlas, 2010, PNUD, 2013).

Existe confusão de entendimento por parte das empresas, a sociedade e o Estado confundirem Responsabilidade Social com Ações Sociais. Para sabermos diferenciar uma da outra é preciso entender o conceito de Responsabilidade Social. Ao realizar as pesquisas, encontramos dificuldades no acesso à informação sobre a Responsabilidade Social das Empresas de Mineração no Pará. No site do Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará (SIMINERAL), encontramos relatórios de Responsabilidade Social de empresas de mineração filiadas, mas em sua grande maioria referem-se à Sustentabilidade de forma bem superficial, tendo em vista as ações realizadas no território, não serem voltadas de fato ao desenvolvimento da sociedade local, apenas referem-se a ações que não agregam valor a vida das comunidades locais.

As discussões surgem exatamente pelas condições precárias ao qual a população de Parauapebas e Canaã dos Carajás vivem, pois de acordo com a última atualização do IIBGE (2003) a incidência da pobreza em Parauapebas girava em torno 42,03%. Em Canaã dos Carajás esse índice gira em torno de 28,47%. Se utilizarmos os dados da Incidência da Pobreza Subjetiva, os valores sobem para 43,17% em Parauapebas e para 41,36% em Canaã dos Carajás.

Os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás ao longo do estudo apresentaram uma grande importância para o desenvolvimento econômico do país, através da arrecadação de bilhões de reais advindos de atividades de mineração (royalties). A natureza tem sido muito generosa para as empresas mineradoras, pois retiram do solo paraense toneladas diárias de minérios de altíssima qualidade. O esgotamento desses recursos minerais irá acabar em um futuro que não podemos precisar, dependerá de vários fatores, incluindo a exploração responsável desses produtos.

O tributo existe, os valores arrecadados estão explícitos, as normas para a aplicação dos recursos no território também existem, mas a população não sabe como usufruir desse direito e tão pouco a quem recorrer. Ano após ano os municípios aumentam suas arrecadações em royalties provenientes de atividades mineradoras, mas não observamos uma melhoria significativa na qualidade ambiental, na saúde e tão pouco na educação. A população precisa estar mais atenta sobre os seus direitos, afinal, muitas receitas têm fins específicos, que devido à pobreza municipal, não estão sendo empregados no território, mas estão sendo remanejadas para outros fins.

CAPÍTULO III - AÇÕES NO TERRITÓRIO X PBA Vale X ABNT NBR ISO 26000

A Responsabilidade Social das empresas nos trazem diversas discussões quando se referem às ações a serem executadas nos territórios impactados e os resultados esperados dessas ações, tendo em vista a geração de expectativas por parte do poder público, quando realizam todas as apostas na concretização dessas ações, quanto à Sociedade Científica que analisa as ações realizadas e efetua suas críticas sobre a eficácia e efetividade das ações na sociedade, se irão suprir as necessidades reais da população impactada.

Não podemos deixar de citar a empresa, pois ela realiza um significativo investimento local para receber o seu grande projeto, na certeza que todo esse capital irá retornar em um curto espaço de tempo, e em pouco tempo obterá um relevante lucro na realização de suas atividades.

Neste processo não podemos esquecer a sociedade local, pois ela pôde se considerar como a única responsável por aquele território durante muitos anos, se instalando naquele pedaço de terra longínqua, durante muito tempo sem as mínimas condições de vida, sob a ótica da população acostumada com a vida urbana, mas que em um determinado momento, e por algum motivo, criou-se uma identidade com o lugar, onde foi o moldando com o passar dos anos de acordo com as suas próprias necessidades.

Com o passar dos anos, em nome do desenvolvimento, o país como se sabe, abriu as portas para a integração da Amazônia, abdicando de sua soberania ao poder que tinha sobre seus recursos naturais, permitindo que suas riquezas e seus recursos fossem explorados, e o seu povo sofresse as consequências pela voracidade dessas atividades econômicas.

Analisando as informações sobre os conflitos do passado, foi possível observar que as insatisfações relatadas pela sociedade local em diversos aspectos são as mesmas vividas nos dias atuais, o que difere são algumas especificidades, mas estas são frutos da não conformidade entre os interesses da empresa aos interesses da população, pois todos os prós e contras não foram discutidos previamente, e com o início das operações, surgem problemas que não foram combinados, principalmente quando geram ônus, surgindo à discussão sobre de quem seria a responsabilidade em resolvê-los caso ocorressem obstáculos na implantação e operação de um grande projeto.

As expectativas das empresas nos territórios escolhidos para a realização de suas atividades dependem dos acordos firmados previamente junto aos órgãos públicos, sejam eles

pertencentes à Esfera Federal, Estadual ou Municipal. A partir do momento quando se iniciam as atividades e a tomada de decisão da empresa no território, é que surgem os conflitos por parte da comunidade, pois em grande parte os representantes da sociedade participam apenas de parte dos projetos, não obtendo a visão do todo, principalmente quando se refere aos impactos gerados a partir dos grandes projetos, onde os atores envolvidos no processo precisam estar em comum acordo, para que todos os envolvidos estejam cientes dos possíveis impactos negativos que poderão surgir com o andamento da atividade econômica.

Constantemente os acordos firmados se fazem apenas entre o poder público e o privado, embora ocorram audiências públicas, estas funcionam como uma convenção obrigatória, ocorrendo comumente antes do início de um projeto, sendo que a população local, só toma ciência do tamanho do impacto, quando posteriormente os resultados esperados serem diferentes do combinado inicial, gerando insatisfação, conflitos, e ruídos na comunicação.

O histórico brasileiro nos mostra que ao longo dos anos o processo de integração da Amazônia na economia nacional, serviu para suprir as necessidades globais, onde o discurso para legitimar esses processos gira em torno da importância que os projetos possuem para garantir o crescimento da economia do país, onde se torna imprescindível o capital das instituições privadas na construção desses grandes projetos, que em geral são empreendimentos extrativistas. Sob a ótica econômica federal, de fato se torna muito importante para o país o firmamento desses acordos, pois são capazes de incrementar o PIB nacional, que cresce a cada ano com a ajuda da exploração dos recursos naturais da Amazônia.

É inegável a importância da Amazônia nesse processo, pois a fertilidade do solo é capaz de gerar muitas riquezas, seja pelas águas através das hidroelétricas, seja pelo solo através das mineradoras, sem contar a flora, e não podemos esquecer que em breve será palco da exploração petrolífera, que contribuirá ainda mais para o crescimento do PIB nacional.

A forma de implantação de um grande projeto em nosso país, ainda possui diversas similaridades dos processos extrativistas de séculos passados, quando buscamos analisar os benefícios deixados às populações locais, ou melhor, dizendo a ausência deles no que se refere à qualidade de vida e desenvolvimento sustentável da população, pois na maioria dos casos se extrai todos os recursos naturais, esgota-se o solo e posteriormente o território é abandonado, e toda a riqueza produzida no local se destinada ao plano global, não se

refletindo em melhorias da qualidade de vida aos municípios impactados conforme pode ser analisado no processo histórico dessas cidades.

Tal afirmação pode ser ratificada ao longo da história de nosso país, em particular, na história mineradora do Pará, onde em distintos momentos da história, se tornou importante para a economia brasileira, gerando muitas riquezas, alavancando a economia de outras regiões brasileiras, e até de outros países como o caso da China, vindo depois de um tempo, com o esgotamento dos recursos, abandona-se o município, deixando apenas um rastro de destruição, abandono e subdesenvolvimento como o caso do município de Curionópolis.

O desenvolvimento das comunidades locais no que se refere às competências da empresa de mineração em sua Responsabilidade Social nos problemas gerados no território impactado pelo exercício de suas atividades apresentaram falta de congruência entre a norma brasileira Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR ISO 26000 que trata sobre as diretrizes de Responsabilidade Social com o Plano Básico Ambiental da empresa Vale atualizado em 2014. Cabe lembrar que a ABNT é o foro Nacional de Normatização, responsável pela normatização de padrões a serem utilizadas pelas instituições públicas ou privadas, úteis em diversos seguimentos em nosso país, indispensável em trabalhos acadêmicos, padronização da gestão e da qualidade, e outras, estabelecendo também uma relação de confiança entre a instituição e a sociedade, através de certificação.

Como a ABNT NBR ISO 26000 se trata de um conjunto de instruções que têm como objetivo auxiliar as empresas a contribuírem de forma adequada no desenvolvimento sustentável. A norma possui diretrizes voltadas ao desempenho da empresa na sociedade onde estabeleceu o seu negócio, normatizando a responsabilidade da empresa nos impactos gerados nas comunidades e no meio ambiente através de suas atividades, influenciando diretamente na avaliação do seu desempenho geral.

Analisando o escopo dos projetos contidos na atualização do Plano Básico Ambiental (PBA, 2014) da empresa Vale no que se refere aos assuntos relacionados à Responsabilidade Social, foi possível observar as ações direcionadas à comunidade, onde se inicia no Capítulo 18 até ao Capítulo 21. Encontramos os seguintes Planos e Programas: o Plano de Sustentabilidade Socioeconômica; o Programa de Atendimento e Proteção Social ao Migrante; o Programa de Monitoramento dos Indicadores Socioeconômico e; o Programa de Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico Local onde se referem às ações realizadas, em

andamento ou a serem realizadas no território, apresentando a ideia de quais são as ações que a empresa julga serem de sua responsabilidade.

Ainda de acordo com o PBA (2014), a aderência de seus programas nas questões relacionadas às dinâmicas socioeconômicas locais e regionais exige a coparticipação do poder público para que seja alcançada a eficácia de seus projetos, pois para a empresa Vale, o setor público é o responsável pela gestão e planejamento local, mesmo que os problemas tenham sido ou serem ocasionados a partir de suas decisões e atividades. Abordaremos mais adiante a parceria entre o setor público e privado.

Segundo o PBA (2014) no que se refere aos programas que integram o Plano de Sustentabilidade Socioeconômica, a Vale informa que os programas buscam promover o aumento da capacitação profissional e empregabilidade dos trabalhadores a médio e longo prazo e também consiste em desenvolver e diversificar as atividades econômicas, visando aumentar a qualidade de vida, melhorar a infraestrutura básica, principalmente das famílias em condições vulneráveis e excluídas da sociedade, além de dar atenção à saúde pública, às ações ambientais de caráter educativo e etc.

O PBA (2014) informa que a inclusão dos municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, tem por objetivo potencializar os efeitos e a compreensão integrada nas dinâmicas socioeconômicas visando também possibilitar a melhoria na qualidade ao uso dos recursos financeiros, humanos e tecnológicos dos programas e projetos propostos pelo PBA, mas segundo a análise, o município de Parauapebas não consta na relação dos Programas, subprogramas ou projetos específicos conforme informações abaixo:

Tabela 08: Apresentação dos programas integrantes do Plano de Sustentabilidade Socioeconômica - Projeto Ferro Carajás S11D

PROGRAMA		SUBPROGRAMAS OU PROJETOS ESPECÍFICOS	ABRANGÊNCIA
01	Programa de Atendimento e Proteção Social ao Migrante	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Apoio à Criação do Centro de Atendimento ao Migrante - Projeto de Apoio à Capacitação Socioassistencial - Projeto de Apoio à Instalação de Logística de Atendimento 	Canaã dos Carajás (sede urbana e vilas)
02	Programa de Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos	-	Canaã dos Carajás

03	Programa de Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico Local	<ul style="list-style-type: none"> - Subprograma de Desenvolvimento de Fornecedores <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Desenvolvimento de Fornecedores Locais – PDF Local • Projeto de Desenvolvimento de Fornecedores Vale – Inove - Subprograma de Fomento aos Pequenos Negócios <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Incentivo à Criação e Sustentação de Pequenos Negócios 	Canaã dos Carajás
04	Programa de Apoio à Gestão Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Apoio à Elaboração do Plano Municipal de Saneamento - Projeto de Apoio à Elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos - Projeto de Apoio a Revisão do Plano Diretor Municipal - Projeto de Apoio à Ampliação de Oferta de Energia - Projeto de Apoio à Elaboração do Plano de Segurança de Canaã dos Carajás - Ações de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer 	Canaã dos Carajás
05	Programa de Capacitação e Formação de Mão de Obra	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Preparação para o Mercado de Trabalho (obras e serviços) - Projeto de Desmobilização de Mão de Obra (fase de implantação) - Projeto de Formação Profissional 	Canaã dos Carajás
06	Programa de Saúde e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Subprograma de Saúde e Segurança do Trabalhador <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Saúde e Segurança Ocupacional - Subprograma de Saúde Comunitária <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Atenção Saúde Básica • Projeto de Educação Sexual e Promoção da Saúde (PESS) • Ações para Realização de Campanhas Anuais com foco na Saúde Comunitária 	Canaã dos Carajás
07	Programa de Comunicação Social e Informação Socioambiental	-	Canaã dos Carajás
08	Programa de Ação Social às Comunidades de Interesse	<ul style="list-style-type: none"> - Ações Sociais na Vila Mozartinópolis - Ações Sociais no Projeto de Assentamento Cosme Damião (Sol Nascente) 	Vila Mozartinópolis e Comunidade Sol Nascente
09	Programa de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Educação Ambiental para o Público Interno - Projeto de Educação Ambiental para a Comunidade e Escolas 	Canaã dos Carajás (sede urbana e vilas)

Fonte: Plano Básico Ambiental (PBA) - Vale (2014).

3.1 Programa de Atendimento e Proteção Social ao Migrante

Conforme o PBA (2014), no Programa de Atendimento e Proteção Social ao Migrante, a Vale entende que a migração de pessoas advindas de outros estados, em especial do estado do Maranhão e do Piauí, em sua grande maioria está associado à instalação do Projeto Ferro Carajás S11D e outros em curso.

A figura abaixo apresenta o organograma do projeto:

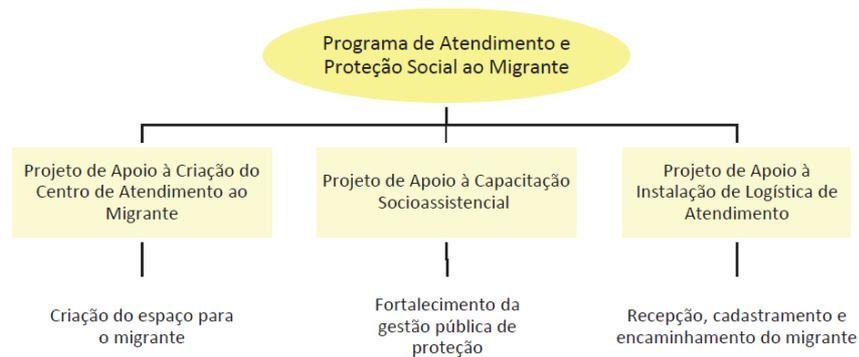


Figura: 08- Programa de Atendimento e Proteção Social ao Migrante

Fonte: PBA VALE, 2014.

Um das características analisadas pela empresa em relação aos migrantes foram: a falta de emprego na cidade de origem, baixa escolaridade, inacessibilidade ou insuficiência das políticas sociais locais, separação de familiares, migração de amigos e parentes, mas que em sua grande maioria, são pessoas com um baixo nível de escolaridade, o que contribui para o aumento de pessoas no município em quadro de vulnerabilidade social.

Conforme a informação contida na tabela acima, o Plano se estrutura em três eixos de ação: Projeto de Apoio à Criação do Centro de Atendimento ao Migrante, Projeto de Apoio à Capacitação Sócio-assistencial e o Projeto de Apoio à Instalação de Logística de Atendimento, ações de extrema importância para o município, pois o mesmo recebe constantemente um número elevado de migrantes advindos de outros estados, o que impacta negativamente as receitas municipais, que estão comprometidas com a manutenção das necessidades da população local.

Ainda segundo ao PBA (2014) os focos dos projetos são: o primeiro visa apoiar o poder público local na criação do espaço físico para atendimento do programa; o segundo visa apoiar a gestão pública através da capacitação dos profissionais para o atendimento social ao imigrante e às pessoas em situação de risco pessoal e social e; o terceiro visa facilitar o acesso dos imigrantes ao programa, definindo as ações de cadastramento e direcionamento segundo as demandas identificadas. O foco do programa do Programa é fortalecer a gestão pública de assistência social, para atuar sobre os aspectos que interferem na vulnerabilidade social. Os objetivos gerais do programa são:

- Fortalecer a Gestão Pública para o atendimento e proteção social ao migrante e às pessoas em risco pessoal ou social;

- Apoiar a Secretaria de Desenvolvimento Social para instalação de logística requerida para atendimento, cadastramento e encaminhamento da população imigrante em situação de vulnerabilidade social à rede de serviços sócio-assistenciais do município de Canaã dos Carajás;
- Contribuir para o empoderamento dos migrantes para a retomada ao mercado de trabalho, a inserção em programas de geração de renda e ao atendimento às necessidades básicas.

Os objetivos específicos do programa são:

- Mapear a rede de serviços sócio-assistenciais no município de Canaã dos Carajás;
- Apoiar a criação do espaço físico para atendimento ao migrante e realização de atividades de capacitação;
- Apoiar à organização de um centro de documentos sobre políticas sociais;
- Realizar atividades de capacitação para gestores técnicos da rede socioassistencial do município de Canaã dos Carajás;
- Possibilitar a população migrante o acesso aos serviços, programas e projetos disponíveis na rede de proteção social;
- Possibilitar o acesso ao migrante à informação sobre a disponibilidade de vagas no mercado de trabalho local e formas de transferência de benefícios socioassistenciais;
- Traçar perfil da população migrante e;
- Organizar um banco de dados cadastrais da população migrante para o monitoramento e avaliação dos serviços prestados.

O programa informa que em sua concepção utiliza princípios estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e sua Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB-RH-2007), alinhados as ações do Projeto Ferro Carajás S11D às Diretrizes Nacionais da política e busca fortalecer a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Canaã dos Carajás. Em análise podemos observar que os objetivos gerais e específicos embora importantes, não colocam a empresa de mineração como sendo a responsável direta pela gestão do projeto, serve apenas de apoio para as ações voltadas aos migrantes, conforme informações contidas no programa.

Podemos observar que a responsabilidade em cumprir as metas estabelecidas recai toda ao poder público, conforme informações contidas no item 19.6 (Público-Alvo), onde o PBA informa que o programa envolverá aproximadamente 160 servidores públicos, e outros profissionais vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social, neste tópico, não consta a informação de quantos profissionais da empresa de mineração se envolverão diretamente no programa, recaindo a total responsabilidade do programa ao município de Canaã dos Carajás.

Embora o impacto tenha sido ocasionado pela instalação do Projeto Ferro Carajás S11D e outros futuros projetos, a responsabilidade pelos problemas causados ao município referentes aos altos índices de migração, não ficam a cargo da empresa, pois esta em documento se coloca apenas em posição de “apoio” em relação aos problemas gerados, repassando a responsabilidade ao poder local, descaracterizando a ação de Responsabilidade Social conforme as diretrizes traçadas na ABNT NBR ISO 26000. A ação realizada pela empresa de mineração de forma voluntária observada no PBA se refere apenas à Ação Social, conforme a informação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em sua web site. O IPEA conceitua a Ação Social como sendo:

Para o Instituto, qualquer atividade que as empresas realizam para atender às comunidades nas áreas de assistência social, alimentação, saúde, educação e desenvolvimento comunitário, dentre outras. Essas atividades abrangem desde pequenas doações eventuais a pessoas ou instituições até grandes projetos mais estruturados, podendo, inclusive, estender-se aos empregados das empresas e seus familiares. Excluiu-se as atividades executadas por obrigação legal, como o cumprimento de normas ambientalistas, contribuições compulsórias ao SEBRAE, SESI, SESC, SENAI, SENAC e SENAR. (IPEA, 2016).

Devido à falta de obrigação legal da empresa de mineração em dar apoio contínuo aos projetos voltados ao migrante, e se colocando de maneira voluntária e secundária no projeto supracitado, impede a garantia por parte do poder público em obrigar a participação da empresa de forma direta e contínua no que se refere às suas atividades e decisões que impactam diretamente a sociedade e ao meio ambiente, nem antes da implantação do grande projeto, nem durante, e nem depois, enquanto a empresa possuir suas atividades econômicas no território.

A falta de responsabilidade direta da empresa sobre os impactos iniciados através da migração no município são capazes de gerar complicações futuras na gestão e no ordenamento territorial, devido comprometer diretamente as receitas municipais, para a manutenção desse programa, comprometendo outros serviços essenciais à população local, caso ocorra diminuição da demanda da produção de matérias primas, conseqüentemente ocorrerá à diminuição de arrecadação de impostos e compensações financeiras, podendo gerar um colapso municipal.

No programa da empresa de mineração cabe ressaltar que o apoio e o financiamento se deram através do Termo de Cooperação¹¹ entre a empresa de mineração e o Sistema Nacional de Emprego (SINE), informados no PBA, referentes às despesas com a segurança do local, bem como as possíveis reformas posteriores ao início do funcionamento do centro, são de responsabilidade da Prefeitura, pois a Vale entende como sendo ações de manutenção física. Cabe informar que todos os móveis e equipamentos instalados no Centro de Atendimento ao Migrante (CAM) foram adquiridos pelo poder público local por meio de Termo de Cooperação pactuado junto à empresa de mineração.

Outra informação contida no Programa de Proteção Social ao Migrante se refere ao papel exercido pela empresa de mineração segundo ao seu PBA, sua função é de facilitadora entre a Prefeitura de Canaã dos Carajás junto aos órgãos gestores estadual e federal, visando possibilitar parcerias para a obtenção de recursos financeiros e técnicos necessários à manutenção das atividades de capacitação, ou seja, a responsabilidade da empresa fica apenas na posição de consultora e articuladora, não lhe sendo atribuída qualquer tipo de obrigação junto à sociedade e ao meio ambiente pelos eventuais impactos conforme a etapa 3 (Articulação de Parcerias). Essa parceria inclui também organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No PBA é possível analisar o Mapa de Rede de Serviços, conforme Figura 09.

A figura supracitada apresenta a rede de serviços sócio-assistenciais destinados ao público de Canaã dos Carajás, não sendo restrito apenas ao atendimento ao Migrante do município.

¹¹ Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

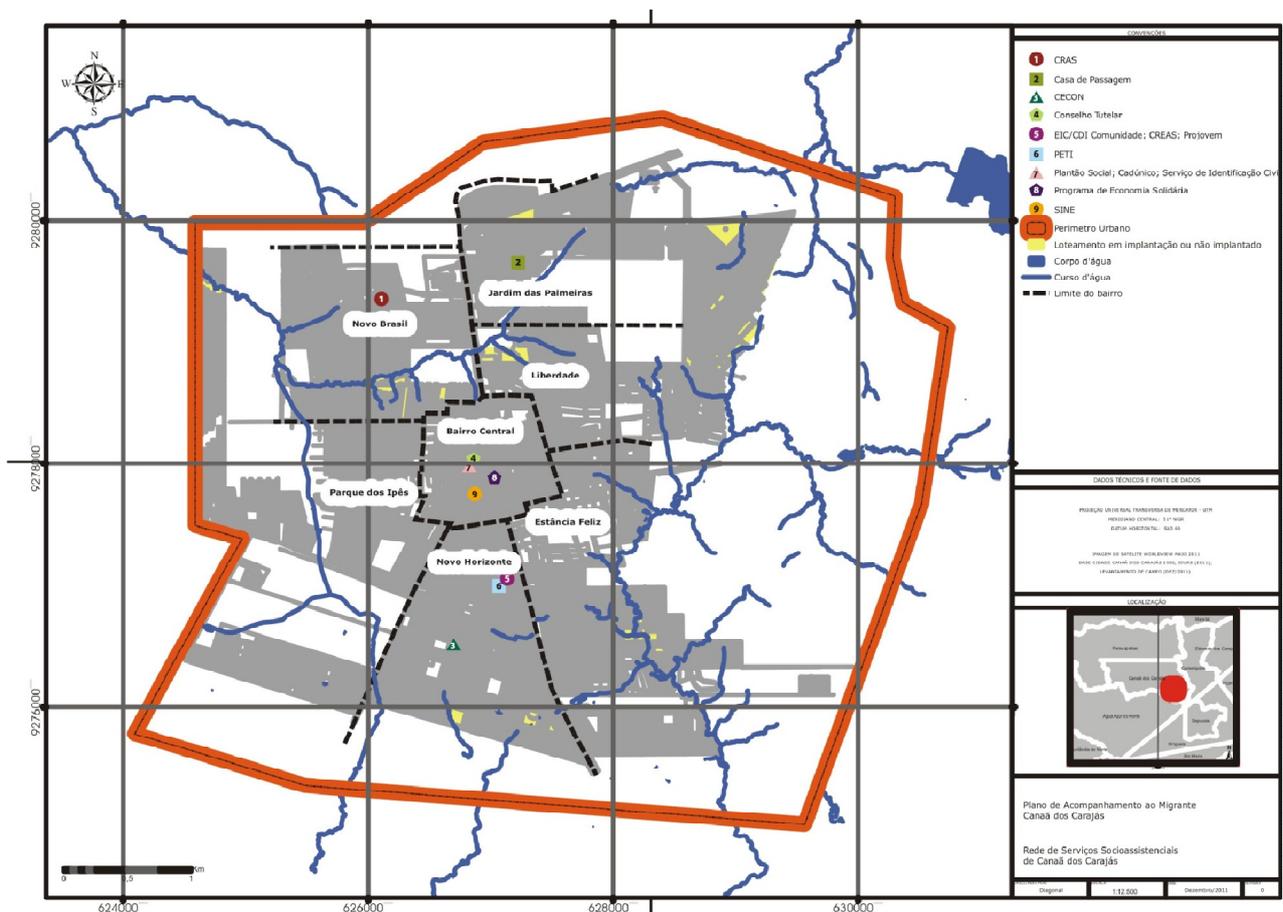


Figura 09- Mapa de Rede de Serviços ao Migrante

Fonte: PBA VALE, 2014.

3.2 Programa de Monitoramento dos Indicadores Socioeconômicos

A empresa de mineração iniciou o monitoramento dos indicadores socioeconômicos a partir do ano de 2011, visando monitorar a realidade local e regional que antecedia a implantação do Projeto Ferro Carajás S11D.

O objetivo do programa é monitorar os aspectos dinâmicos socioeconômicos do município de Canaã dos Carajás antecedendo os impactos causados pela implantação do Projeto Ferro Carajás S11D, visando identificar os fatores positivos e negativos ocasionados pela implantação do Projeto.

De acordo com o PBA o Programa busca alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Promover o acompanhamento periódico das variações da dinâmica socioeconômica no município;
- Adotar o monitoramento como instrumento de auxílio no processo de tomada de decisão pela Vale, incluindo o planejamento de ações e a definição de procedimentos, tanto de adequação, quanto corretivos e;

- Disponibilizar periodicamente os indicadores atualizados por setor ou por época de liberação dos dados, de forma a prover os demais programas socioambientais com informações que possibilitem avaliações e adequações.

Nos objetivos específicos contidos no PBA, foi possível encontrar elementos que sugerem uma aderência às diretrizes das normas estabelecidas ABNT NBR ISO 26000, principalmente quando se é informado que o Programa de Monitoramento se trata de um instrumento que visa auxiliar os processos de tomada de decisão a ser realizada pela empresa de mineração, buscando incluir o planejamento de ações e consequentemente definir os procedimentos a serem adotados pela empresa no município impactado com as suas atividades.

O PBA informa que o Programa de Monitoramento não é constituído em uma exigência legal, visa apenas ser tratado como um instrumento técnico que visa auxiliar os programas contidos no PBA e criar medidas que visam amenizar os impactos ambientais.

O Programa de Monitoramento visa os seguintes públicos:

- As gerências da Vale com atuação e responsabilidade na área de influência do Projeto Ferro Carajás S11D;
- Gerência de Meio Ambiente e Socioeconômica;
- Gerência de Relações com Comunidade;
- Gerência de Comunicação Social;
- População impactada pelo empreendimento;
- Agentes do Poder Público da área de influência e as;
- Equipes técnicas do IBAMA.

Neste Programa foi possível observar maior participação da empresa de mineração no processamento do PBA, onde diversas gerências estratégicas da empresa se fazem presentes como articuladoras no referido Programa.

De acordo com o PBA, a escolha dos indicadores foram traçados em informações coletadas em campo e posteriormente sendo necessária a utilização de dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, o que compromete o monitoramento e a periodicidade dos indicadores, tendo em vista a atualização das bases do IBGE ocorrem a cada 10 anos.

O PBA utilizou os seguintes dados para a realização do Programa de Monitoramento dos indicadores: Variação mensal dos preços da cesta básica, variação trimestral dos preços

dos imóveis e a variação trimestral dos crimes contra a pessoa e o patrimônio. O Programa de Monitoramento informa que utilizará imagens aéreas semestrais buscando obter informações sobre a mancha urbana atualizada do município, buscando observar as alterações socioambientais no município de Canaã dos Carajás.

Em relação ao monitoramento dos impactos socioambientais o PBA coletou os seguintes dados:

- **Alteração do nível de emprego:**
 - Variação mensal do pessoal ocupado formal segundo setores da atividade;
 - Número mensal de contratações e demissões (Projeto Ferro Carajás S11D) no município de Canaã dos Carajás;
 - % de contratações, relativo ao programado para a fase do empreendimento;
 - Número anual de novas empresas abertas no município;
 - Número mensal de empregados com carteira assinada (amostra de empresas locais);
 - População Economicamente Ativa e;
 - População Ocupada e População Desocupada.

- **Inserção de trabalhadores no sistema de seguridade social:**
 - Variação mensal do pessoal ocupado formal segundo setores da atividade;
 - Número de contratações e demissões (Projeto Ferro Carajás S11D) no município de Canaã dos Carajás;
 - Número de famílias que recebem benefícios sociais (bolsa família, programas estaduais e municipais e etc.) e;
 - Número de atendimento na rede socioassistencial do município de Canaã dos Carajás.

- **Alteração dos níveis de empregabilidade:**
 - Variação do emprego segundo setores de atividade e nível de escolaridade;
 - Curso de qualificação, ofertados pela Vale, terceirizadas e do Poder Público ministrados segundo tipo e;
 - Número de participantes nos cursos de qualificação, ofertados pela Vale, terceirizadas e do Poder Publico.

- **Alteração dos níveis de renda:**
 - Massa salarial;
 - Variação do emprego formal segundo nível salarial e;
 - Número mensal de contratações segundo nível salarial.

- **Alteração das condições de desempenho das empresas:**
 - Número mensal de empregados segundo tipo de contrato: carteira assinada ou não (amostra empresas locais);
 - Certificações obtidas por empresas locais no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores;
 - Número de empresas formais ativas a cada ano e;
 - Variação mensal da arrecadação de ISS no município.

- **Alteração nas condições econômicas:**
 - Despesas mensais da Vale com insumos e serviços adquiridos no município;
 - Distribuição percentual das atividades econômicas (total e na área rural);
 - Variação mensal do preço da cesta básica no município (amostral);
 - Variação do preço dos imóveis (trimestral);
 - Variação na arrecadação da CFEM;
 - Variação na arrecadação de ISSQN e;
 - Variação na arrecadação de ICMS.

- **Alteração nas condições de vulnerabilidade social e ocupação irregular:**
 - Número mensal de imigrantes cadastrado;
 - % de domicílios inadequados (sem esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo e eletricidade);
 - Pesquisa em áreas selecionadas a fim de verificar áreas de ocupação irregular e condições de vulnerabilidade das famílias;
 - Número de famílias situadas abaixo do nível de pobreza e;
 - Variação anual na ocorrência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio.

- **Alteração na infraestrutura básica:**
 - % de domicílios com atendimento de água, esgoto e energia elétrica e;
 - Variação do número de atendimentos hospitalares e ambulatoriais.

- **Alteração nos níveis de conforto da população:**
 - Número mensal de migrantes cadastrado;
 - PIB per capita;
 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e;
 - Estrutura dos setores econômicos.

- **Alteração nas condições de saúde da população:**
 - Variação anual do número de óbitos segundo capítulos da CID 10;
 - Taxa de mortalidade infantil, fetal e materna;
 - Variação anual do número de internações hospitalares segundo capítulo da CID 10;
 - Variação anual do número de nascimentos de mães com menos de 19 anos (SINAC/DATASUS);
 - Cobertura vacinal da terceira dose por tetra valente em menores de um ano de idade;
 - Número anual de casos de doença de notificação compulsória e;
 - Número mensal de casos de doenças transmitidas por insetos vetores.

Observado todos os trâmites para o tratamento das informações, neste campo, onde se pode mensurar se a empresa de mineração está ou não contribuindo para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população, a empresa de mineração informa que é necessário para que o sistema funcione de forma adequada em termos operacionais a equipe da empresa de mineração, podendo ser membros de sua ou equipes a sua escolha.

Dessa maneira, as informações referentes às ações potencializadoras a cerca de sua tomada de decisão, se torna questionável, pois a coleta de informações e análise dos dados a serem utilizados nos relatórios de indicadores socioeconômicos poderia ser realizada por uma empresa sem vínculo com a empresa de mineração, e sem vínculo com o Poder Público, pois seria isenta de qualquer tipo de tendências em seus resultados.

De acordo com o PBA, o Programa de Monitoramento é exercido através de equipe interdisciplinar de socioeconomia da empresa de mineração, constituído por profissionais da Gerência do Meio Ambiente e Socioeconomia do Projeto Ferro Carajás S11D, possibilitando obter apoio de empresas contratadas, com o intuito de criar mecanismos de gestão dos recursos advindos das atividades econômicas instaladas no território, juntamente com o apoio de parceiros voltados ao desenvolvimento, à sociedade civil organizada, o Poder Público e

outros investidores da área, onde seja possível de acordo com a empresa de mineração estabelecer políticas de desenvolvimento sustentável baseados em seus relatórios.

Para que a ação voltada ao desenvolvimento sustentável obtenha eficácia, é importante que os métodos de avaliação e de monitoramento sejam feitos por entidades independentes, sem vínculos com a empresa de mineração e sem vínculos com o Poder Público, para que a confiabilidade do processo dos resultados não seja comprometida. A participação das Universidades regionais nessa etapa do processo seria um fator importante, pois uma grande maioria dos estudos realizados, em seu projetos são voltados à melhoria da qualidade de vida da sociedade e do meio ambiente amazônico, além de possuírem um corpo discente estudantes das especificidades regionais, que são capazes de alterar as dinâmicas territoriais, bem como as problemáticas criadas através da tomada de decisão dos grandes projetos, quando impactam negativamente a qualidade de vida socioeconômica e ambiental dos municípios que possuem suas atividades econômicas.

A competência adquirida ao longo de muitos anos de pesquisa, analisando todo o processo dinâmico no território, em relação à instalação dos grandes projetos na Amazônia, bem como, os impactos negativos vividos pela população e ao meio ambiente, que perduram por décadas, onde foram observadas melhoras insuficientes na qualidade socioeconômica e ambiental dos municípios impactados pelas atividades econômicas dos grandes projetos, afirmação que pode ser ratificada *in loco* ou através dos resultados oficiais.

3.3 Programa de Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico Local

O Programa está embasado em dois subprogramas: No Subprograma de Desenvolvimento de Fornecedores e o Subprograma de Fomento aos Pequenos Negócios.

De acordo com a descrição do Programa, a intenção dos subprogramas são desenvolver alternativas e oportunidades de geração de renda no meio rural e gerar oportunidades locais para o desenvolvimento de pequenos negócios geradores de renda familiar.

Como objetivos específicos buscam:

- Compor uma carteira potencial de pequenos negócios com envolvimento das comunidades rurais;
- Estimular o associativismo e o cooperativismo, como forma de organização destinada a ampliar a produção e a geração de emprego e renda e;
- Selecionar e apoiar os negócios prioritários para desenvolvimento dos produtores, associações e cooperativas rurais.

Conforme os outros programas informados no PBA, existe uma interdependência junto ao poder público e a parceiros para o funcionamento deste programa. No projeto se levará em conta as determinações contidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e na Lei nº 12.305/2009, que trata sobre o atendimento da alimentação escolar e outros instrumentos legais de estímulo à criação de micro e pequenos negócios, associações e cooperativas, diferente dos Programas anteriores, este utiliza um documento oficial para embasar as regras de funcionamento.

Outra característica observada para o início do Programa foi à necessidade de atrelar a licença de instalação do Projeto Ferro Carajás S11D, onde foi solicitado um prazo de até um ano para começarem a formar parcerias, um prazo de até seis meses depois da licença de instalação para a composição de carteira de pequenos negócios, com as tipologias de atividade a serem apoiadas e desenvolvidas e o número de famílias beneficiadas, e o prazo de até um ano depois da licença de instalação do Projeto para a seleção dos negócios a serem contemplados. A postergação do prazo para depois da concessão de licenciamento do Projeto Ferro Carajás S11D, possibilita um desconforto, devido aos anseios das populações locais impactadas, bem como gera uma sensação de insegurança em relação ao seu futuro.

Dentre as localidades beneficiadas pelo programa, de acordo com o PBA temos as Vilas: Mozartinópolis, Feitosa, Bom Jesus, Planalto, Onalício, além do Centro de Desenvolvimento Regional CEDERE III (atual Ouro Verde). O PBA também informa que a população da Vila Mozartinópolis encontrava-se na data de publicação do PBA em processo de realocação.

As potencialidades de negócio consideradas neste Projeto foram baseadas em um Diagnóstico Integrado da Socioeconômica do Sudeste do Pará com a data de 2006, e um estudo de Atualização das Projeções Econômicas e Demográficas do Sudeste do Pará com data de 2010, ambos ultrapassados, tendo em vista que o primeiro possuía dados muito antigos e o segundo foi anterior ao processo de implantação do Projeto Ferro Carajás S11D, onde as estimativas para o município podem ter sido consideradas de maneira insuficiente.

De acordo com o PBA a equipe técnica envolvida no subprograma é formada pela Gerência de Socioeconômica do Projeto Ferro Carajás S11D, pela equipe local da Diretoria de Relação com a Comunidade (DIRC) e a Gerência de Negócios Sociais da Fundação Vale. O PBA informa que a responsabilidade de implantação deste subprograma será realizada pela empresa Vale.

Analisando as características apresentadas no subprograma, o mesmo não apresenta de forma clara como se dará o processo de seleção dos pequenos negócios, e tão pouco como se

dará o processo de apoio ao desenvolvimento dos negócios contemplados, pois este poder decisório está a cargo da empresa de mineração, não sendo observada também no PBA a participação dos parceiros, representantes das comunidades e o Poder Público na escolha dos beneficiados.

Em relação ao Subprograma de Desenvolvimento de Fornecedores contidos no PBA, consta que a sua intenção é potencializar e racionalizar o crescimento da atividade econômica do município de Canaã dos Carajás, visando investir na qualificação e capacitação de micros e pequenas empresas locais, visando também fomentar a oferta de bens e serviços no município, como tentativa de se potencializar os impactos positivos na implantação do grande projeto.

O PBA informa que a empresa de mineração já possui um programa de desenvolvimento de fornecedores denominado Inove, onde busca atender todas as regiões onde a empresa atua no Brasil.

Conforme o PBA, o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores encontrava-se em execução no município de Canaã de Carajás desde agosto de 2011, dentre os critérios avaliados nas alterações das condições de desempenho das empresas fornecedoras, um dos itens que chamaram a atenção, foi às certificações obtidas pelas empresas locais, tendo em vista que no site da empresa de mineração, as certificações obtidas pela empresa de mineração não serem em normativas brasileiras emitidas pela ABNT. A dúvida recai sobre quais aspectos que são observados em relação às certificações das empresas fornecedoras, se existe qualquer tipo de exigência para a obtenção dessas certificações. As certificações contidas no site da empresa de mineração são:

CDP Climate Change - Segunda maior pontuação de transparência na avaliação do questionário do CDP entre as empresas da América Latina e pela quinta vez integraram o índice CDLI (Climate Disclosure Leadership Index).

Programa Brasileiro do GHG Protocol – Qualificação com selo de ouro no inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) pelo quinto ano consecutivo.

Índice Carbono Eficiente (ICO2) - Participação do Índice Carbono Eficiente (ICO2), desenvolvido pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Relatório de Sustentabilidade: A+ - Relatório de Sustentabilidade de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), onde o nível de aplicação foi classificado como A+.

Embora as certificações obtidas pela empresa sejam importantes, nenhuma delas se refere ao Sistema de normas de Gestão nacionais e internacionais de Responsabilidade Social; Qualidade; Ambiental; Avaliação de Segurança, Saúde Meio Ambiente e Qualidade; Sustentabilidade e outras. Ressaltamos que a ABNT NBR ISO 26000 trata sobre as diretrizes sobre Responsabilidade Social, caso a empresa de mineração se interesse em se certificar junto ao órgão, poderá buscar informações a cerca dos requisitos necessários contidos na ABNT NBR 16001 (2012) e na ABNT NBR 16003 (2015) que traça os requisitos necessários para execução de auditoria onde existem normas e diretrizes capazes de nortear as ações da empresa de forma mais assertiva, buscando melhorar os seus resultados perante os atores envolvidos.

A ABNT NBR ISO 26000 em seu tópico 6.5.6.1 informa que para uma empresa se tornar mais socialmente responsável, é importante atuar em ações que visem proteger e restaurar o meio ambiente, devido à busca por bens naturais serem irreversíveis à natureza. Dentre os alguns aspectos a serem considerado, encontramos o Estimulo a um desenvolvimento urbano e rural ambientalmente favorável, que se refere:

As decisões e atividades da organização podem ter impactos significativos no ambiente urbano ou rural e nos ecossistemas a eles relacionados. Tais impactos podem estar associados a, por exemplo, planejamento urbano, edificações e construções, sistemas de transportes, gestão de resíduos e esgoto e técnicas agrícolas. (ABNT NBR ISO 26000, 2010).

Em relação aos Programas supracitados, o item da ABNT NBR ISO 26000 informa que a empresa precisa ser atuante em suas ações, onde foi observado que a maioria dos seus Programas a empresa de mineração se coloca em posição de apoiadora, principalmente quando os programas estão voltados às questões de planejamento no território, em programas mais voltados às questões sociais.

É importante salientar que de acordo com a ABNT NBR ISO 26000 (2010), para uma ação ser considerada de Responsabilidade Social, a empresa precisa pautar seu o comportamento em normas, diretrizes ou regras de conduta, que respeitem os sete princípios específicos, precisando também estar em conformidade com os princípios estabelecidos em relação à correta conduta moral no contexto dessas situações específicas, incluindo as

situações que representam desafios à empresa, isto é, incluindo em seu processo, as questões relacionadas às diversidades sociais, ambientais, jurídicas, culturais, políticas e organizacionais, abrangendo também as diferenças econômicas e estar pautadas com as normas internacionais de comportamento.

Um princípio difundido pelas normas internacionais segundo a ABNT NBR ISO 26000 é denominado *accountability*. Este princípio tem como objetivo ratificar a importância da empresa em estar em conformidade com a norma, prestando contas e responsabilizando-se pelos impactos negativos causados por suas atividades e decisões na sociedade, na economia e no meio ambiente. A norma sugere também que a empresa aceite as investigações apropriadas e esteja também de acordo com os seus deveres em responder por essas investigações.

A importância em ser adotado o princípio de *accountability* nas atividades de mineração em nosso país, está relacionada aos impactos que a mesma é capaz de causar na sociedade e ao meio ambiente, pois suas atividades são a *priori* direcionadas a suprir as necessidades econômicas e energéticas globais, através da aquisição de matéria prima, tendo em vista, que suas decisões em incrementarem ou não a produção de minérios em território nacional estão inter-relacionadas a demanda internacional.

Conseqüentemente o incremento na produção mineral, quando não bem estabelecido, pode gerar impactos negativos o que leva a empresa a possuir responsabilidade pelos problemas gerados à sociedade, incluindo a variação de naturezas de impactos e também as circunstâncias em que estes problemas foram causados, abrangendo também a responsabilidade por erros em suas decisões e atividades, visando à tomada de decisões em remediar os problemas e posteriormente sancionar ações que busquem evitar que os impactos negativos se repitam, mesmo que tais conseqüências geradas tenham ocorrido de forma acidental.

Este princípio quando bem acordado é capaz de gerar resultados positivos para os atores envolvidos, pois busca influenciar a empresa a tomar suas decisões e atitudes de forma mais cuidadosa, melhorando a qualidade em suas decisões e também em sua supervisão, de acordo com a ABNT NBR ISO 26000 (2010). Além das melhorias informadas, a norma possibilita a empresa a ficar respaldada e resguardada em relação a sua obrigatoriedade, caso ocorra um desastre ambiental, sua responsabilidade e obrigação ficariam previamente firmadas, evitando assim problemas com a transferência de responsabilidades em relação aos prejuízos gerados à sociedade e ao meio ambiente iniciados por um desastre ambiental.

Outro fator que rege a norma se refere à transparência, pois sugere que a empresa divulgue de forma clara, com exatidão e de forma plena, as políticas pela qual se considera

responsável, incluindo também os possíveis impactos que poderão causar à sociedade e ao meio ambiente através de suas decisões e atividades. Torna-se um fator indispensável, quando se pensa em impactos negativos, pois possibilita uma avaliação prévia e necessária sobre o que é de sua competência em relação a sua responsabilidade caso ocorra um problema.

Para exemplificar, cabe citar o desastre socioambiental causado no município de Mariana em Minas Gerais no ano de 2015, onde o rompimento de uma barragem de rejeito mineral de responsabilidade da empresa SAMARCO controlada em partes iguais por dois acionistas: a BHP Billiton Brasil Ltda.; e a Vale S.A., causando um dos maiores desastres socioambientais da história de nosso país, impactando e comprometendo o ecossistema do Rio Doce e de seu entorno.

Em notícia veiculada pelo Greenpeace (2015), o rompimento da barragem de rejeito tomou grande proporção, devido à empresa responsável pela operação das atividades minerais, não possuir um plano de contingência apropriado, e conseqüentemente não havendo tempo hábil para minimizar os danos causados à sociedade e ao meio ambiente. O Greenpeace ainda ressalta que a responsabilidade social da empresa perante aos danos causados ainda seguem sendo insuficientes.

O IBAMA (2015) em seu laudo técnico informou que 50 milhões de m³ de rejeitos de minério de ferro estavam sendo lançados no meio ambiente na época do desastre, sendo que 34 milhões de m³ ocorreram de forma imediata e os outros 16 milhões de m³ ainda estavam sendo lançados até a data da publicação do laudo em direção ao mar, seguindo para o estado do Espírito Santo, forçando a passagem de uma onda de lama por 55 km no rio Gualaxo do Norte, desaguando no rio do Carmo onde percorrendo por 22 km até chegar ao rio Doce em direção à foz no Oceano Atlântico, totalizando 663,2 km de rios que foram diretamente impactados pela lama. Na Figura 10 apresentaremos o mapa indicando a magnitude do desastre ambiental.

Dentre os problemas socioambientais causados pelo desastre da SAMARCO informados no Laudo Técnico do IBAMA (2015), podemos observar que tais problemas são características de responsabilidade da empresa pelos danos causados à sociedade e ao meio ambiente. Abaixo estão relacionados os seguintes dados:

- Mortes de trabalhadores da empresa e moradores das comunidades afetadas, sendo que algumas ainda seguem desaparecidas;
- Desalojamento de populações;
- Devastação de localidades e a conseqüente desagregação dos vínculos sociais das comunidades;

- Destruição de estruturas públicas e privadas (edificações, pontes, ruas etc.);
- Destruição de áreas agrícolas e pastos, com perdas de receitas econômicas;
- Interrupção da geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas (Candonga, Aimorés e Mascarenhas);
- Destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa de Mata Atlântica;
- Mortandade de biodiversidade aquática e fauna terrestre;
- Assoreamento de cursos d'água;
- Interrupção do abastecimento de água;
- Interrupção da pesca por tempo indeterminado;
- Interrupção do turismo;
- Perda e fragmentação de habitats;
- Restrição ou enfraquecimento dos serviços ambientais dos ecossistemas;
- Alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada;
- Sensação de perigo e desamparo na população.

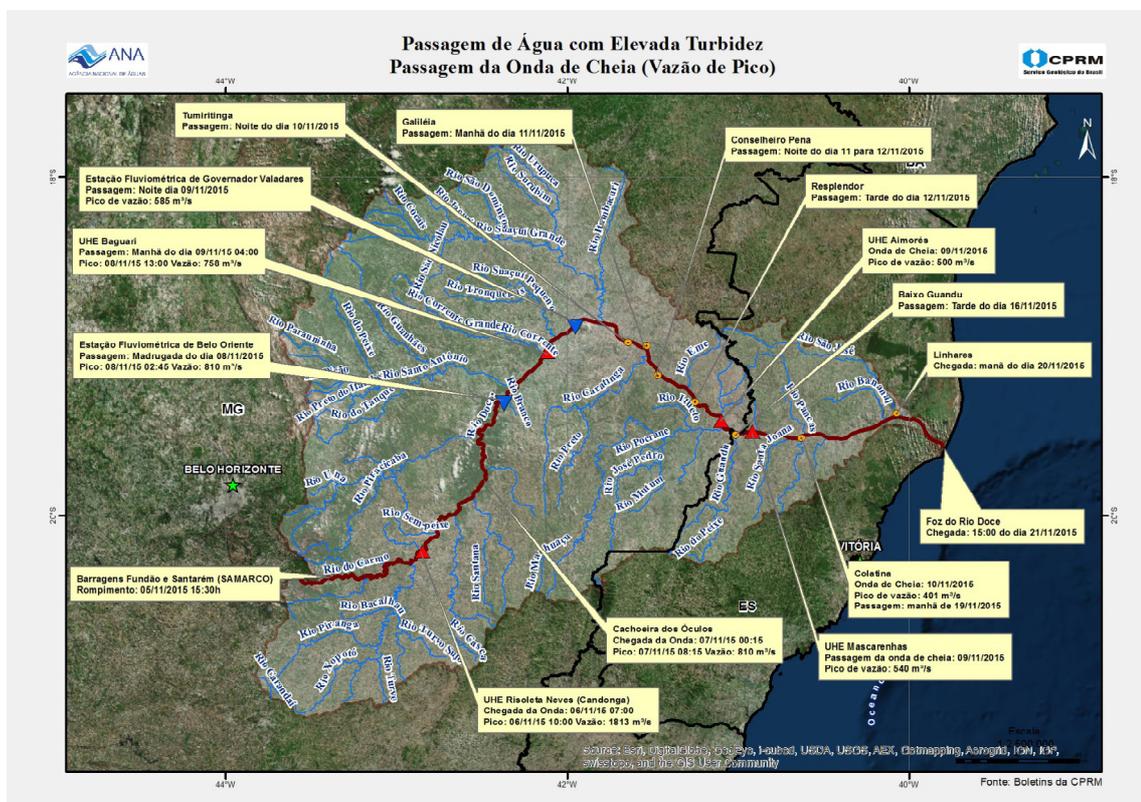


Figura 10: Mapa de passagem de lama. Fonte: CPRM.
Fonte: IBAMA, 2015 / CPRM.

Nove meses se passaram e a situação dos municípios impactados pelo desastre socioambiental de Mariana – MG ainda continuam indefinidos, pois a sociedade e o meio ambiente ainda sofrem com a morosidade do sistema na tentativa de que sejam sanados os impactos negativos gerados pelo desastre socioambiental, tendo em vista a empresa não possuir um plano de contingência, nem adequação as normas nacionais e internacionais de Responsabilidade Social, pois a normatização visa gerar os requisitos necessários para evitar um desastre, bem como fornece requisitos e diretrizes que visam à solução ou minimização dos impactos gerados em regiões de responsabilidade da mineradora.

Devido ao rompimento da barragem de rejeitos ter causado uma destruição de 1.469 hectares, incluindo áreas de preservação permanente, destruiu por completo a localidade de Bento Rodrigues – MG por ser um distrito localizado próximo ao rompimento da barragem. O desastre também impactou a economia de várias pessoas que viviam da terra e das águas para em sua subsistência, vários pescadores, por exemplo, sofreram impactos em suas atividades econômicas, pois os danos causados à pesca foram sofridos em 41 municípios e causando impacto na vida de 1249 pescadores.

O motivo pela escolha do desastre de Mariana – MG nesta dissertação de mestrado tem como objetivo apresentar a semelhança na natureza da operação das empresas, pois ambas são produtoras de minério de ferro, e a preocupação surge em relação à tomada de decisão sobre os possíveis impactos negativos relacionados às atividades gerando preocupação antevendo na região de Carajás a ocorrência de um grande desastre socioambiental, onde as responsabilidades cabíveis à empresa e ao Estado poderiam gerar mais problemas em relação à solução dos mesmos, pois na história não se observa medidas preventivas, apenas são tomadas ações paliativas quando o problema já se instalou. Avaliando esse possível cenário, surge a necessidade de se pensar em uma aderência as diretrizes do Plano Básico Ambiental da empresa à luz da ABNT NBR ISO 26000.

3.4 Ações encontradas no Município de Canaã dos Carajás

Em Visita Técnica realizada em julho de 2016 nos municípios de Canaã dos Carajás, começamos a pesquisa entrevistando o Prefeito, buscando entender como a Prefeitura de Canaã entendia as ações voltadas à comunidade realizadas pela empresa de mineração no município.

Na entrevista, foi questionado como o prefeito entendia as ações de responsabilidade social das empresas de mineração no município de Canaã dos Carajás. O prefeito forneceu a seguinte resposta:

Qualquer empresa que tem um projeto que visa o lucro, e qualquer empresa visa o lucro, como a Vale que tem o projeto da mina de cobre, o Sossego, e está implantando agora um grande projeto, o maior do planeta que é o S11D, e é um dos mais modernos também. Lógico que ela está fazendo isso visando o lucro para essa empresa, mas eu acredito que a Vale faz muito bem o seu papel social que é de fazer a contrapartida em ajudar o município nas responsabilidades sociais do dia a dia, por exemplo, a Vale ajudou muito na construção e ampliação de escolas, na ampliação do nosso hospital, na construção da nossa feira do produtor, porque vem centenas e milhares de pessoas para trabalhar nesse projeto, pelo menos buscando um sonho de trabalhar nesse projeto, e acaba que chega aqui e fica desempregado, hoje nós temos um grande número de desempregados, então se as empresas não fizerem a sua contrapartida social, viraria um caos, porque o município sozinho não suporta as grandes demandas que aumentam, então as empresas fazem a sua contrapartida social, ajudando a diminuir um pouquinho a ausência de oferta de serviços para essa demanda que cresce muito. (Prefeito de Canaã dos Carajás, 2016).

Conforme o trecho da entrevista, o prefeito tem consciência que a empresa se instalou no município com a intenção de obter o lucro através da produção mineral, acredita também que os feitos realizados em construção e ampliação de escolas, hospital, feira do produtor são considerados como ações de Responsabilidade Social, pois busca criar possibilidades que visam minimizar o caos social ocasionado pela migração de pessoas e aos baixos números de ofertas de empregos, tendo em vista, a oferta de emprego atual não ser capaz de suprir as necessidades da demanda.

Neste trecho podemos observar que os exemplos dados pelo prefeito, em um primeiro momento, são importantes, mas não se traduzem eficientes para garantir o desenvolvimento sustentável do município, tendo em vista, os custos gerados com o funcionamento dos projetos onerarem os cofres públicos, pois estão atrelados à produção mineral. Se ocorrer aumento na demanda por matérias primas, conseqüentemente as receitas dos municípios conseguirão manter a efetividade dos projetos, mas se ocorrer à diminuição na demanda por essas matérias primas, automaticamente ocorrerá à diminuição das receitas públicas, e conseqüentemente a oferta desses serviços prestados, como ocorre em outros municípios que sobrevivem de atividades extrativistas.

A responsabilidade social não pode ser resumida apenas à construção e ampliação de projetos, pois segundo a ABNT NBR ISO 26000 (2010) as diretrizes se referem às condições geradas pela empresa de influenciar no desenvolvimento de ações de responsabilidade como uma prática social. A responsabilidade se traduz na continuidade dos projetos, tendo em vista,

as atividades econômicas realizadas pela empresa serem contínuas, conseqüentemente os problemas gerados através dessa atividade e tomada de decisão também se tornam. Não cabe ao município assumir a responsabilidade por atividades e decisões que independem de suas escolhas, pois os resultados gerados em um determinado momento poderão onerar e comprometer os recursos públicos que poderiam estar sendo aplicados na melhoria da qualidade de vida da sociedade impactada, mas que estão sendo direcionados em projetos que agregam ineficientes valores à sociedade impactada.

Em relação ao futuro dos profissionais que trabalham na empresa de mineração antes de seu *startup*, que em breve estarão desempregados, o Prefeito informa que enviaram para a Câmara um projeto que cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento, onde 7% dos *royalties* serão destinados automaticamente a esse fundo, que será gerido PR um comitê gestor desse fundo, sendo o seu único objetivo financiar o empreendedorismo no município, voltado às pessoas que não possuem crédito bancário para o início de seu negócio, e será parecido com um banco municipal, podendo ser utilizado às pessoas físicas e as jurídicas.

A previsão inicial que o fundo comece com R\$1.500.000,00 por ano, mas ao longo do tempo será um grande fundo, para financiar pequenos negócios, posteriormente médios negócios, e depois grandes negócios, buscando diversificar a produção e a oportunidade de emprego no município. A previsão é que o fundo comece a funcionar logo, pois até a data da visita técnica, a Câmara iria entrar em recesso e a votação ficou para o retorno das atividades.

O Prefeito informou que estão trabalhando para iniciar um Distrito Industrial, onde julga ser uma necessidade de se diversificar a economia local, para não sobreviverem apenas do minério, pois de acordo com o Prefeito, o minério um dia acaba, visando dar oportunidade às empresas se instalarem no município, com vistas para o futuro em verticalizar alguns produtos locais, utilizando como exemplo o couro de boi, onde salientou que grande parte dos produtos utilizados no município advém de Minas Gerais, São Paulo, onde o couro sai de Canaã com o preço bem inferior para esses outros estados e retorna com o preço caro para o município, o que justifica na visão do prefeito a verticalização desses produtos no município.

Uma parceria realizada entre o município e a empresa Vale se refere à construção da Feira Coberta, onde segundo o Prefeito será uma das feiras mais modernas do estado do Pará, onde o Prefeito ainda brinca dizendo que irão ganhar do Ver o Peso, onde a intenção do Prefeito é que pelo menos 80% dos produtos comercializados sejam de Canaã dos Carajás, devido o solo ser fértil, onde não existe justificativa em se ter uma feira moderna e os

produtos comercializados continuarem sendo importados, se faz necessário produzir no município.

Em relação à parceria firmada entre a empresa de mineração e o Poder Público Municipal, o Prefeito informa que conta que será uma parceria constante, mas é ciente que a parceria mais relevante está na fase de implantação da infraestrutura, onde quando o Prefeito assumiu o mandato, as escolas não possuíam carteiras para começarem as aulas, o centro de Canaã era somente buracos, mas o buraco maior estava nas contas, mais de R\$ 80 milhões em dívidas, a situação segundo o Prefeito estava um caos no município. Então devido a essas problemáticas, onde era impossível o município conseguir dar conta desses problemas, foi nesse momento que a Vale entrou, ajudando na construção da infraestrutura.

Com recursos próprios realizaram mais de 100 km de asfalto, com rede de água e esgoto e drenagem pluvial, com a estrutura montada em cada lado das ruas. Em relação ao Centro de Tratamento de Esgoto, o Prefeito informa que o município possui algumas subestações compactas, e que possuem uma bacia de decantação antiga, onde o município está trabalhando para implantarem duas grandes subestações, para receberem essa bacia, as estações compactas, para jogar para essas duas grandes subestações de tratamento.

Em relação às parcerias entre a empresa de mineração e o Poder Público Municipal, em relação à formação dos jovens de Canaã que estão entrando no mercado de trabalho, o Prefeito informa que existe o SENAI, onde a Vale é praticamente a mantenedora desse SENAI, onde muitos jovens de Canaã já se qualificaram, e foram inseridos no mercado de trabalho. O Prefeito informa que estão trabalhando para implantarem a faculdade, onde acredita que em 2017 já terão as primeiras faculdades públicas no município, pois identifica que Canaã hoje é muito centralizada, onde fica no meio de Xinguara, Água Azul do Norte, Ourilândia, Tucumã, São Félix, Parauapebas, Curionópolis, Eldorado, onde pretende que Canaã se transforme em um centro universitário um exemplo de posto nacional.

Dos jovens qualificados pelo SENAI, muitos trabalham na Vale, outros estão nas terceirizadas, o Prefeito tem a informação que muitas reclamações em relação aos profissionais da Vale ainda serem de fora, o Prefeito justifica que tal problema se refere à qualificação no município. Os cursos oferecidos pelo SENAI segundo o Prefeito são: Técnico em Mineração, Eletromecânica, Pedreiro, Carpinteiro, Hotelaria, mas nenhum curso é oferecido à alta gestão, o que justifica a presença do IFPA, estão em contato também com a UEPA, se reuniram com o Ministério da Educação, a uns três meses atrás, onde o Ministério

tomou ciência das intenções do município de Canaã em possuir uma faculdade, e o Prefeito acredita que em 2017 conseguirão ter.

Em relação à candidatura para o seu segundo mandato, o Prefeito acredita que a gestão será muito mais eficiente, onde o ex-prefeito de Paragominas encontra similaridades na gestão do município de Paragominas, porém mais rápido do que aconteceu em Paragominas, onde a intenção do Prefeito e da equipe gestora é que Canaã se torne referência no estado do Pará muito em breve, onde as ações atuais servem para retirar o município da “UTI” em que se encontrava, realizando o básico, minimizando o caos ao qual o município se encontrava, onde no segundo mandato pretende implantar o Distrito Industrial, investir no empreendedorismo no município, com o Fundo que será votado na Câmara, um percentual do recurso será destinado obrigatoriamente destinado em projetos tecnológicos e na área de educação.

Em relação à cobertura de asfalto o Prefeito acredita que hoje Canaã possui cerca de 70% da cidade asfaltada. Em relação ao saneamento básico, o percentual é menor, devido os bairros antigos, abrirem loteamentos, com cobertura asfáltica sem qualidade, sem rede de água e esgoto, onde se faz necessário refazer toda essa cobertura, realizando os procedimentos de forma adequada. Em relação à rede de esgoto, o Prefeito acredita que o município possui hoje um percentual de 40% a 50% no máximo atendido. A cidade e as Vilas possuem mais de 300 km segundo o Prefeito de Canaã.

Em relação à segurança pública, o Prefeito informou que está um caos, onde ocorreu um aumento no número da criminalidade, devido aos problemas nacionais, onde não se observa investimento em grandes projetos, Canaã possui um em andamento, onde conseqüentemente ocorre a migração, de pessoas que buscam um emprego, e acabam se deparando com as baixas ofertas de emprego no município, onde intensifica o número de desempregados. Devido ao Projeto Ferro Carajás S11D ser um projeto muito moderno, não irá precisar de um grande número de trabalhadores, conseqüentemente aumentará o número de desempregados e automaticamente o índice de criminalidade.

O governo municipal pleiteia junto ao governo estadual o aumento no número do efetivo de policiais militares, pois a cidade conta hoje com aproximadamente 28 policiais para atender segundo o Prefeito aproximadamente 80 mil habitantes, onde salienta que o IBGE informa que o município possui em dados oficiais a quantidade de 33 mil habitantes, mas que já realizaram um estudo onde foi constatado que Canaã possui cerca de 80 mil habitantes.

Hoje o Prefeito acredita que a maioria dos migrantes veio do estado do Maranhão, mas que possuem pessoas vindas de todos os estados da federação.

Para tentar minimizar esses os números de criminalidade, o Prefeito está com o projeto de criação da Secretaria Municipal de Segurança, pretendem criar a Guarda Municipal, pretendem implantar um monitoramento eletrônico na cidade, visando intimidar a ação de meliantes. O Prefeito informou que melhoraram as questões de iluminação pública, onde inicialmente oito bairros não possuíam energia, e hoje o problema foi sanado segundo a informação do Prefeito, melhorando também a acessibilidades em todos os bairros, visando facilitar o trabalho da polícia.

Outra ação realizada pelo município foi cobrir todas as quadras de todas as escolas, visando o uso do espaço nos fins de semana ou a noite pelos alunos e também pela população fora do período de aula, visando ocupar os jovens em projetos de cultura, esporte e lazer, buscando prepará-los para o futuro, pois a melhor forma de segurança é prevenir, para evitar que os jovens se transformem em delinquentes no futuro.

O Prefeito informou que existem no município programas de controle de natalidade, controle ao tabagismo, programa de controle ao alcoolismo, o município de Canaã hoje possui elevados números de gravidez na adolescência, por mais que se invista em programas de conscientização, onde são realizadas palestras nas escolas, palestras na sociedade, mas ainda não estão conseguindo reverter esses números.

Em relação às baixas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) o Prefeito informa o seguinte:

Nós estamos em uma situação tão precária de ausência do Estado no município, não somente no município, como no Sul do Pará o estado é ausente, as nossas escolas de Ensino Médio aqui são muito precárias, nesses três anos e meio nós já fizemos mais de 50 salas de aulas no município, o Estado tem 10 anos que começaram uma escola em um bairro e não terminaram até hoje, funciona lá precariamente, falta professores, falta tudo, o município tem dado uma contrapartida de ajuda, porque senão para. Se dependesse só do Estado a escola já tinha parado. Nós ajudamos no Quartel, Delegacia, DETRAN, ADEPARÁ, o Estado é muito ausente aqui no Sul do Pará. (entrevista concedida pelo Prefeito de Canaã dos Carajás, 2016).

Quando questionado sobre a mudança nas relações entre o município e o Estado com o início da S11D, a informação foi à seguinte:

Com certeza, existe até porque vai ter condições do próprio município se o Estado tiver, nós sabemos das dificuldades do Estado por ser um estado muito grande, muito complexo, então às vezes faltam condições do Estado está dando atenção merecida aos seus 144 municípios, então a partir da exportação do minério da S11D os nossos *royalties* com certeza irão crescer muito, então o próprio município poderá fazer uma contrapartida em convênio com o Estado para tentar dar uma melhorada nas nossas escolas de Ensino Médio. (entrevista concedida pelo Prefeito de Canaã dos Carajás, 2016).

Em relação às escolas municipais do ensino fundamental, na gestão do atual Prefeito começaram com mais de nove mil alunos e hoje atendem mais de quinze mil na rede municipal. Com essa mesma demanda crescente na educação, o município precisa administrar o crescimento da demanda nas demais áreas, mas com todas as complexidades, o Prefeito é otimista em relação à qualidade das escolas municipais, pois toda a rede possui salas climatizadas, todas com laboratório de informática, todas com quadras cobertas, tanto na cidade quanto nas áreas rurais, tendo a mesma qualidade, a intenção é que essa mesma qualidade seja estendida as escolas estaduais, pois na concepção do prefeito, o jovem que termina o Ensino Médio precisa estar preparado para vestibular para seguirem para frente.

Quando perguntado sobre as expectativas em relação ao startup do S11D no que se refere à Responsabilidade Social da empresa de mineração o Prefeito informou o seguinte:

A expectativa será em setembro de 2017 quando começará a exportar minério, o que espero e declaro isso publicamente é que a Vale tem sido uma grande parceira, tem nos ajudado muito a tirar o município daquele caos que estava o que eu espero e eu digo para eles é que dê continuidade a isso, eu sei que a parceria será menor, porque já teremos tirado o município das condições básicas das estruturas do município, mas essas parcerias com certeza irão continuar, a Vale ela tem a consciência social dela, então tem que continuar essa parceria, porque os problemas vão continuar, a gente ganhou muito com a vinda da Vale para cá, o município ganhou, mas também têm as partes negativas, as demandas que aumentam muito em virtude disso, então a gente espera que a Vale sendo parceira, que continue vendo a Responsabilidade Social, e que o município faça a sua parte, faça o seu dever de casa, porque desde que a Vale chegou aqui em 2012, ela sempre foi parceira, faltava o município fazer o seu dever, mas graças a Deus nesses três anos as coisas avançaram e o município está se desenvolvendo. (entrevista concedida pelo Prefeito de Canaã dos Carajás, 2016).

Para o Prefeito de Canaã a empresa de mineração sempre esteve acessível a realizar convênios e parcerias, que não foi possível por problemas nas gestões anteriores, que hoje as relações estão estruturadas, o que facilita as Parcerias Público-Privada (PPP).

Ao término da entrevista foi solicitada a planilha contendo as Parcerias e Contrapartidas entre o município e a empresa de mineração, ao qual foi informado que só

seria possível obter os dados referentes à gestão atual, pois os dados anteriores foram todos perdidos. Na Secretaria Municipal de Planejamento recebemos a seguinte relação:

Tabela 09 – Relação de Convênios e Contrapartida

RELAÇÃO DE CONVÊNIOS E CONTRAPARTIDA							
Nº	OBJETO	VALOR VALE	Contra partida Terrenos	Contra partida Bens e Equipamentos	Contra Partida Financeira	Total Contrapartida	TOTAL GERAL
1	Construção Feira do Produtor	3.999.642,11	1.153.955,15	0,00	3.910.153,87	5.064.109,02	9.063.751,13
2	Ampliação e Reforma da Escola Adelaide Molinare / Vila Planalto	1.000.000,00	188.229,30	259.721,56	402.449,21	850.400,07	1.850.400,07
3	Reforma da Escola Raimundo de Oliveira / Vila Bom Jesus	883.229,07	0,00	238.427,43	73.349,45	311.776,88	1.195.005,95
4	Construção de Escola Ensino Infantil com 12 Salas de Aula, Creche, Quadra Coberta, Posto de Saúde e Agência da ADEPARA (complexo Ouro Verde)	4.418.871,82	173.492,45	521.000,00	698.451,12	1.392.943,57	5.811.815,39
5	Reforma e Ampliação do Hospital Municipal	2.500.000,00	1.744.031,37	3.616.711,00	1.056.776,70	6.417.519,07	8.917.519,07
6	Construção de Escola com 14 Salas de Aula (Ouro Preto)	4.651.000,00	1.283.023,80	521.000,00	154.359,92	1.958.383,72	6.609.383,72
7	Construção do CECON, CIAC, CREAS e aquisição de Veículo	784.000,00	300.000,00	70.000,00	451.424,88	821.424,88	1.605.424,88
8	Construção do Conselho Tutelar	400.000,00	145.387,43	250.000,00	20.000,00	415.387,43	815.387,43
9	Construção Sede do IDURB	472.210,06	1.263.061,20	0,00	697.986,98	1.961.048,18	2.433.258,24
10	Reforma SINE	0,00	685.493,67	0,00	0,00	685.493,67	685.493,67
11	Revisão do Plano Diretor	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
12	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
13	Construção do Novo Fórum	0,00	716.263,78	0,00	334.733,81	1.050.997,59	1.050.997,59
14	SEGUP - Construção UIPP, Espaço/Praça Pró Paz, Corpo de Bombeiros, Reforma Quartel PM e Aumento de efetivo Policial	0,00	1.094.548,67	0,00	0,00	1.094.548,67	1.094.548,67
15	Adequação do Lixão para Aterro Controlado	0,00	0,00	0,00	2.000.020,00	2.000.020,00	2.000.020,00
16	Construção Praça da Juventude (Papai Noel)	2.000.000,00	1.174.100,75	0,00	439.672,70	1.613.773,45	3.613.773,45
17	Construção Escola Novo Brasil	1.175.693,67	775.611,00	0,00	862.392,60	1.638.003,60	2.813.697,27
18	Construção Escola Jardim America	1.175.693,67	346.947,18	0,00	869.706,75	1.216.653,93	2.392.347,60
19	Construção Escola Vale dos Sonhos III	1.175.693,67	1.362.200,80	0,00	895.166,13	2.257.366,93	3.433.060,60
20	Construção Praça da Cultura	1.500.000,00	1.872.087,78	0,00	0,00	1.872.087,78	3.372.087,78
21	Mudança No Sistema de Captação de Água	2.751.280,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.751.280,97
22	Construção da Escola (assentamento)	1.050.000,00	0,00	0,00	1.101.998,15	1.101.998,15	2.151.998,15
Total Geral		29.937.315,04	14.278.434,33	5.476.859,99	14.288.642,27	34.043.936,59	63.981.251,63

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN / Coordenação de Captação de Recursos e Prestação de Contas - COOCAR

O relatório supracitado informa todos os convênios e contrapartidas realizados entre o poder público municipal e a empresa de mineração Vale. Conforme relatório, quase R\$ 30 milhões repassados pela empresa Vale em um pouco mais de 3 anos em investimentos de infraestrutura, enquanto o município investiu um pouco mais de R\$14 milhões em contrapartida financeira. Os outros montantes referentes às contrapartidas em terrenos e em bens e equipamentos, não recebemos respostas de quem realizou o pagamento.

Recebemos informações referentes aos investimentos de ações de Responsabilidade Social, Parceria Público-Privada (PPP) e contrapartidas, investimentos estes que possuem características próprias e que não devem ser adensados às ações de Responsabilidade Social da empresa.

Comparando as ações realizadas pela empresa de mineração e o Poder Público no município destinado à sociedade local, com os requisitos informados nas diretrizes da norma ABNT NBR 26000, não encontramos elementos que adequassem e fossem aderentes aos projetos investidos pela empresa de mineração em ações em forma de Programas e Projetos, pois um dos pilares da ABNT NBR ISO 26000 é a posição de protagonista em ações que busquem minimizar os impactos negativos, onde não foi observado esse protagonismo. O que foi observado foram processos realizados pela empresa, onde se foi utilizado à parceria pública e/ou a contrapartida buscando investir em ações ao antever possíveis impactos negativos ocasionados a partir de uma decisão tomada, onde os seus resultados são sentidos na sociedade e/ou no meio ambiente, mas não havendo necessariamente uma obrigatoriedade de responsabilidade da empresa de mineração pelos possíveis danos causados.

Em nenhum momento tenta-se descaracterizar as ações realizadas no município, pelo contrário, são ações de extrema importância e que demonstram uma boa vontade em melhorar a qualidade de vida da população e as condições básicas do município. Reforçamos que a intenção da pesquisa é analisar as ações de Responsabilidade Social da empresa de mineração, buscando apresentar os elementos que a mesma poderá utilizar em sua tomada de decisão e em sua atividade de forma responsável de acordo com os critérios estabelecidos pelas normas nacionais e internacionais de Responsabilidade Social.

Em entrevista com o Secretário de Desenvolvimento do município de Canaã dos Carajás, o Secretário informa que as ações realizadas pelo Prefeito de Canaã dos Carajás visa trabalhar pelo coletivo, onde informa que tem sido muito gratificante e que as pesquisas têm demonstrado isso, onde informa que as parcerias são fundamentais para a realização desses

feitos, onde a Vale tem participado fundamentalmente no desenvolvimento do município, e que de certa forma tem ajudado a gestão pública.

Quando questionado sobre o seu entendimento sobre o que seria Responsabilidade Social da empresa de mineração, o Secretário de Desenvolvimento Econômico forneceu a seguinte resposta:

A essa ajuda que ela dá para o município que nós chamamos de parceria, mas que entre aspas isso é uma responsabilidade, porque todos que vieram para Canaã vieram em função de um sonho alimentado pela mineração, enfim, ela deu com a mão de certa forma que veio e trouxe o desenvolvimento, mas que também trouxe problemas. Quando ela ajuda fazendo escolas através dos convênios é uma responsabilidade também dela, porque vieram muitas famílias em função dela, nos hospitais, na geração de emprego e renda, é uma responsabilidade no meu ponto de vista, ambientalmente ela tem feito um trabalho muito interessante, como por exemplo, a manutenção do Parque Veredas, é um trabalho socioambiental, nós temos também o Comitê de Educação Ambiental, que envolvem todos os atores da sociedade, onde possuem participação na escolha dos projetos a serem executados, de certa forma ela tem feito o papel dela, é inegável que ela tem sido uma grande parceira do município em todo esse contexto. (entrevista concedida pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico de Canaã dos Carajás, 2016).

A empresa de mineração segundo o Secretário de Desenvolvimento Econômico possui papel fundamental no desenvolvimento do município, pois as parcerias firmadas é que possibilitam melhor investimento em ações importantes para a população de Canaã. Não exime a responsabilidade da empresa de mineração sobre a sua responsabilidade na criação desses problemas, mas que observa que a empresa tem desenvolvido de forma positiva as relações entre o setor Público e Privado.

Quando questionado sobre empresa de mineração estar inserida em projetos em que acaba assumindo o papel do Governo do Estado, o Secretário forneceu a seguinte resposta:

Exatamente por exemplo, na melhoria da energia ela teve um grande participação, na melhoria da segurança ela teve uma grande participação, tanto que foi parceira a construção do Fórum, foi parceira na construção do Complexo do Propaz, que são atribuições do Estado, e de certa forma ela tem feito de fato esse papel, e o melhor, encontrou um município com uma gestão pública aberta as parcerias, e graças a Deus tudo tem acontecido e de forma muito rápida (entrevista concedida pelo Secretário de Desenvolvimento de Canaã dos Carajás, 2016).

Quando questionado sobre as ações que estão sendo tomadas antevendo o *startup* da S11D no que se refere à infraestrutura criada, se ela vai suprir as necessidades da demanda, o Secretário de Desenvolvimento Econômico forneceu a seguinte resposta:

Nós vamos ter um grande número de desempregados, e o que o município tem feito, nós temos fomentado as pequenas vocações agrícolas, através da agricultura, e através de nossa Secretaria, nós temos feito capacitações, pois temos parcerias com o SEBRAE, temos agentes de desenvolvimento, agora está sendo criado o Fundo, e com esse Fundo, esperamos que ele venha suprir as necessidades de vagas de emprego na cidade, embora saibamos que muitos não ficarão aqui, não adianta querer pintar tudo lindo e maravilhoso que ao terminar essa implantação, vamos crer que muita gente vai ficar, muitos por questões de logística, porque deixaram a família em outros estados, enfim, mas essas pessoas que decidirem ficar, temos criado um plano de desmobilização junto com a Vale, para minimizar esses impactos que vamos ter, então esse Fundo vai ajudar muito. Temos também a Feira do Produtor, que é extraordinário (entrevista concedida pelo Secretário de Desenvolvimento de Canaã dos Carajás, 2016).

Quando questionado sobre o que a empresa de mineração ainda poderia melhorar no que se refere às ações no município o Secretário de Desenvolvimento forneceu seguinte resposta:

Eu não vou falar pelo meu setor, por exemplo, nosso Distrito Industrial já deveria ter saído do papel, no período de implantação que era muito mais importante, na época ela até teve boa vontade em ajudar, mas aí não foi possível dar continuidade em função da legalização das terras, então no meu setor hoje tudo que eu almejo é que ela me ajude nesse sentido então, para que a gente possa atrair essas indústrias para cá. O resto vai independente da Vale, pois os atrativos quem tem que criar é o município, tipo incentivo fiscal, que ainda estamos trabalhando nessa linha, o próprio Fundo vai financiar, nós esperamos que os 7% dos *royalties* com a operação da S11D a gente acredita que nós iremos ter um volume bom de dinheiro, e em pouco tempo para estar subsidiando essas empresas, além disso precisamos criar esse incentivo fiscal que a gente possa de fato atrair (entrevista concedida pelo Secretário de Desenvolvimento de Canaã dos Carajás)

Quando questionado sobre o município estar levando em consideração a diminuição nos preços dos minérios e a diminuição do volume de exportação, o Secretário forneceu à seguinte resposta:

Sim, inclusive no próximo ano não vai ser um ano fácil, esse ano agora a questão do ISS ajudou, com a saída dessas empresas vai entrar só a operação, então a gente está trabalhando internamente, é cortando despesas, enfim, para que a gente possa de repente suprir essas necessidades. A situação não é muito confortável o município de certa forma cresceu muito, as demandas aumentaram, hoje nós temos uma grande demanda da saúde, na educação, embora já tenham crescido bastante, se não tiver um bom manejo, agora entre todas as ações fizemos um planejamento estratégico para Canaã 2035, aí o município têm se preparado (entrevista concedida pelo Secretário de Desenvolvimento de Canaã dos Carajás).

Quando questionado sobre ausência do Governo do Estado no município de Canaã dos Carajás o Secretário de Desenvolvimento Econômico forneceu a seguinte resposta:

Acho que é mais uma situação de conforto, eu acho que o Governo de Estado não vê Canaã dos Carajás como um município que precisa de apoio, visto que tem esse grande projeto, mas não olha para os grandes problemas que nós temos, eu não sei se é porque ele deixou para priorizar outros municípios, que por exemplo, outros municípios ganharam muito asfalto, nós não ganhamos, ganhamos um pouquinho só, uns 7 km, e no entanto só a prefeitura com recursos próprios, sem nada de Vale, vai fechar 134 km de asfalto, já ultrapassou 100 km, com água, esgoto, meio fio,

isso com recursos próprios. Mas nós temos uma boa relação com eles, nós temos convênios de cooperação técnica com a Secretaria de Estado a SEDEME, tanto que para a feira veio 100 Secretários do Estado, veio o Vice Governador, ou seja, a relação é boa, mas as ações é que precisam melhorar, precisam avançar (entrevista concedida pelo Secretário de Desenvolvimento de Canaã dos Carajás).

Tais problemas incluem a segurança pública, onde Canaã dos Carajás segundo o Secretário de Desenvolvimento informa que possuem altos índices de assaltos. Em relação aos altos índices de estupro, o Secretário acredita que sempre teve, como existe em todo lugar, onde o problema é que foi criado o Conselho da Criança e do Adolescente, o que ajudou a ser denunciado esses casos de estupro, pois antigamente acontecia, mas as pessoas não denunciavam, hoje as pessoas já possuem consciência que é crime e que precisam denunciar, levando-se em consideração que Canaã não é mais o município com 12000 habitantes, a implantação dos Grandes Projetos atraem a migração desde o ano 2000, começando com o Projeto Sossego.

Em relação à baixa qualidade do Ensino Médio, observada a partir dos baixos índices das notas do ENEM o Secretário de Desenvolvimento Econômico informou o seguinte:

Olha que já melhorou muito, eu tenho acompanhado desde que eu cheguei, a evolução é extraordinária, mas ainda hoje nós temos turno intermediário infelizmente, quanto mais se cria, mais demanda chega, então não dá para acompanhar, embora essa gestão tenha colocado como prioridade, saúde, educação e infraestrutura, então esses três eixos foram trabalhados agora, e foi onde mais avançou, mas ainda assim não foi o suficiente, você vai andar aí e vai ver belas escolas, valorização dos professores, hoje tem todo aparato, mas ainda é insuficiente (entrevista concedida pelo Secretário de Desenvolvimento de Canaã dos Carajás).

Ainda segundo o Secretário de Desenvolvimento Econômico, os fatores em que acredita que sejam indícios de melhorias na educação estão relacionados às condições físicas e na melhoria da merenda escolar em todas as escolas, incluindo as existentes nas vilas.

3.4.1 Educação em Canaã dos Carajás

O Secretário de Desenvolvimento Econômico agendou uma entrevista com a Secretária Municipal de Educação em visita técnica realizada em julho de 2016. No horário marcado, fomos surpreendidos com a notícia que a Secretária não estava presente, e não havia designado uma pessoa a representá-la. O máximo que conseguimos na Secretaria foi à relação atualizada de escolas municipais juntamente com o resumo das matrículas no ano letivo de 2016, conforme tabela abaixo:

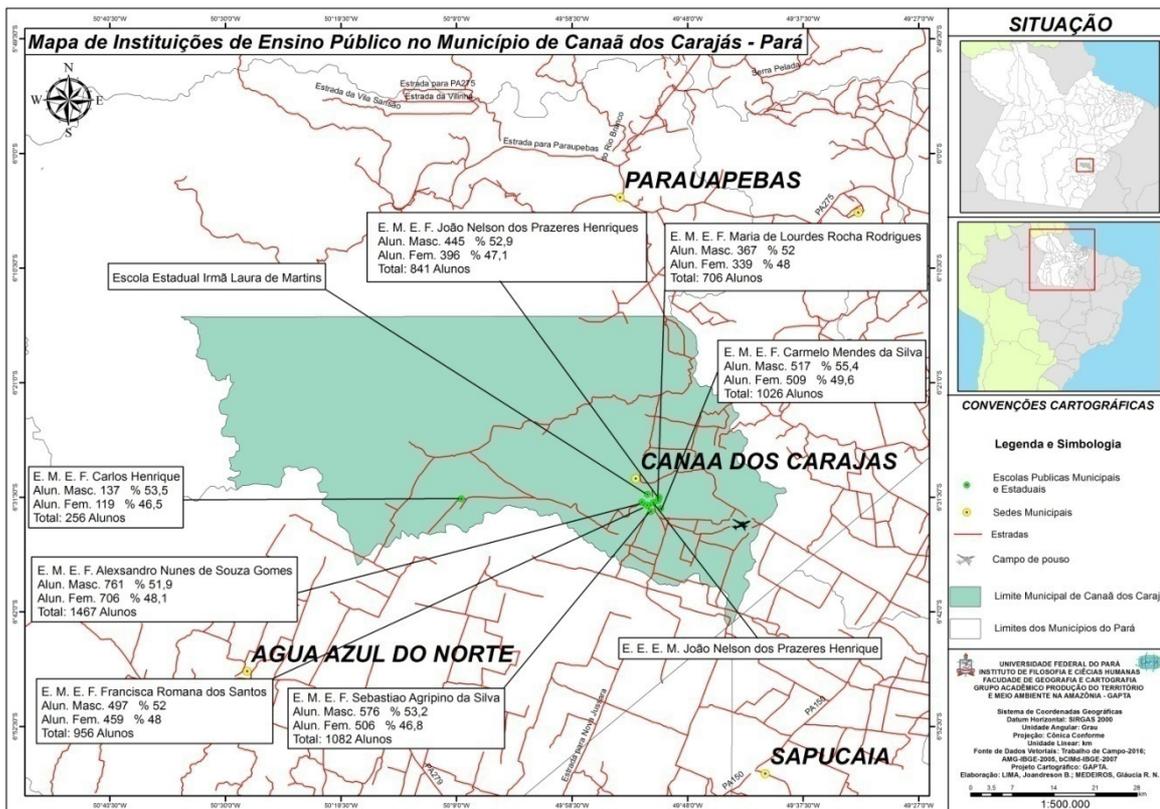
Tabela 10 – Relação de Escolas Municipais e matrículas em Canaã dos Carajás

ESCOLA	MASCULINO		FEMININO		TOTAL
	QTD	%	QT D	%	
BENEDITA TORRES	975	52,6	877	47,4	1.852
ALEXSANDRO NUNES DE SOUZA GOMES	761	51,9	706	48,1	1.467
TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	739	53,9	631	46,1	1.370
SEBASTIÃO AGRIPINO DA SILVA	576	53,2	506	46,8	1.082
CARMELO MENDES DA SILVA	517	50,4	509	49,6	1.026
FRANCISCA ROMANA DOS SANTOS	497	52,0	459	48,0	956
JOÃO NELSON DOS PRAZERES HENRIQUES	445	52,9	396	47,1	841
ADELAIDE MOLINARI	390	53,1	344	46,9	734
MARIA DE LOURDES ROCHA RODRIGUES	367	52,0	339	48,0	706
BENEDITO FAUSTINO MALACHIAS	288	51,0	277	49,0	565
CMEJA JOSÉ DE DEUS ANDRADE	206	54,5	172	45,5	378
RAIMUNDO DE OLIVEIRA	186	53,0	165	47,0	351
ALEGRIA DO SABER	119	43,0	158	57,0	277
CARLOS HENRIQUES	137	53,5	119	46,5	256
CENTRO VIVER E CONVIVER	191	76,7	58	23,3	249
TEOTÔNIO VILELA ANEXO MAGALHÃES BARATA	125	52,7	112	47,3	237
JUSCELINO KUBTSCHEK ANEXO ADELAIDE MOLINARI	105	55,6	84	44,4	189
MAGALHÃES BARATA	96	58,9	67	41,1	163
UMUARAMA ANEXO ADELAIDE MOLINARI	26	53,1	23	46,9	49
TOTAL DE ESCOLAS:					19
TOTAL DE MATRÍCULAS MASCULINO:					6.746
TOTAL DE MATRÍCULAS FEMININO					6.002
TOTAL DE MATRÍCULAS					12.748

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canaã dos Carajás

Para visitar os lugares onde ocorreram as principais parcerias voltadas a comunidade, em especial, saúde e educação entre o Poder Público e a empresa de mineração, o Secretário de Desenvolvimento disponibilizou uma pessoa para apresentar a cidade e acompanhar na maioria dos lugares. Não foi possível visitar todos os lugares, devido o prazo curto disponível na visita técnica. Dentre as escolas municipais supracitadas, visitamos as escolas estaduais conforme o mapa abaixo:

Mapa 3 – Instituições de Ensino Público de Canaã dos Carajás.



Fonte: Dados vetoriais: AMG-IBGE-2005, bCIMd-IBGE-2007 (Projeto Cartográfico: GAPTA).
Elaborado por LIMA, Joanderson B; MEDEIROS, Gláucia R. N.

Em visita técnica fomos a nove escolas municipais e em duas escolas estaduais conforme fotos abaixo:

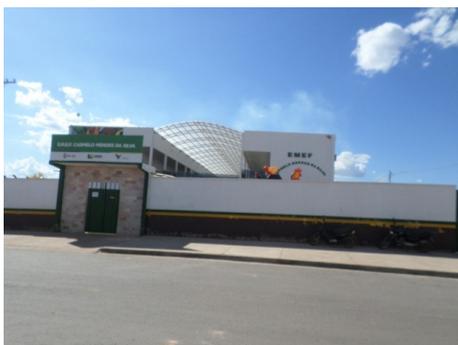




C: MARIA DE LOURDES ROCHA RODRIGUES



D: CENTRO VIVER E CONVIVER



E: CARMELO MENDES DA SILVA



F: SEBASTIÃO AGRIPINO DA SILVA



G: FRANCISCA ROMANA DOS SANTOS



H: ALEXSANDRO NUNES DE SOUSA GOMES



I: CMEJA JOSÉ DE DEUS ANDRADE



J: CARLOS HENRIQUE (VILA OURO VERDE)



L: ESCOLA ESTADUAL JOÃO NELSON DOS PRAZERES HENRIQUE

M: ESCOLA ESTADUAL IRMÃ LAURA DE MARTINS CARVALHO

Figura 11 - Estabelecimentos de Ensino Municipais e Estaduais

Fonte: Elaborado pela autora.

Vale ressaltar que a intenção neste momento foi observar a parte estrutural das escolas municipais e estaduais, não sendo observada a qualidade escolar, bem como o interior das instalações de cada escola, devido ao curto prazo para a realização da pesquisa, e o período de férias escolares, pois a visita foi realizada em julho de 2016.

Conforme imagem das escolas visitadas foi possível observar uma padronização em sua estrutura externa bem como observar a existência de centrais de ar condicionado nas unidades em que era possível olhar em seu interior, foi possível observar a existência de quadras poliesportivas em seus interiores, bem como, espaços amplos. O mesmo padrão de qualidade foi observado na escola Carlos Henrique que funciona na zona rural denominada Vila Ouro Verde.

3.4.2 Saúde em Canaã dos Carajás

Em relação à saúde no município de Canaã dos Carajás, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) o município possui 74 estabelecimentos municipais cadastrados, sendo que desse número, 27 são voltadas a saúde bucal, 2 hospitais (de acordo com visita técnica, o Hospital 05 de outubro deixou de fazer parte da rede municipal de saúde e passou a atender funcionários da empresa Vale, mas na relação do CNES, a gestão continua sendo municipal). O município conta também segundo o CNES com laboratórios, Centro de Assistência Psicossocial, Clínicas de Análises, Ortopedia, Fisioterapia, Clínicas Oftalmológicas, Serviços de Imagem, Policlínica, Postos de Saúde, SAMU e Unidades de Saúde da Família. De acordo com o CNES o Hospital 05 de Outubro continua sob Gestão Municipal, onde possui apenas 01 médico do SUS e 112 profissionais não SUS.

De acordo com as informações os atendimentos prestados no Hospital 05 de Outubro os atendimentos não são oferecidos à população, sendo somente atendimentos particulares ou através de planos de saúde privados conforme as Tabela 11 e 12, abaixo:

Tabela 11 – Atendimento Prestado no Hospital 05 de Outubro

ATENDIMENTO PRESTADO	
Tipo De Atendimento:	Convênio:
Ambulatorial	Particular
Ambulatorial	Plano de Saúde Privado
Internação	Particular
Internação	Plano de Saúde Privado
SADT	Plano de Saúde Privado
SADT	Particular
Urgência	Plano de Saúde Privado
Urgência	Particular

Fonte: CNES, 2016.

Em relação aos serviços especializados consta a seguinte informação:

Tabela 12 – Serviços realizados no Hospital 05 de Outubro

SERVIÇO	AMBULATORIAL	HOSPITALAR
Serviço de Atenção à Saúde Auditiva	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Atenção à Saúde Reprodutiva	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Atenção ao Pré-Natal, Parto e Nascimento	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Atenção Cardiovascular/Cardiologia	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Atendimento Móvel de Urgências	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Diagnostico por Anatomia Patológica e/ou Citopato	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Diagnostico por Imagem	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Diagnostico por Laboratório Clínico	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Diagnostico por Métodos Gráficos Dinâmicos	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Farmácia	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Hemoterapia	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Oftalmologia	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Suporte Nutricional	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Traumatologia e Ortopedia	NÃO SUS	NÃO SUS
Serviço de Urgência e Emergência	NÃO SUS	NÃO SUS

Fonte: CNES, 2016.

Conforme observado, embora o hospital conste no sistema do CNES como sendo de gestão municipal, todos os atendimentos e serviços oferecidos pelo Sistema Municipal de Saúde.

Em relação ao Hospital Municipal Daniel Gonçalves, conforme consta no CNES a gestão é municipal, e conta com 32 médicos do SUS e 108 outros profissionais SUS. Possui os seguintes atendimentos, conforme as Tabelas 13 e 14:

Tabela 13 – Atendimento Prestado no Hospital Daniel Gonçalves

ATENDIMENTO PRESTADO	
Tipo De Atendimento:	Convênio:
Ambulatorial	SUS
Internação	SUS
SADT	SUS
Urgência	SUS
Vigilância em Saúde	SUS

Fonte: CNES, 2016.

Em relação aos serviços especializados consta a seguinte informação:

Tabela 14 – Serviços realizados no Hospital Daniel Gonçalves

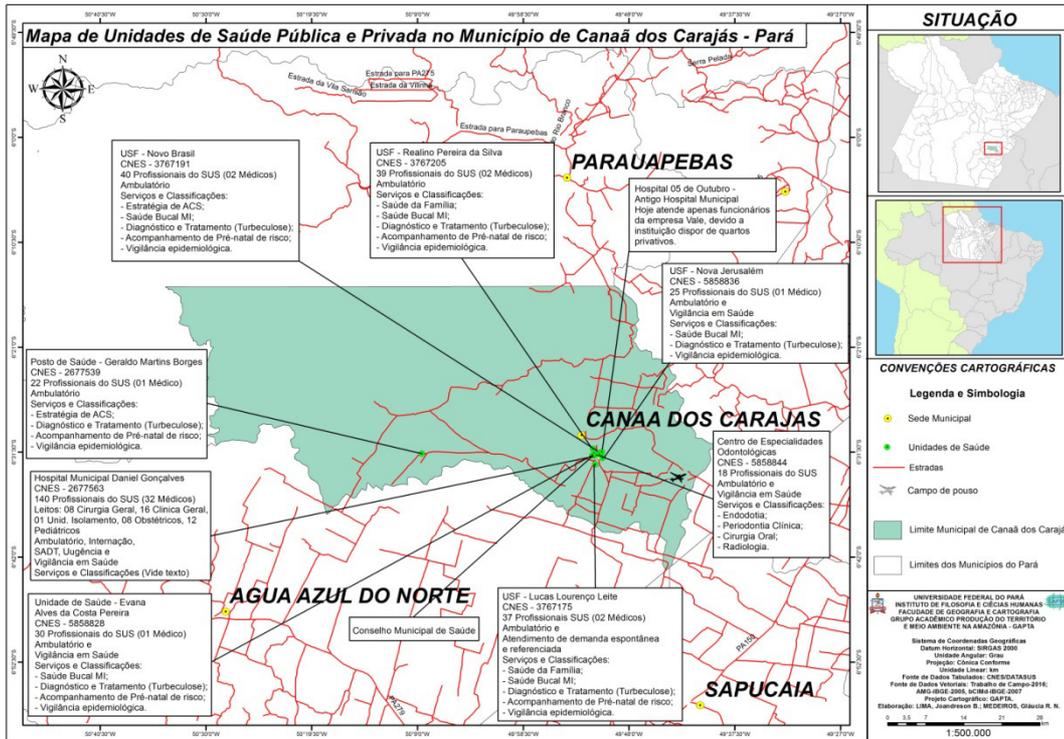
SERVIÇO	AMBULATORIAL	HOSPITALAR
Serviço de Atenção a Saúde Reprodutiva	SUS	SUS
Serviço de Atenção ao Pré-Natal, Parto e Nascimento	SUS	SUS
Serviço de Atenção Psicossocial	SUS	SUS
Serviço de Cirurgia Reparadora	SUS	SUS
Serviço de Diagnostico por Anatomia Patológica e/ou Citopato	SUS	SUS
Serviço de Diagnostico por Imagem	SUS	SUS
Serviço de Diagnostico por Laboratório Clínico	SUS	SUS
Serviço de Oftalmologia	SUS	SUS
Serviço de Urgência e Emergência	SUS	SUS
Serviço de Vigilância em Saúde	SUS	SUS
Serviço Posto de Coleta de Materiais Biológicos	SUS	SUS

Fonte: CNES, 2016

Dentre os serviços oferecidos consta no CNES a laqueadura, vasectomia, partos, cirurgias oftalmológicas, Pronto Socorro, Pronto Atendimento e a estabilização de pacientes em estado crítico e grave.

Abaixo mapa contendo as Unidades de Saúde Municipais e privada visitadas em Canaã dos Carajás:

Mapa 4 - Unidades de Saúde Municipais e Privada em Canaã dos Carajás.



Fonte: Dados vetoriais: AMG-IBGE-2005, bCIMd-IBGE-2007 (Projeto Cartográfico: GAPTA). Elaborado por LIMA, Joanderson B; MEDEIROS, Gláucia R. N.

Conforme o mapa acima, podemos observar que parte dos estabelecimentos visitados ficam concentrados em uma mesma localidade, diferenciando apenas o Posto de Saúde Geraldo Martins Borges que fica localizado na Vila Ouro Verde ao lado da Escola Carlos Henrique.

Abaixo se encontra as fotos dos estabelecimentos visitados:





Figura 12 – Unidades de Saúde em Canaã dos Carajás

Fonte: Elaborado pela autora.

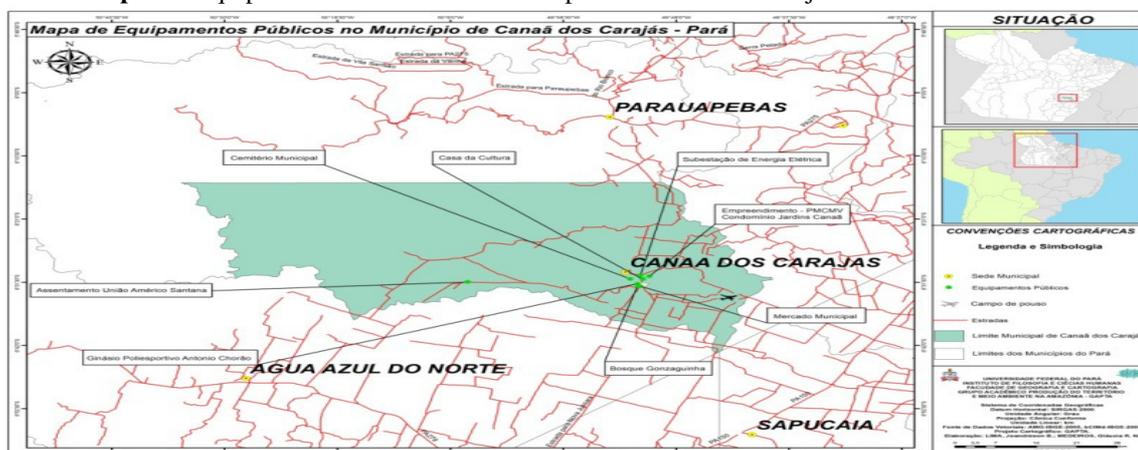
Em todos os estabelecimentos de saúde visitados contaram com algum tipo de apoio da empresa de mineração. Segundo relatório de convênios e contrapartida da Secretaria Municipal de Planejamento, a Vila Ouro Verde contou com os recursos da Empresa Vale o valor de R\$4.418.871,82 para a construção da Escola, Creche, Quadra coberta, Posto de Saúde e Agência da ADEPARÁ. O Valor total ficou em R\$5.811.815,39, mas não sabemos precisar se a empresa de mineração contribuiu com mais algum recurso além do informado.

Em relação ao Hospital Municipal Daniel Gonçalves os valores investidos pela empresa de mineração em convênios e contrapartida de acordo com a Relação da Secretaria Municipal de Planejamento foi de R\$2.500.000,00 sendo que a obra total foi de R\$8.917.519,07. Conforme o caso anterior, não sabemos precisar se a empresa de mineração realizou investimentos posteriores em contrapartida de terreno no valor de R\$1.744.031,37, contrapartida de Bens e Equipamentos no valor de R\$3.616.711,00, e Contrapartida financeira no valor de R\$1.056.776,70 valores contidos no relatório.

3.4.3 Equipamentos Públicos em Canaã dos Carajás

Conforme visita técnica, observamos diversos equipamentos públicos municipais construídos em Canaã dos Carajás com o apoio da empresa de mineração. Dentre os equipamentos públicos contidos no município visitamos a Subestação de Energia elétrica recém instalada, o Condomínio Jardins Canaã vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida, o Mercado Municipal (Feira do Produtor), o Bosque Gonzaguinha, O Ginásio Poliesportivo Antonio Chorão, o Assentamento União Américo Santana, o Cemitério Municipal e a Casa de Cultura. Não constam no mapa, mas visitamos também o Aterro Sanitário de Canaã dos Carajás, o CRAS, a construção da Praça da Juventude (pista de Skate), a Secretaria de Agricultura (comportará um imenso criadouro de galinhas caipiras), o Quartel da PM, o SAAE, o SETTRAN, a SEMOB, o Corpo de Bombeiros, a Delegacia, o SINE, o Conselho Tutelar, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria de Educação e a FUNCEL. A grande maioria contando com o apoio da empresa de mineração em alguma etapa do projeto. Abaixo consta o mapa dos Equipamentos Públicos de Canaã dos Carajás visitados:

Mapa 5 – Equipamentos Públicos no Município de Canaã dos Carajás.



Fonte: Dados vetoriais: AMG-IBGE-2005, bCIMd-IBGE-2007 (Projeto Cartográfico: GAPTA).
Elaborado por LIMA, Joanderson B; MEDEIROS, Gláucia R. N.

A pessoa escolhida pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico de Canaã dos Carajás foi de grande valia para a apresentação das obras em andamento ou concluídas no município de Canaã dos Carajás. Abaixo se encontram imagens dos equipamentos públicos onde a participação da empresa de mineração se fez presente em um determinado momento dos projetos:



A: CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA JUVENTUDE



B: CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA JUVENTUDE



C: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



D: VIVEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



E: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE



F: QUARTEL DA PM



G: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB



H: USINA DE ASFALTO DA SEMOB



Figura 13 – Equipamentos Públicos em Canaã dos Carajás

Fonte: Elaborado pela autora.

Em visita técnica realizada ao Aterro Sanitário de Canaã dos Carajás fomos recebidos pelo Engenheiro Sanitarista Ambiental e Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável pelo Aterro, onde apresentou os funcionários que trabalham no local, informando também que o quadro era maior, mas devido à baixa na arrecadação do município, tiveram que dispensar o encarregado.

Ao questionar o Engenheiro Sanitarista Ambiental, sobre qual foi o maior dificuldade que encontrou para conseguir elaborar um da magnitude do Aterro Sanitário? O Engenheiro Sanitarista Ambiental forneceu a seguinte resposta:

Quando chegamos aqui era um lixão a céu aberto, muitos urubus, catadores, mamonas, cobra, o que é natural em todo lixão, e aí começamos a trabalhar, e logo formamos a Cooperativa dos Catadores, como uma maneira de retirarmos daqui, porque corriam risco de acidentes, os caminhões faziam a descarga, e eles já lá atrás o trator subia e eles voltavam, e haviam acidentes, então foi a cooperativa e o disciplinamento de descarga, muitas pessoas trazem lixo aqui, mas aí um jogava para cá outro para lá, e aí houve um alinhamento, onde o descarte da construção civil é de um lado, o lixo doméstico do outro, entulho em outro, e este disciplinamento deu trabalho, muitos falavam que aquilo ali era um lixão, eu joga onde eu quero, e com isso o Prefeito e o Secretário de Obras deram todo apoio e com isso facilitou (entrevista concedida pelo Engenheiro Sanitarista responsável pelo Aterro Sanitário de Canaã dos Carajás, 2016).

Para o Engenheiro a maior dificuldade foi à população entender que a mudança era necessária para o Projeto do Aterro Sanitário dar certo, a resistência das pessoas em mudanças positivas foram desafiadoras para o Engenheiro Sanitarista Ambiental. O Aterro hoje se transformou em um espaço ambiental, aonde os alunos vêm, as escolas técnicas fazem visitas, depois as pessoas sentam no espaço reservado para tirar dúvidas, realizar comentários fazer explicações, etc. O Aterro Sanitário recebe resíduos sólidos apenas do município de Canaã dos Carajás e das vilas, recebendo diariamente uma média de 100 toneladas, onde a seletividade dos resíduos sólidos de acordo com a orientação do Engenheiro Sanitário ocorre na fonte geradora pela Cooperativa, aonde eles vão até ao comerciante e combinam no local a seleção dos resíduos, chegando ao Aterro praticamente selecionado.

O descarte de resíduos sólidos realizados por pessoas pode ser realizado em áreas demarcadas com bandeiras azuis, onde a pessoa não correrá o risco de desaguar em um local errado, sendo denominado transbordo. Após os resíduos sólidos compactados chegarem à altura esperada formando um platô, e depois é coberto por grama. O lixo hospitalar não é depositado no Aterro Sanitário, segue para o município de Rio Maria a 120 km de Canaã dos Carajás onde o resíduo sólido é incinerado. A informação recebida é que o Estado do Pará não possui um aterro sanitário controlado como o de Canaã dos Carajás, onde se torna referência em descarte de resíduos sólidos. Vale ressaltar a inexistência de urubus e mau odor, não foi observado também à existência de moscas.

A Prefeitura Municipal de Canaã possui outra área de Aterro Sanitário com distância de 8 km do atual, antevendo o esgotamento do Aterro atual, o mesmo será reflorestado, e provavelmente se transformará em uma praça. Para evitar acidentes com os gases emitidos

pelos resíduos, realiza-se a drenagem dos gases através de drenos verticais, onde no subsolo possui drenos horizontais, interligados em todos eles, com distância de quatro em quatro metros, processo que serve para queimar o gás, o que impede do Aterro ter alguma explosão de gás, porque eles já são drenados. Em relação ao descarte de lixo eletrônico tais como: computadores, televisores, impressoras, e outros, a Prefeitura aguarda a regularização do terreno do novo aterro, pois o mesmo está em nome do INCRA, onde estão ocorrendo dificuldades para passar para o nome da Prefeitura de Canaã dos Carajás, então não estão criando expectativas em relação ao novo centro de reciclagem de lixo eletrônico até definirem essas pendências.

Quando questionado sobre a parceria da empresa de mineração no projeto de implantação do Aterro Sanitário Controlado o Engenheiro Sanitarista informou que foi *praticamente nenhuma, no início teve uma espécie de consultoria, mas foi bem pouquinho, a ação do Aterro Sanitário é 100%*. Em relação à participação da empresa de mineração, na relação de Convênios e Contrapartida existe o objeto em que informa que a Vale participou na Adequação do lixão para Aterro Controlado, onde consta um crédito de R\$2.000.020,00 para a realização do projeto.

Em visita técnica realizada às instalações da futura Feira do Produtor, observou-se uma obra grandiosa, composta por materiais de qualidade, com bom acabamento, espaçoso, ventilado, onde também será sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Canaã dos Carajás. A Feira do Produtor além de receber agricultores da região, possuirá um restaurante popular, onde contará com nutricionistas, e os alimentos serão cedidos pelos próprios feirantes. O espaço está dividido para receber produtos locais, e o espaço não será comercializado, os interessados deverão se cadastrar, e quando não possuírem mais interesse em permanecer na feira, não poderão sublocar o espaço, sendo cedido automaticamente para outro interessado matriculado.

3.5 Ações encontradas no município de Parauapebas

Em visita técnica realizada em 2015, foi possível conversar com o Secretário de Desenvolvimento de Parauapebas, onde recebemos diversas informações referentes às dificuldades municipais em se investir em ações voltadas ao município. Para o Secretário o que acontece com o estado do Pará é um desequilíbrio de fluxo de receita, onde o município junto a outros da região, não recebem o retorno necessário para investir no desenvolvimento municipal.

Para o Secretário, uma opção para o desenvolvimento de Parauapebas seria o investimento em tecnologia, pois para o Secretário o país precisa ampliar seus horizontes e saber utilizar da melhor forma seus recursos. Utilizou o exemplo da China para ilustrar o seu raciocínio:

Eu sou um apaixonado quando se fala em centro tecnológico que ele é sustentável por si só, ele gera uma riqueza que não está só fisicamente gerando, ele vai gerar uma riqueza para o futuro e vai ficar aí. Outras gerações vão vir e vão ficar, vão gerar nova retroalimentação nesse conhecimento, buscando novas fontes de utilização e de conceitos que a gente nunca imaginava hoje, por exemplo, vou citar dois muito simples na área de tratamento do minério, há 30 anos atrás era impossível explorar uma reserva com teores abaixo de 50 e 60% de F_2O_3 que é o óxido de ferro, ele chegava a 45% em alguns estabílicos ricos lá na região sul de Minas Gerais, lá no quadrado ferrífero. Hoje tem alguns estudos que a China explora minério a 29%, porque esse minério pobre eles vão continuar explorando porque eles têm que gerar emprego e renda para matar a fome de bilhões e bilhões de chineses, mas para dar um ar de qualidade para produzirem automóvel, eles precisam do minério de Carajás. Então você associou aí a dependência que eles têm? Aí já são dois pontos de investigação e de análise: um - para melhorar o aspecto ambiental; o outro é a dependência tecnológica de uma melhor liga para eles gerarem produtos de melhor competitividade no mercado eletrônico na linha branca e no mercado automobilístico. Porque a China nos últimos 40 anos saiu do arado para o trator e da bicicleta para o automóvel, então é esse o conceito que a gente tem que começar a trabalhar o tema para a discussão e ver que o impacto, eles têm uma auto-dependência do nosso minério, porque o que está garantindo essa evolução tecnológica essa melhor qualidade de vida do chinês e um melhor aspecto ambiental, um melhor aspecto de mercado, porque hoje eles vendem para o mundo inteiro, eles são a maior fábrica do mundo (entrevista concedida pelo Secretário de Desenvolvimento de Parauapebas, 2015).

Para o Secretário de Desenvolvimento o país deveria investir em tecnologia como forma de desenvolvimento sustentável, onde seu legado seria repassado entre as gerações.

3.5.1 Saúde em Parauapebas

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), o município de Parauapebas conta com 192 estabelecimentos de saúde municipais, divididos entre Ambulatórios, Centros de Saúde, Clínicas, Consultórios, Hospitais, Laboratórios, Postos de Saúde, Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde e UPA.

Conforme o CNES, o Hospital Municipal Dr Teófilo Soares de Almeida Filho do bairro Cidade Nova, conta com 94 médicos e outros 307 profissionais do SUS, possuindo ainda 2 não SUS. O hospital possui atendimento Ambulatorial, Internação, Regulação, SADT e Urgência, todos realizados pelo SUS. Em seus serviços especializados não possui serviço hospitalar em traumatologia e ortopedia.

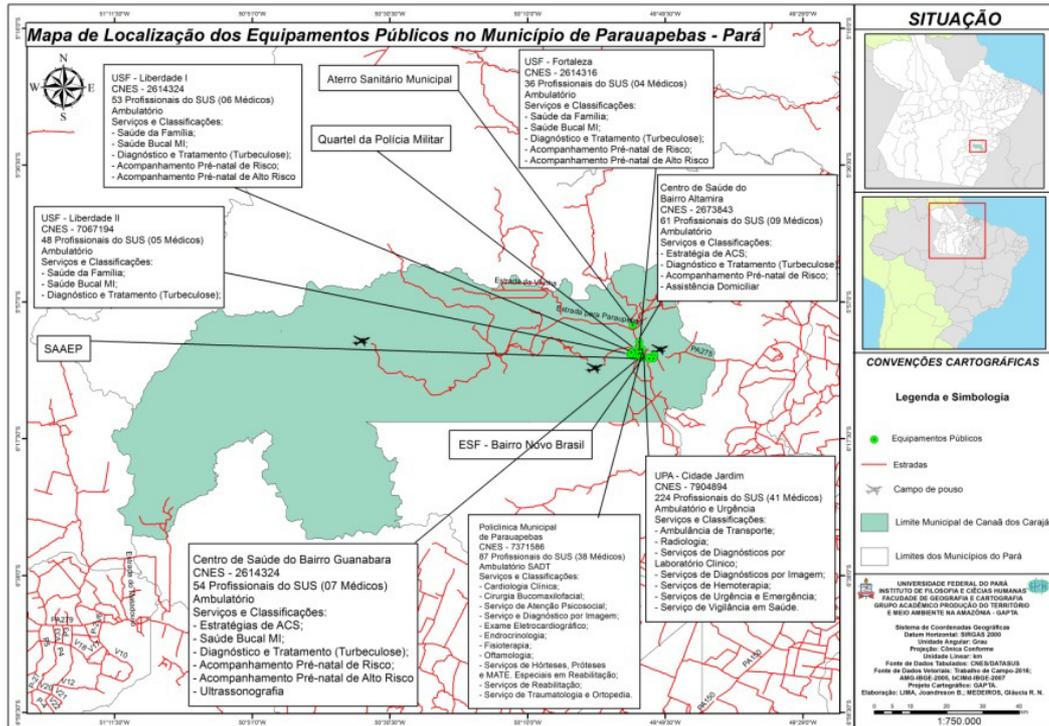
No Hospital das Clínicas de Parauapebas, embora conste a informação no CNES que a gestão é municipal, todos os seus serviços são particulares ou por planos de saúde. Conta com 2 outros profissionais do SUS e 97 não SUS. Está localizado no bairro União. Do SUS possui os seguintes equipamentos: Desfibrilador, Monitor de ECG e Respirador/Ventilador.

Segundo CNES, o Hospital Santa Terezinha localizado no bairro Rio Verde possui 1 médico do SUS e 28 outros profissionais não SUS. Atende ambulatorial particular, pelo SUS e Planos de Saúde e as internações apenas particulares ou pelo Plano de Saúde. No CNES, o Hospital Yutaka Takeda localizado na Serra dos Carajás possui 2 médicos e 1 outro profissional do SUS, possuindo também 166 profissionais não SUS. Atende apenas convênio Particular e possuindo em suas instalações 2 equipamentos de Fototerapia do SUS. Segundo o CNES, na Policlínica Municipal de Parauapebas localizada no Bairro Jardim Canadá possui 38 médicos e 49 outros profissionais da rede SUS. O atendimento prestado é somente ambulatorial e SADT.

Segundo o CNES, no UPA localizado no bairro Jardim Etap possui 41 médicos e 186 outros profissionais do SUS. Possui serviços especializados em: Atendimento Móvel de Urgência, Serviço de Diagnóstico por Imagem, Serviços de Diagnóstico por Laboratório Clínico, Serviço de Diagnóstico por Métodos Gráficos, Serviço de Hemoterapia, Serviço de Urgência e Emergência e Serviço de Vigilância em Saúde, todos pelo SUS. Possui apenas serviço ambulatorial, não possui serviços hospitalares. Não foi observado nenhum tipo de Convênio, Parceria, Contrapartida ou ações de Responsabilidade Social por parte da empresa de mineração. Em relação à Educação, não obtivemos dados nem em visita técnica e nem online referentes às ações realizadas pela empresa de mineração no município de Parauapebas.

Em visita técnica realizada em 2016, contou-se com o apoio do Comandante da Polícia Militar que disponibilizou uma equipe do Grupamento Tático para a realização da visita aos bairros de Parauapebas, bem como o Aterro Sanitário Municipal, Postos de Saúde e em algumas escolas conforme mapa abaixo:

Mapa 6 – Mapa de Localização dos Equipamentos Públicos em Parauapebas.



Fonte: Dados vetoriais: AMG-IBGE-2005, bCIMd-IBGE-2007 (Projeto Cartográfico: GAPTA). Elaborado por LIMA, Joanderson B; MEDEIROS, Gláucia R. N.

Começamos a nossa visita técnica ao Aterro Sanitário Municipal, onde o local era de difícil acesso, cheiro fétido, distante do centro da cidade, onde para chegar foi preciso passar por pontes de madeira, estrada de terra batida, muita pobreza, local precário conforme imagens abaixo:



A: ESTRADA DE ACESSO AO ATERRO SANITÁRIO DE PARAUAPEBAS



B: PLACA DA PREFEITURA DE PARAUAPEBAS



Figura 14 – Equipamentos Públicos em Parauapebas

Fonte: Elaborado pela autora.

O entorno do Aterro Sanitário não possui infraestrutura municipal, nem aparelhos públicos voltados à população. De acordo com os policiais que estavam acompanhando, não existem linhas de ônibus, o que obriga a população andar mais de 8 km para chegar à estrada para pegar um transporte público.

A periferia de Parauapebas não possui um oferecimento de serviços públicos de qualidade, tais como postos de saúde, escolas, serviços de água e esgoto, conforme imagens abaixo:

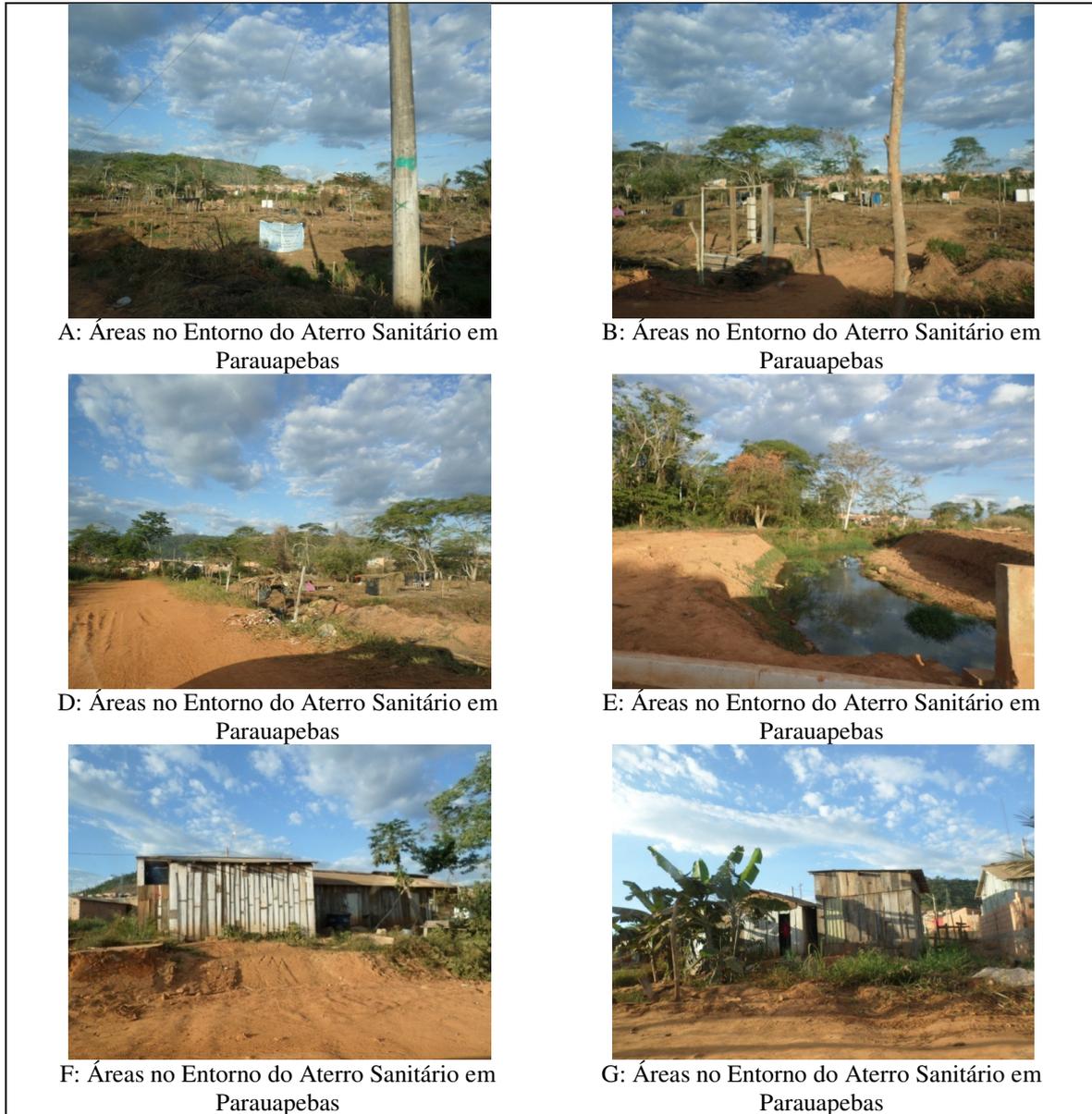


Figura 15 – Áreas no Entorno do Aterro Sanitário em Parauapebas

Fonte: Elaborado pela autora.

Durante a visita técnica passamos por áreas de invasão, onde a polícia informou que toda semana recebiam ordens para desmobilizar as áreas, mas na semana seguinte a população voltava. Percorremos vários bairros e a ausência do Poder Público pode ser vista no retrato da realidade, onde somente o centro possuía condições melhores para a população. Não foram observadas ações realizadas ou em andamento pela empresa de mineração e tão pouco parcerias que buscassem melhorar as condições de vida da população. Na gestão e no ordenamento territorial em Parauapebas encontramos um caos urbano, onde foi difícil observar ações recentes realizadas pelo poder público em prol da qualidade de vida.

Em relação à Segurança Pública, o Quartel da Polícia Militar é o responsável pelo patrulhamento nos municípios vizinhos. Os policiais informaram que em Parauapebas os meliantes ainda respeitam os policiais, mas que observam um crescimento nos índices de violência. Foi disponibilizado pelo Comandante da PM de Parauapebas informações referentes das ocorrências policiais, onde apresentamos os seguintes dados:

Tabela 15 - Ocorrências Policiais em Parauapebas 2014.

Mês	Ano	Número de Ocorrências
JANEIRO	2014	222
FEVEREIRO	2014	269
MARÇO	2014	278
ABRIL	2014	291
MAIO	2014	306
JUNHO	2014	169
JULHO	2014	-
AGOSTO	2014	278
SETEMBRO	2014	249
OUTUBRO	2014	248
NOVEMBRO	2014	274
DEZEMBRO	2014	169
TOTAL DE OCORRÊNCIAS NO ANO DE 2014		2753

Fonte: 23º BPM.

Vale ressaltar que as ocorrências citadas são referentes a todos os chamados realizados pelo 190, sem tratamento de informação sobre a natureza das ocorrências.

Tabela 16 – Ocorrências Policiais em Parauapebas 2016

Mês	Ano	Número de Ocorrências
JANEIRO	2016	110
FEVEREIRO	2016	326
MARÇO	2016	369
ABRIL	2016	312
MAIO	2016	286
JUNHO	2016	240
JULHO	2016	119 (parcial)
TOTAL DE OCORRÊNCIAS NO ANO DE 2016		1643

Fonte: 23º BPM.

Se compararmos os anos de 2014 com o ano de 2016 houve um aumento no número de ocorrências, pois no mesmo período em 2014 a PM registrou um número de 1535 ocorrências, um aumento de 108 ocorrências. Esses dados se referem a todos os casos onde foi solicitada a presença da Polícia Militar, não sendo tratados os crimes mais graves.

Não obtivemos dados anteriores, devido o Quartel da PM de Parauapebas não disponibilizar mais dos dados anteriores. Em conversa com os policiais que acompanharam a visita (2016), um dos policiais chegou ao município de Parauapebas no ano de 1989, onde ficou um período trabalhando para a Vale, onde realizava serviços de Guarda Florestal.

Na visão do policial militar (2016) houve um aumento na qualidade de vida, pois quando a empresa de mineração chegou ao município, ela asfaltou as ruas principais, construiu o hospital, construiu o Quartel da PM. Observou que houve uma diminuição das ações da empresa de mineração, e entenderam como sendo o aumento da população, então naquele tempo aparecia mais porque a população era menor, naquela época o hospital e o posto de saúde funcionavam razoavelmente bem. Hoje o policial acredita que o município possua mais de 50 bairros.

Para os policiais em relação à água encanada e serviço de esgoto somente os bairros mais antigos, o bairro Cidade Nova, Rio Verde, União, Primavera, Chácara do Sol, da Lua, das Estrelas, em outros bairros ainda funcionam por caixas d'água, onde nos bairros que possuem esse tipo de sistema, a falta de água é constante. Outro policial informou que no passado era pior, mas que a falta de água ainda tem.

Em relação à parceria com o governo de Estado, os policiais informaram que não existe ajuda considerável, principalmente nas questões referentes à segurança pública, onde informaram que o estado sempre foi ausente no município.

Tabela 17 - Comparativo de Homicídios entre 2014/2015

MÊS	HOMICÍDIOS 2014	HOMICÍDIOS 2015
JANEIRO	06	08
FEVEREIRO	11	05
MARÇO	09	09
ABRIL	08	07
MAIO	14	07
JUNHO	06	07
JULHO	06	04
AGOSTO	05	05
SETEMBRO	10	11
OUTUBRO	06	08
NOVEMBRO	03	04
DEZEMBRO	10	08
TOTAL	94	83

Fonte: 23º BPM.

Conforme Tabela 17, foi possível observar uma discreta queda no número de homicídios em Parauapebas, onde não foi observado motivações para essa diminuição.

Em visita pelos bairros, não foi observado desconforto da população com a presença dos policiais, o rádio da viatura acionou poucas vezes, e embora tenhamos passado em bairros pobres e em áreas de invasão, a visita técnica não apresentou qualquer situação que oferecesse algum tipo de risco. Nos bairros mais pobres não foi encontrado uma presença pública através de aparelhos públicos como escolas, postos de saúde, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizando uma breve visão sobre a região norte do país, é impressionante observar uma área tão nobre e tão completa em território brasileiro sob a ótica de riquezas naturais, onde seus bens são capazes de suprir as necessidades econômicas e energéticas, proporcionando melhorias na qualidade de vida de pessoas em outros lugares, infelizmente esses resultados não são sentidos na mesma proporção na qualidade de vida regional, pois a riqueza extraída em solo paraense em grande parte não reflete em qualidade de vida da população impactada negativamente com tais atividades econômicas, onde pouco reflete suas benesses em território de mineração.

Buscava-se analisar nos municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas as ações referentes à Responsabilidade Social da empresa de mineração, mas não podíamos ignorar que embora a mineração esteja presente há um bom tempo nos territórios, às ações se apresentam em tempo diferentes nos dois municípios.

De acordo com a leitura realizada sobre a Gestão do Território em Canaã dos Carajás, um dos fatores mais importantes para que os resultados possam ser observados no município, pelo menos nas questões relacionadas à infraestrutura são as parcerias e convênios realizados entre o Município e a Vale, onde a intenção tanto da prefeitura quanto da empresa de mineração se refere à estruturação do município, nesse primeiro momento de acordo com as entrevistas realizadas no município.

Nessa etapa do processo a parceria é de extrema importância, pois foram anos sem investimentos relevantes no município, e o tempo gasto atualmente em aparelhá-lo poupará tempo e recursos no futuro.

A necessidade em se criar estruturas no município se faz necessária devido à próxima etapa que ele passará, pois abrigará em um futuro próximo o maior projeto de produção de minério do mundo, o Projeto Ferro Carajás S11D, onde medidas precisam ser tomadas antes do *startup* da S11D.

Decidiu-se manter a CFEM nesta dissertação de mestrado, pois foi observado que grande parte dos investimentos em infraestrutura realizadas pelo governo municipal advém dos *royalties*, onde nas entrevistas observamos a utilização, inclusive na aquisição de usina de asfalto, devido o governo Estadual não observar as necessidades municipais, conforme salientado pelo Prefeito e pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico.

De acordo com o que foi observado ao longo do pesquisa, a empresa de mineração possui uma participação importante no processo, mas conforme o seu próprio PBA, sua posição no processo é de apoio, realizando parcerias e contrapartidas, mas que não foi possível determinar de maneira clara se tal ação sobreviveria sem a intervenção do município, pois seus Programas e Projetos estão forjados nesta parceria com o Poder Público. A necessidade em possuir uma posição de protagonista nas ações ligadas à Responsabilidade Social se justifica por alguns fatores: possuir uma identidade empresarial nas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da população; criar um senso de responsabilidade sobre o futuro de uma sociedade e; evitar que os Programas e Projetos sejam engavetados em uma futura gestão municipal que não estejam engajadas com a causa.

Hoje as relações são positivas entre o Poder Público Municipal e a empresa de mineração, mas da forma como se estabeleceu essas parcerias e contrapartidas não garantem e não obrigam que seja sempre realizada dessa maneira, o que fragiliza a eficácia dos projetos e programas a longo prazo, pois não possuem garantias por nenhuma das partes, e não impede que em um futuro não ocorra da mesma forma que ocorreu em Parauapebas, onde no início era possível observar mais ações da empresa de mineração e hoje não se observe Responsabilidade Social pelos impactos negativos vividos no município ao longo desses anos.

Não se espera que a empresa assuma total responsabilidade pelo caos vivido no município de Parauapebas, a má gestão pública municipal, vivida por décadas, propiciou esse caos urbano vivido pela população, mas não podemos isentar a responsabilidade da empresa nesse processo, que pelo menos seja responsabilizada por omissão.

A falta de adequação em seus Programas e Projetos às normas nacionais e internacionais de Responsabilidade Social, não permitem que diretrizes importantes, sejam incorporadas às ações, conseqüentemente, seus resultados não são refletidos de maneira clara e objetiva na qualidade de vida, e na educação regional, dados que refletem diretamente o desempenho anual.

Comparando as condições básicas de Canaã dos Carajás e Parauapebas, a população de Canaã possui mais estrutura hoje devido às ações de Gestão Municipal, onde as ações realizadas preparam o município para a chegada de um grande projeto, nessa etapa foi essencial à parceria da empresa de mineração Vale, fomentando projetos, Planos, financiando construções, mas para que o município consiga arcar com todas as despesas geradas a partir desses novos aparelhos públicos, é importante que a empresa de mineração se responsabilize diretamente pelos possíveis impactos que causará ao mesmo, onde não foi observada essa

responsabilização, buscando evitar décadas depois que o município siga o mesmo caminho de seu vizinho Parauapebas.

BIBLIOGRAFIA

ALTVATER, Elmar. "O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial." *São Paulo: UNESP* (1995).

ANDRADE, Manoel Correia de. **A questão território no Brasil**. 2a ed. - São Paulo: Hucitec, 2004.

BORDALO, Carlos Alexandre Leão, and Mariana Neves Cruz. "TERRITORIALIDADE E GESTÃO DOS RECURSOS DE USO COMUM NO BAIXO TOCANTINS: O CASO DOS ACORDOS DE PESCA EM JARACUERA GRANDE–CAMETÁ/PA." *Pesca E Territorialidades*: 121.

BRASIL, Atlas. "Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013." Acesso em 16 (2014).

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Mineração 2030. **Geologia, mineração e transformação mineral**. Brasília: MME, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. - 3a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CVRD, Mina do Sossego desenvolve Canaã. Disponível em: < <http://gvces.com.br/cvrd-mina-do-sossego-desenvolve-canaa?locale=pt-br>> acesso em 20 de julho de 2016.

CONFERÊNCIA, Rio 92. <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx> (acesso em 20 de agosto de 2014).

CONFERENCIA, Rio 20. <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/criticas-ao-esboco-zero-documento-da-onu-para-a-conferencia-rio20.aspx> (acesso em 22 de agosto de 2014).

CONSTITUIÇÃO. Federal.

<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%20410> (acesso em 26 de agosto de 2014).

DALLABRIDA, Valdir Roque et al. Gestão territorial e multiescalaridade na descentralização político-administrativa de dois Estados do Sul do Brasil. **XI Colóquio Internacional sobre Poder Local**. Salvador, v. 14, 2009.

FERNANDES, Francisco Rego Chaves. et al. **Recursos minerais & sustentabilidade territorial: grandes minas**. Rio de Janeiro: CETEM, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O homem e o discurso:(a arqueologia de Michel Foucault)**. Tempo Brasileiro, 1971.

FURTADO, Cristiane Faustino e Fabrina. **Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A.** - Açailândia. 1a Edição: Maranhão, 2013.

GREENPEACE. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Greenpeace-protesta-diante-da-BHP-Billiton-na-Australia-e-pede-justica-as-vitimas-do-desastre-em-Mariana/?gclid=CLXrtOKDpc4CFUeBkQodfGkLtQ>> acesso em: 20 de julho de 2016..

IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articlef013.html?id_article=9> acessado em: 12 de agosto de 2016.

LEWIS, S. A. L. B. A responsabilidade social da empresa como atitude positiva orientada pela lei . Disponível em: http://www.lewis.adv.br/download/artigo_a_responsabilidade_social_da_empresa_como_atit_ude_p..pdf Acessado em 18 de janeiro de 2015

MERCADORIA. Cotação do ferro. <http://www.indexmundi.com/pt/pre%E7os-de-mercado/?mercadoria=min%c3%a9rio-de-ferro&meses=180&moeda=brl>

MINERAL, Departamento Nacional de Produção de Recursos Minerais. <http://www.dnpm.gov.br/go/conteudo.asp?IDSecao=630>

PALHETA DA SILVA, João Marcio. **Território e mineração em Carajás**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

PARCERIAS, Público Privado. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/parceria-publico-privada-ppp> acessado em: 20 de julho de 2016.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: no rastro do saque**. Editora Hucitec, 1980.

PRODUÇÃO. Trimestral da Vale. 4T15. 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. - São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Gilberto de Miranda. **Município e território**. - Belém: NUMA/UFPA, 2011.

SACK, Robert David. "Territorialidade Humana: sua teoria e história." Cambridge University (1986).

SANTOS, Hermílio. Sociedades complexas e rede de políticas públicas: Análise da governança na alocação de recursos. **Instituto Ildo Meneghetti.[2009]. Disponível em:< http://www.iepim.com.br/artigos/Artigo_Hermilio_Santos.pdf>. Acesso em, v. 15, 2013.**

SAQUET, Marcos Aurelio, and Eliseu Savério Sposito. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 2.Ed. -Rio de Janeiro: consequência Editora, 2015.

VALE. Responsabilidade Sustentabilidade 2013. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatoriodesustentabilidade-2013.pdf> (link não está funcionando). Acessado em: 20 de janeiro de 2015

VERMULM, Roberto. A indústria de bens de capital seriados. Convênio CEPAL/IPEA, 2003.